Ano XLV * Número 1428 * De 25 de junho a 8 de julho de 2025 * Portugal (Cont.) €3,50 * Quinzenário * Diretor: José Carlos de Vasconcelos

Like, logo existo: educar em tempos de ecrãs

JL/Educação: textos de A. Dias de Figueiredo, Helena S. Pereira e Ana Teresa Prata. O autorretrato de José Oliveira, *Teacher Price* 2025

45 anos

JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS

JL

Vasco Futscher
Um artista em muitas formas

PÁGINAS 20 E 21

As mortes de Nelson de Matos e de Teresa Rita-Lopes

A evocação do editor por Inês Pedrosa e Manuel Alberto Valente PÁGINA 14 E 4

Em democracia, 50 anos de ARQUITETURA PORTUGUESA

... numa grande exposição em Matosinhos, analisada por José António Bandeirinha. Textos também dos curadores da mostra

PÁGINAS 6 A 10



PROJETO SAAL, BOUÇA - ÁLVARO SIZA VIEIRA

GILDA OSWALDO CRUZ A concertista pianista também escritora. Perfil e entrevista * **SHAHD WADI Como se diz Palestina em português** * **Livros de ideias** lidos por Alberto Arons de Carvalho, António Sousa Ribeiro e Maria Inácia Rezola * **VIRIATO SOROMENHO-MARQUES** escreve sobre a Conferência dos Oceanos, em Nice

TUTORIAL APRENDA A TIRAR TODO O PARTIDO DA **APP**

AS NOTÍCIAS DO DIA

Aceda ao JL online através do menú inicial e explore as últimas histórias e opiniões

BIBLIOTECA DE REVISTAS

Ao ser assinante do **Jornal de Letras** pode aceder a todo o arquivo de edições digitais desta publicação. Em cima, a edição mais recente, disponível em primeira-mão





DUAS OPÇÕES DE LEITURA DO JORNAL

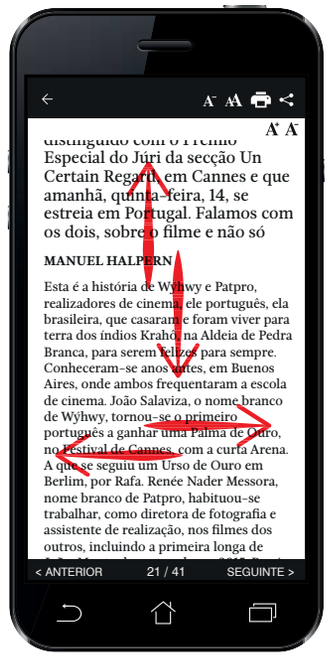
Pode escolher como prefere ler a edição quinzenal: em **formato pdf**, com primazia para o grafismo, ou em **formato de texto**, para uma leitura mais confortável do texto





CLIQUE PARA ABRIR FORMATO DE TEXTO

Para leitura mais confortável dos artigos ou caixas completos, basta carregar. Pode escolher o corpo de letra mais adaptável ao seu gosto



NAVEGAÇÃO INTUITIVA

- Deslize para navegar entre páginas
- Aproxime e afaste para ver detalhes

PESQUISA DE ARTIGOS

Pode **pesquisar** um tema que lhe interesse nos artigos publicados na edição quinzenal do JL. Na barra de navegação em cima, à direita, encontre o menu com opção de pesquisa. Procure por palavra chave na última edição ou na biblioteca de jornais anteriores

› BREVE ENCONTRO ‹

Miguel Pinho

Grande Prémio de Literatura dst

Para assinalar os 30 anos do Grande Prémio de Literatura dst, o dstgroup decidiu organizar o *30 horas 30 anos de Grande Prémio de Literatura dst*, um festival cultural que, ao longo de 30 horas, celebrará a palavra nas suas mais diferentes formas. Com arranque marcado para as 18h de dia 27 de junho, o evento terminará na madrugada de 29, após o momento alto da festa: a Gala de entrega do Prémio, no Theatro Circo, com a presença da vencedora Luísa Costa Gomes. O JL conversou com Miguel Pinho, Diretor do departamento criativo do dstgroup e responsável pela programação do festival.

JL: Por que razão, há 30 anos, uma empresa de engenharia teve vontade de criar um prémio de apoio à produção literária?
Miguel Pinho: Diria que veio de um histórico pessoal e emocional do próprio engenheiro José Teixeira, cuja infância foi fortemente impactada pela carrinha itinerante da Gulbenkian, que lhe permitiu ter acesso a livros, numa altura em que Braga era ainda uma cidade muito pequena e rural.

É a primeira vez que abrem o Grande Prémio de Literatura desta forma ao público?
Sim, o intuito foi precisamente celebrar estes 30 anos, abrindo as portas à cidade e, por isso, quisemos que as disciplinas artísticas representadas neste festival fossem muito variadas, para mostrar que a palavra pode ser muito mais do que apenas a escrita.



De que forma é que isso se reflete no programa?
Temos recitais de poesia, oficinas de escrita, cerâmica, ilustração e tecelagem. Além da inauguração de uma exposição da Ana Vidigal, cujo trabalho se coaduna na perfeição com o tema do evento, porque ela vai buscar a ideia de memória e descreve-a, recorrendo a diferentes formas de expressão artística, que são também exploradas noutras iniciativas do programa.

Como por exemplo?
O têxtil. Vamos ter uma oficina de tecelagem, na qual a Mónica Faria e quatro antigos trabalhadores de uma empresa têxtil da região irão fazer, com os participantes, uma peça em conjunto, a partir das palavras, das memórias, que esses trabalhadores têm estado a partilhar com a Mónica.

As restantes propostas do programa também são assim tão participativas?
A maioria sim. Quisemos abrir espaço para que as pessoas participassem efetivamente, de forma ativa. Por exemplo, a CNB vai apresentar o *Clube de Leituras Dançadas*, durante o qual alguns bailarinos vão interpretar poesia de Camões, lê-la e fazer com que o participantes também a leiam, seguindo-se uma oficina de movimento entre os bailarinos da CNB e os participantes. Outro exemplo é *Semiótica do Bacalhau*, a performance dos artistas plásticos João Pedro Vale e Nuno Alexandre Ferreira. Eles vão falar da importância do peixe na cultura popular portuguesa, como se estivessem num programa de culinária, só que, ao mesmo tempo, os participantes estão sentados a uma mesa a cozinhar, e depois a comer, bacalhau à Brás, com os artistas.

Há alguma atividade para crianças?
A oficina de ilustração e escrita com o Afonso Cruz, das 8h às 10h de sábado, é mais orientada para famílias. JL



VAI ACONTECER

Dias de Verão: uma espécie de antologia de Ana Vidigal zet gallery Desde o início da sua carreira que Ana Vidigal se debruça sobre temas como o feminismo, o colonialismo ou o racismo. Na exposição que se inaugura a 27 de junho, na zet gallery, em Braga, a artista apresentará precisamente um conjunto de obras, referentes aos últimos 25 anos de trabalho, nas quais aborda estas questões. É o caso da obra inédita do livro de artista *Caixa Negra* (2000), que incluirá um fac-símile criado para a exposição, na qual Vidigal faz um paralelismo entre os postais enviados das colónias e os dizeres populares, com uma conotação racista e pejorativa, que encontrou publicados em livro.

FESTIVAL ARCADA EM BRAGA

Organizado pela Sinfonietta de Braga com o intuito de celebrar a música para cordas, o Festival Arcada regressa à capital de distrito para a sua 4ª edição. De 4 de julho a 2 de agosto, o evento apresenta uma programação composta por concertos e recitais de nomes como o violoncelista David Cohen, os violinistas Nancy Zhou e Eliot Lawson, a Sinfonietta de Braga, o maestro Jean-Marc Burfin, e os pianistas Pedro Emanuel Pereira e Vera Fonte. Haverá também diversas atividades dirigidas a alunos, professores e profissionais do Ensino de Música, bem como sessões de yoga no Museu Nogueira da Silva, acompanhadas por um quinteto de cordas, destinadas ao público em geral.

PRÉMIO NOVA DRAMATURGIA

Ema Fonseca, Marta Prieto e Sabrina Marthendal são as três finalistas da 5ª edição do Prémio Nova Dramaturgia de Autoria Feminina, promovido pela Companhia Cepa Torta, no âmbito do Festim de leituras de textos de teatro "Esta noite grita-se". *Imigrantes, On Board e Pedral*, escolhidos entre 133 textos provenientes de vários países de língua portuguesa, passarão agora por uma fase de possível revisão, com acompanhamento do júri, composto por Ana Lázaro, Inês Barahona e Mickaël de Oliveira. A vencedora, anunciada em outubro, receberá mil euros, verá a sua peça editada em livro e será incluída na programação da 9ª temporada do Festim "Esta noite grita-se".

FESTIVAL JULHO É JAZZ

David Murray Quartet, Orquestra Jazz de Matosinhos com Peter Evans, Vijay Iyer Trio, Ava Mendoza com Brad Jones ou Hamid Drake são alguns dos nomes que compõem a 11.ª edição do Julho é Jazz, que decorre no Theatro Circo e no gnration, em Braga, de 2 a 12 de julho. O festival abre com Space is the Place de John Coney, logo no dia 2. Seguem-se, entre outros, Ricardo Toscano & Gabriel Ferrandini, Inside Scofield de Joerg Steineck, Zoh Amba Sun Ensemble, Mary Halvorson Amaryllis Sextet. Além dos concertos, o festival, enquadrado na Capital Portuguesa da Cultura, também exibe filmes que têm o jazz como pano de fundo.

CICLO JACQUES ROZIER

Retrospetiva de Jacques Rozier, a partir de 3 de julho, no Cinema Medeia Nimas, em Lisboa, no Teatro Campo Alegre, no Porto, e noutras salas do país. Serão exibidas, em cópias restauradas, as suas cinco longas-metragens e o díptico de curtas, todas elas inéditas comercialmente em Portugal. Deste cineasta francês de culto, um dos mais discretos nomes da Nouvelle Vague, passam filmes como *Adeus Philippine; Maine Océan,* com fotografia de Acácio de Almeida; *As Praias de Orouet: Os Náufragos da Ilha Tortuga;* ou *Fifi Martingale.* O cinema de Rozier caracteriza-se pela sua frescura criativa e um certo exotismo que o torna verdadeiramente surpreendente.

Festival de Almada regressa para a 42ª edição

O Festival de Almada está de regresso, de 4 a 18 de julho, e este ano, mais uma vez, acontecerá não só em Almada, onde se divide pelo Teatro Municipal Joaquim Benite (TMJB), Escola D. António da Costa, Fórum Municipal Romeu Correia e Academia Almadense, mas também em Lisboa, mais concretamente na Culturgest e no Centro Cultural de Belém, o qual receberá, a 4 e 5 de julho, os Baro d'Evel e o seu *Qui Som?*, primeira parte de um tríptico em que trabalham sobre a cerâmica e sobre formas de construção coletiva.



ARNO DECLAIR/SCHAUBÜHNE

História de Violência **Thomas Ostermeier regressa ao Festival de Almada com uma encenação da obra do escritor francês Édouard Louis**

Aquela que é a 42ª edição do evento dedicado ao teatro e à dança destaca-se pelo regresso de vários dos criadores estrangeiros que, nos últimos anos, granjearam mais sucesso junto do público português. É o caso de Thomas Ostermeier e da sua Schaubühne Berlin, que farão subir ao palco do TMJB, *História da violência*, obra de Édouard Louis que, a partir de um lugar muito pessoal e autobiográfico, aborda temáticas como a homossexualidade, o conflito familiar e a falência da esquerda europeia enquanto representante das populações pobres e abandonadas pelos governos centrais.

Também Joël Pommerat está de volta, apresentando, no TMJB, a 13 e 14, *Marius*. Estreado em março de 2024 em La Rochelle, a peça nasceu 10 anos antes, numa prisão de alta segurança, em Arles, na Provença, com a chegada do condenado com pena prolongada, Jean Ruimi, a essa prisão, transferido de Marselha, onde havia tido uma experiência teatral.

A determinação de Ruimi, aliada à visão da diretora da prisão e à do diretor dos serviços de reinserção, acabariam por trazer a bordo Pommerat e, após dois anos de um trabalho fundado na improvisação dirigida, com um estudo sociológico a decorrer em paralelo, nasceria *Marius*.

Digno de destaque é ainda o regresso de *La Tempesta*, pela companhia de marionetas italiana Carlo Colla & Figli. A peça, que será apresentada no Fórum Romeu Correia, a 6 e 7, foi escolhida pelo público, em 2024, para voltar em 2025 como Espetáculo de Honra.

A Companhia de Teatro de Almada, organizadora do festival, estreará, como já é habitual, uma nova produção. De 5 a 17, no TMJB, Teresa Gafeira dirigirá *Um Adeus Mais-que-Perfeito*, adaptação da novela de Peter Handke, na qual o autor se debruça sobre o percurso de vida da sua mãe até ao suicídio final.

No mesmo local, a 17 e 18, a Companhia Nacional de Bailado apresenta-se com um programa duplo, fazendo subir ao palco *Quatro Cantos num Soneto*, de Fernando Duarte, e *The Look*, de Sharon Eyal.

Além de 46 sessões de teatro e dança, o Festival de Almada prevê ainda concertos ao ar livre, todas as noites, encontros com artistas nos finais de tarde, e exposições de artes plásticas. JL

Bienal de Arte Contemporânea da Maia

Exposições, performances, experiências gastronómicas, declamação de poesia, concertos e DJ sets ao vivo, feira de edições de artista, intervenções no espaço público, oficinas, conversas e visitas guiadas são as propostas da programação da Bienal de Arte Contemporânea da Maia, que, de 3 de julho a 14 de setembro, está de regresso ao Fórum da Maia. Subordinado ao tema *Fulgor*, o evento propõe-se refletir sobre a viabilidade de um futuro mais plural e inclusivo, partindo das interrogações lançadas por Maria Gabriela Llansol no discurso de aceitação do Grande Prémio do Romance e da Novela, em 1991: "*Como continuar o humano?*", "*Que sonho vamos nós sonhar que nos sonhe?*", "*Para onde é que o fulgor se foi?*". No dia da inauguração, espera-se a abertura de uma exposição com obras de dezenas de artistas, um workshop de *urban sketching* com Vasco Mota, performances de Alice Guerreiro, com Rita Paixão e Pedro Oliveira, e de Rita Castanheira, um concerto da dupla Von Calhau, uma performance musical de Madalena Folgado, Laura Garcia, Rafael dos Santos e as Adufeiras do grupo de cantares tradicionais de São Miguel D'Acha, e ainda um DJ set de Otsoa. JL

Arte e Cinema na cidade do Porto

Sob o tema *Tecnologia e Transformaçãp*, a edição de 2025 da Porto Summer School on Art & Cinema, organizada pela Escola das Artes e pelo Centro de Investigação em Ciência e Tecnologia das Artes, da Universidade Católica Portuguesa, traz a diferentes espaços da cidade do Porto, de 30 de junho a 4 de julho, um programa público gratuito. Às 21h30 de 30, no Auditório Ilídio Pinho, da Escola das Artes, exibem-se *Os Humores Artificiais*, *Les Extraordinaires Mésaventures de la Jeune Fille de Pierre* e *A Brief History of Princess X*, curtas-metragens de Gabriel Abrantes. Segue-se uma conversa com o realizador. Dia 1, no mesmo local, às 18h30, Chrissie Iles, atual curadora do Whitney Museum of American Art, dá uma conferência, e, às 20h, na Sala de Exposições, inaugura-se *Karle: Cartas*, do artista plástico Pedro Huet. O programa segue com o filme *O Homem das Multidões*, apresentado, a 2, no Cinema Trindade, por Cao Guimarães, um dos seus realizadores, que permanecerá na sala para um conversa com o público, e com *Hacked Circuit* e *Last Things*, duas curtas-metragens de Deborah Stratman, exibidas, a 3, no Batalha Centro de Cinema. O programa público termina às 22h de dia 4, no Passos Manuel, com um concerto da dupla japonesa Tujiko Noriko & Joji Koyama. JL

O Dia de Portugal e o discurso de Lídia

COMENTÁRIO

José Carlos de Vasconcelos



O último 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, teve uma repercussão e uma capacidade de *intervenção* que de longe ultrapassou o usual. E se não digo também um "significado", embora me pareça que poderia dizer, é porque do ponto de vista *simbólico* ele é sempre o mesmo. E, como sempre se destaca o facto do Dia da pátria ter como referência um poeta, o maior do nosso idioma (que muito contribuiu para ser como e o que é), e não um rei, um guerreiro ou um líder político. O facto de ser o dia da morte de um poeta, porque não se sabe o dia do seu nascimento, e não o dia em que se venceu alguma grande batalha. O que é valorizado e orgulha todos aqueles que, como nós, entendem ser a língua portuguesa a nossa maior riqueza, o nosso mais valioso património – do qual a arte, a literatura, a cultura, são acervo fundamental e identitário.

E foi por aqui, como é natural, que começou o discurso de Lídia Jorge na cerimónia do último 10 de Junho, celebrado no Algarve, em Lagos – que me lembra sempre um(a) outro(a) grande poeta, mas do nosso "tempo", Sophia. Também algarvia, e membro do Conselho de Estado – que seria bom tivesse alguns políticos menos e algumas figuras mais com o seu estatuto e a sua dimensão… –, a escritora leu um texto notável do ponto de vista do conteúdo, das ideias, e bom mesmo do ponto de vista literário. Ou seja: não fez uma intervenção menos elaborada formalmente, na sua construção e fundamentação, para ganhar acutilância e ser mais fácil de apreender e compreende para quem a ouviu ou ouviria, ao vivo ou através dos media. Sem qualquer transigência, pois, ou adequação especial às circunstâncias em que e para quem falava, a sua intervenção foi notável e teve um notório impacto. Com o caloroso apoio e aplauso dos que defendem a democracia, a igualdade de cidadãos e povos, o humanismo; que se orgulham do melhor da História de Portugal, mas não ignoram o pior ou menos bom – até por ser isso, assumir todo o nosso passado, essencial para construir um presente pelo menos "decente" e para projetar o futuro.

Ao contrário dos "nacionalistas", e em cada maior número populistas, extremistas, não poucos deles mesmo fascistas ou neo-nazis. E, claro, as agressões racistas, e não só, ocorridas 10 de Junho, e logo a seguir, incluindo a *descoberta* de um grupo neo-nazi armado, deu ainda mais relevância, visibilidade, razão, a Lídia Jorge. Que, pelo que disse, creio ter já sofrido ameaças e insultos, mormente em mentirosas e criminosas redes socias que continuam a ser, impunemente, centrais de ódio e incitamento à violência e desumanidade.

Nas próprias imagens da cerimónia, em Lagos, foi visível a concordância *satisfeita* do Presidente Marcelo com as palavras de Lídia, e a discordância *incomodada* do líder da extrema-direita parlamentar André Ventura. Aliás, a intervenção de Marcelo, apesar de ser a última como Presidente num Dia de Portugal, foi excecionalmente curta. Imagino – mas não sei se foi assim – que tendo conhecimento prévio, como em geral o protocolo aconselha, do teor do discurso da escritora, entendeu abreviar o seu, no qual, de resto, ainda salientou o essencial. O que só é de louvar.

JL, O QUE VAI ACONTECER? Esta edição do nosso jornal, como cada vez mais vai acontecendo, teve de fechar com uma semana de antecedência, na quarta-feira, 18. O que explicará omissões quanto ao que possa acontecer antes da nossa saída, a 25, mas depois desse dia 18. Por outro lado, se na próxima semana o JL não estiver nas bancas tal se deverá ao facto de na empresa se iniciar, no dia 20, uma greve por tempo indeterminado, atendendo em particular aos salários em atraso. Como aqui em tempos se esclareceu, a empresa proprietária do JL, e de muitos outros títulos – como a VISÃO (a revista semanal e, mais, a *História*, a *Júnior*, a *Biografia*, a *Saúde*), a *Exame*, a *Ativa* e a *Caras*, entre outras – foi declarada insolvente. O programa de recuperação foi aprovado pela maioria dos credores, mas subsistem problemas que não é aqui o lugar para analisar. Quanto ao que acontecerá ao JL, e ao que há 45 anos representa para o nosso país, a nossa cultura, a nossa língua, é coisa que não parece interessar, e muito menos preocupar, os chamados "responsáveis", em particular daquelas áreas, incluindo, claro, a da educação. JL

BREVES

JOÃO MACHADO: POÉTICA VISUAL, é o nome da exposição do excelente designer que assinala os seus 50 anos de obra gráfica. Inauguração a 27, às 19h., no Museu do Design (rua Augusta, 24, em Lisboa

QUATRO QUADRAS SOLTAS, PROJETO DE ARTE PARTICIPATIVA e espetáculo musical resultante de um processo de criação de nove meses com a comunidade sénior do Bairro Alto, dia 25 de junho, no Pequeno Auditório do CCB, em Lisboa.

LIVRO XI DE CONFISSÕES DE SANTO AGOSTINHO, com encenação de Jean Paul Bucchieri e interpretação de Cláudio da Silva, João Lagarto, João Pereira, Maria Arriaga e Pedro Lacerda, estreia-se a 28 de junho, no Teatro São Luiz, em Lisboa.

UMA PEDRA NO SAPATO, um espetáculo inédito com encenação de Ana Nave. e interpretação de. Ana Saltão, António Olaio, Carlos Antunes, Elsa Viegas r José Vaz de Almada. Estreia-se a 29 de junho no Salão das Carochas em Almada.

O ANCORADOURO DO TEMPO, de Sol de Carvalho, uma adaptação do romance de Mia Couto, *A Varanda do Frangipani,* estreia-se nas salas portuguesas dia 26.

A INSUSTENTÁVEL LEVEZA DO CANTE, concerto de Nuno-Corte Real, em homenagem ao Cante Alentejano, Património da Unesco, com peças de Eurico Carrapatoso e do Próprio Nuno Corte-Real.

MISSISSIPIS, de António-Pedro, documentário que acompanha 10 anos em residências da coreógrafa Filipa Francisco com grupos folclóricos, estreia nas salas dia 26.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE PORTUGAL, com Manuel de Oliveira , João Frade & João Silva, Tó Trips, Sandra Martins e Marta Pereira da Costa. De 3 a 6 de julho na Póvoa do Lanhoso.

NOITE DA LITERATURA EUROPEIA, com os escritores Emmanuelle Pirott (Bélgica), Yannis Mavritsakis (Grécia), Carla Lucarelli (Luxemburgo), David Machado (Portugal) e Sorina Rîndaşu (Roménia), dia 28, entre as 19:00 e as 23:30, na Junta das Freguesias Avenidas Novas/São Sebastião, em Lisboa.

FESTIVAL SETENTRIONAL NO PONTO C, em Penafiel, com António Victorino d'Almeida, a Orquestra do Norte, Carminho e a homenagem a Carlos Paredes por Mário Laginha. De 1 a 10 de julho.

Teresa Rita-Lopes (1937 – 2025)

Pessoana e muito mais

Professora universitária, ensaísta, poeta e dramaturga, grande impulsionadora dos estudos pessoanos, Teresa Rita-Lopes morreu no passado dia 14, aos 87 anos. Deixa uma longa lista de estudos e edições, além de obra própria, e um exemplo de dedicação à literatura portuguesa.

O seu nome estará sempre ligado à obra de Fernando Pessoa, a quem dedicou a sua tese de doutoramento, *Fernando Pessoa e o drama simbolista*, defendida na Universidade Sorbonne Nouvelle, e mais tarde trabalhando diretamente com o espólio pessoano, tendo contribuído, durante o Estado Novo, para que esses "pepelinhos", mais de 27 mil, não saíssem do país.

"Descobri-o na puberdade", contava ao **JL** numa entrevista a Rodrigues da Silva (ver n.º 716, de 25 de março de 1998). "[E quando] pude ir à 'arca' com regularidade — e fui ficando cada vez mais abismada e indignada com o que estava por publicar mas também com muito do que estava publicado. Senti então a absoluta necessidade de dar a volta a esse continente por explorar ou mal explorado. Dessa viagem de circum-navegação nasceram várias obras — que fiz sozinha e acompanhada."

Entre os vários livros que organizou, teve particular destaque a edição crítica de *Álvaro de Campos, Livros de Versos*, assim como o trabalho de divulgação de muitos inéditos incluídos nos dois volumes *Pessoa por Conhecer*. Sempre foi frontal no debate público das várias edições de Pessoa, incluindo as feitas por outros, que nunca se coibiu de elogiar e criticar. Um dos seus últimos projetos nesta área foi a publicação, no Brasil, de uma versão de *Livro do Desassossego*. A sua edição, no entanto, era plural, pois apresentava-se como *Livro(s) do Desassossego*, o que explicava em nova entrevista ao **JL** (ver n.º 1179, de 9 de dezembro de 2015): "Tem mesmo que haver vários livros, porque correspondem justamente às diferentes fases dessa evolução literária. O Pessoa batizou os autores do primeiro e do último como Vicente Guedes e Bernardo Soares, mas até aqui os textos têm sido misturados." Outra novidade da sua edição era a inclusão do Barão de Teive na autoria da obra. "Pouco tempo antes de morrer, Pessoa juntou-o à trouxa do *Desassossego* um maço grande que fez e onde começou, embora não tivesse acabado, a arrumar os textos para o *Livro do Desassossego*", adianta na mesma entrevista. "São todos uns incompetentes para a vida. A expressão é deles".


Teresa Rita-Lopes

A empreitada pessoana, no entanto, teve o seu preço e Teresa Rita-Lopes, que nunca deixou de desenvolver outros projetos, afastou-se da famosa "arca". Na entrevista referida de 1998, chegou a afirmar: "Não sou só a viúva do Pessoa. E quero-me divorciar dele!" Teresa Rita Lopes nasceu em 1937, em Faro, onde fez os primeiros estudos. No liceu já se destacava por dirigir, aos 12 anos, um jornal, *A Voz da Juventude*. A sua escrita era notada, incluindo nos prémios para a idade. Foi colega e contemporânea de Teresa Baldé, Beatriz Rocha Trindade, Gastão Cruz e Casimiro de Brito, entre outros. E não lhe foi alheia a figura de António Ramos Rosa.

Mais tarde, ingressou na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Teve aí as primeiras investigações, o primeiro casamento, os primeiros filhos e os primeiros passos no empenhamento cívico e político, sempre na oposição ao regime.

Vigiada pela PIDE, seguirá para o exílio, em 1963, de onde só regressará em 1976 e onde conhecerá o seu segundo marido, António José Saraiva. Publicou o primeiro texto dramático, *Três Fósforos*, em 1962, e o primeiro livro de versos, *Os dedos; os dias; as palavras*, em 1987, tendo lançado mais de dezena e meia de obras, incluindo em prosa (*Estórias do Sul*, de 2005). Distinguida com vários prémios - Cidade de Lisboa, Eça de Queirós, de Teatro da APE) – foi professora catedrática na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, onde formou sucessivas gerações de investigadores. JL

São Luiz

Noite das Ideias

Subordinada ao tema *Poder de agir - Em busca de um novo horizonte de universalidade*, a Noite das Ideias, promovida pelo Institut Français du Portugal, volta ao Teatro São Luiz, em Lisboa, hoje, 25 de junho, para a sua 6ª edição. "Vamos refletir sobre o tema complexo do universalismo, da emancipação, da democracia e da construção de um mundo mais igualitário e dignificante, feita com responsabilidade para com o futuro das gerações vindouras", revela Guillaume Boccara, adido de Cooperação Científica e Universitária do Institut Français du Portugal.

Pensadores, artistas e cidadãos serão assim convidados a refletir, em conjunto, sobre "os grandes desafios de hoje", através de um programa de debates, leituras, performances e concertos, pensado para "dar também a palavra ao público", permitindo-o imaginar as vias através das quais é possível "construir 'um mundo onde caibam muitos mundos', como diziam os povos indígenas do Sul do México, durante a revolta zapatista", frisa Boccara.

De entrada livre, sujeita à lotação da sala, o evento, que se organiza em três percursos temáticos — *Democracia!*, *Universal?* e *Cidadania...* - arranca às 19h, com as conferências *Ilhas da Gentileza*, com a escritora Djaimilia Pereira de Almeida, e *Actualités des Lumières*, com o historiador Antoine Lilti, seguidas de *Variation pour piano et polystyrène*, performance de Etienne Saglio com a pianista Madeleine Cazenave.

Na Sala Bernardo Sassetti, uma leitura performativa de excertos das *Novas Cartas Portuguesas*, pela artista Merai, abre o percurso *Democracia!* Às 20h20 tem início a mesa-redonda *Feminismo: um pilar da democracia?*, com Ilda Mendes, Agnès Levecot e Cristina Robalo Cordeiro, e moderação de Margarida Calafate Ribeiro. Estão ainda programados dois debates moderados por Margarida Davim: *O que é a democracia?*, com Barbara Stiegler, Christophe Pébarthe e Raquel Varela, e *O papel da educação na democracia*, com Diogo Ramada Curto, Antoine Lilti e António Araújo.


JOSÉ CARLOS CARVALHO

Djaimilia Pereira de Almeida é a oradora de uma das duas conferências que abrem o evento

Na Sala Luís Miguel Cintra, o percurso *Universal?* lança o debate sobre a construção da história. A primeira mesa-redonda, *"'Nós" e "os outros" em Camões*, moderada por Pedro Sousa Pereira (Khron), conta com Isabel Almeida, José Bernardes e Gonçalo M. Tavares. A segunda, *Para uma outra história do mundo?*, moderada por Marta Lança, reúne nomes como Evalina Dias, Pierre Singaravélou e Djaimilia Pereira de Almeida. E a terceira, *Como viver a condição pós-colonial?*, moderada por Ângela Barreto Xavier, com Isabel Castro Henriques, José Eduardo Agualusa e Filipa Lowndes Vicente. O programa do percurso *Universal?* inclui ainda performances de Vanessa Fernandes e Ivo Reis / Espectro Visível e leituras com a artista Merai, além de um recital de música clássica com Jérôme Fréjaville e Grégoire Torossian.

Por fim, o percurso *Cidadania...*, que decorre no restaurante Fauna & Flora, propõe dois momentos de microfone aberto: *Como pensar a riqueza?*, moderado por Duarte Rolo, com Emmanuel Renault e Timothée Parrique; e *Ciência, uma história global*, moderado por António Guerreiro, com Carlos Fiolhais, Jean-Pierre Bourguignon e Étienne Saglio.

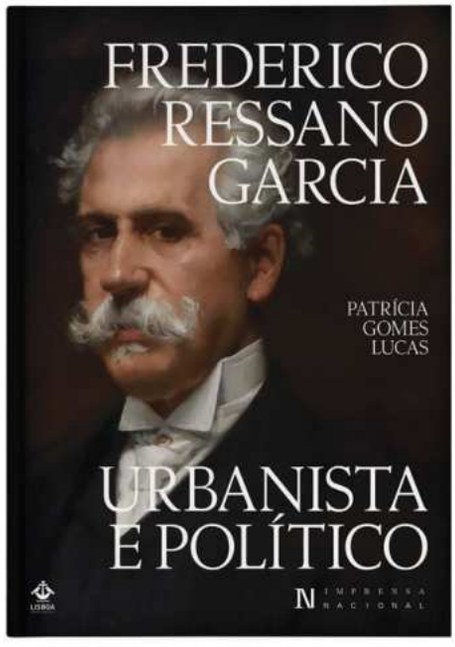
O encerramento está marcado para as 23h30 com um concerto de Pongo, que traz para o palco da Sala Bernardo Sassetti o kuduro progressivo e a música urbana de influência africana. Resultado de uma parceria com a Almedina e a Nouvelle Librairie Française, ao longo de toda a noite, o foyer e o primeiro andar do São Luiz transformar-se-ão ainda na *Livraria da Noite*, onde será possível encontrar livros dos oradores e obras relacionadas com o tema do evento, disponíveis em francês e português. JL

imprensanacional.pt
loja.incm.pt

QUEM FOI FREDERICO RESSANO GARCIA?

Esta novidade editorial da Imprensa Nacional, um grande trabalho de investigação, responde a esta questão, da vida, da obra e da pessoa deste engenheiro, professor e político, que foi também um grande urbanista da Lisboa que tem ainda hoje o seu perfil nas principais avenidas.







IMPRENSA NACIONAL

50 ANOS DE ARQUITETURA

É uma grande exposição sobre "50 anos de Arquitetura Portuguesa em Democracia (1974-2023), que está patente na Casa da Arquitetura, em Matosinhos até 7 de setembro, a partir de 49 obras e um projeto, e enquadramento de manifestações culturais, artísticas e políticas. Aqui escreve sobre ela e seu significado, a abrir, José António Bandeirinha, um reconhecido especialista e estudioso, com vasta obra, prof. catedrático de arquitetura da Universidade de Coimbra, cujo departamento dirigiu, assim como o Colégio das Artes, além de ser vice-reitor da Un.; também investigador do CES, foi ainda curador e consultor de numerosas e importantes mostras. Seguem-se textos dos próprios curadores da exposição, Jorge Figueira e Ana Neiva, e dos responsáveis pelo seu desenho, Carlos Antunes e Désirée Pedro

O que faz falta à democracia é também a arquitetura

JOSÉ ANTÓNIO BANDEIRINHA

Em Matosinhos, a Casa da Arquitetura tem presente, até 7 de setembro próximo, a exposição *O que faz falta. 50 anos de arquitetura portuguesa em democracia (1974-2023)*. É difícil perceber em que medida a democracia pode moldar, ou mesmo diferenciar, a arquitetura produzida no seu seio. Sobretudo quando se trata da verdadeira democracia. Sabemos bem que as ditaduras de há cem anos atrás o tentaram fazer. Num primeiro momento ainda se apoiaram na abstração das vanguardas, depois mergulharam no populismo retórico dos aforismos mais figurativos, e então, de um modo ora mais abstrato, ora mais retórico, lá foram construindo o seu relacionamento com a arquitetura, tentando sempre que ela falasse, por vezes mesmo que gritasse, muito para além do que a sua verdadeira essência devia permitir. Com o tardo-barroco do absolutismo não tinha sido muito diferente. Mas a democracia? Que diabo, a democracia não pode fazer isso. A democracia deveria deixar fluir a arquitetura em liberdade, a democracia deveria ter a missão ética de criar o envolvimento cultural para que ela, a arquitetura, pudesse florescer de modo natural, como sempre o fez. Foi isso que aconteceu? Em Portugal, a partir de 1974?

É essa a interpelação que, em primeira instância, a exposição *O que faz falta* nos pretende lançar. Muito longe de ser uma antologia das peças de arquitetura mais significativas, produzidas ao longo do período democrático, pretende, antes de mais, ancorar a arquitetura produzida num determinado período aos momentos mais significativos da vida cultural do país, ao longo do mesmo período. E, conhecendo a atividade anterior do curador Jorge Figueira, essa âncora não se afunda somente sobre uma areia pertencente à cultura dita erudita, tem igualmente de encontrar chão na cultura Pop. Senão lembremo-nos, entre outras, de *Europa. Arquitetura Portuguesa em Emissão*, Pavilhão de Portugal, Lisboa, 2007, São Paulo 2007, esta com Nuno Grande; ou, com Carlos Machado e Moura, *Físicas do Património Português. Arquitetura e Memória*, Museu de Arte Popular, Lisboa, 2018-19; ou ainda, com Bruno Gil e também na Casa da Arquitetura, *What? When? Why not? Portuguese Architecture*, Matosinhos, 2021-22. Todas elas, embora de modo diverso, foram contextualizando o envolvimento cultural da arquitetura produzida num determinado momento e fizeram-no com dados históricos reconhecidos por todos. Jorge Figueira é o curador da exposição e Ana Neiva é a curadora adjunta. Se o primeiro foi essencial para a cabal compreensão do contexto, Ana Neiva desempenhou um papel não menos importante a ligar as lentes da contemporaneidade imediata à leitura transversal dos sucessivos contextos. Foi uma associação inteligente.



IVO TAVARES STUDIO

Em cima, e nas páginas seguintes, imagens da exposição, em Matosinhos

> **Muito longe de ser uma antologia das peças de arquitetura mais significativas, produzidas ao longo do período democrático, pretende, antes de mais, ancorar a arquitetura produzida num determinado período aos momentos mais significativos da vida cultural do país, ao longo do mesmo período**

Agora, esta exposição, que ocupa a nave principal da Casa da Arquitetura, está espacial e conceptualmente organizada de acordo com as cinco décadas que nos ligam ao 25 de Abril de 1974. Essas cinco décadas correspondem a outras tantas áreas perfeitamente definidas no espaço, mas sem nenhuma espécie de estrutura que possa ferir ou obstruir, minimamente que seja, nem a fluidez do percurso nem a íntegra compreensão da nave como um todo. O desenho da exposição, de autoria do Atelier do Corvo, Carlos Antunes e Désirée Pedro, encontrou a formulação ideal para essa delimitação, por assim dizer. Não se trata de nenhum desenho de chão, nem de nenhum tipo de separadores ou de indutores do sentido da visita, nada disso. O que organiza o espaço das mesas expositoras de acordo com o tempo próprio de cada uma das décadas são cinco grandes paralelepípedos

de base quadrangular, suspensos entre a cobertura da nave e as mesas expositoras. Projetam-se sobre o centro de cada uma das cinco áreas dedicadas à exposição dos projetos e das maquetas, mas são também elas próprias peças essenciais para a comunicação e compreensão da narrativa expositiva. Na face exterior comunicam as datas, o título encontrado para cada uma das décadas e alguns dados mais genéricos; no interior geram um ambiente completamente diferente, mais íntimo, e convidam-nos a entrar nalguns momentos essenciais para a compreensão das sucessivas contemporaneidades. Portanto são peças com um exterior mais informativo, mais frio, e um interior mais próximo, mais quente, na luz e nas cores. Para que esse efeito resulte em pleno, muito contribui também o trabalho de design gráfico desenvolvido por Ana Resende e João Castro (The Royal Studio).



IVO TAVARES STUDIO

LIBERTAR A MALTA A primeira secção, intitulada *Revolution*, cobre o arco temporal de 1974 a 1983 e inicia-se com a Vill'Alcina, a casa de férias de Sergio Fernandez, em Caminha. Foi iniciada três anos antes do 25 de Abril e acabada em 1974. É uma entrada auspiciosa, sem dúvida, que transita ainda dos tempos obscuros com uma organização espacial sublime, levada ao extremo da elementaridade espacial e construtiva. Projeta-se em *plongée* cinematográfico sobre a foz do Rio Minho e o Monte de Santa Tecla. Acompanham-na uma parelha de obras comprometidas com a *Revolution* e três outras que desbravaram o seu caminho autónomo por entre o deslumbramento da Liberdade. A parelha é constituída pelas operações SAAL do Bairro da Bouça, de Álvaro Siza, no Porto, e do Casal das Figueiras, de Gonçalo Byrne, em Setúbal.

Siza compõe a primeira das suas odes à cidade em tempo de libertação, bem no coração do Porto, a outra foi São Vítor, que não chegou a ser acabada. Byrne, por sua vez, procura estoicamente alguma unidade urbana e paisagística, num morro periférico que, como tantos outros, parecia condenado à sementeira casuística de habitações pobres autoconstruídas. Os percursos autónomos, esses são o de Luiz Cunha, coma Igreja de Santa Joana Princesa, em Aveiro, também iniciada em 1971 e finalizada em 1976, o exuberante prenúncio de um caminho *post moderno* ainda não totalmente retórico; a celebrada Casa dos Bicos, de Manuel Vicente e José Daniel Santa-Rita, a sacralidade bacoca da ideia de património exemplarmente exorcizada; e a Casa da Juventude de Beja, de Raul Hestnes Ferreira, um programa que, estando também em total empatia com a *Revolution*, foi trabalhado segundo um elaborado esquema de composição, que lhe vai permitir homenagear os seus mestres de eleição, sem contudo comprometer um modo muito próprio de encarar a arquitetura.

As seis obras que abrem o caminho à Democracia são depois superiormente, e este superior é literal, enquadradas pelo grafismo Pop do Festival RTP da Canção de 1980, o primeiro a cores, com apresentação de Ana Zanatti e Eládio Clímaco, ele com o casaco do *smoking* cor de vinho e ela com brilhantes violeta sobre o vestido escuro, a fotografia de António Variações protagoniza uma certa nostalgia do seu *swing* orgulhoso e desafetado. Depois, uma conversa a três, as dúvidas de Agustina Bessa-Luís, a serena libertação da poesia na imagem de Sophia de Mello Breyner Andresen e a inquieta miscigenação gráfica das ruas de Lisboa de Ana Hatherly, tudo acompanhado de perto por alguns *frames* do filme de Eduardo Geada, Lisboa, o direito à cidade. Portanto, para um período tão conturbado, do ponto de vista social e político, quer as obras escolhidas, quer o seu enquadramento contextual oscilam equilibradamente entre o furor libertador da *Revolution* e o afetado apaziguamento da pós-Revolution.

AVISAR A MALTA Segue-se Europa, o período entre 1984 e 1993 também oscila entre as turbulências da Revolução e a estabilização de uma solução política que já não dispensava a integração europeia. As obras apresentadas também refletem essa oscilação, já não está o SAAL, mas começa a entrar a habitação cooperativa, com a obra de Aldoar, no Porto, de Manuel Correia Fernandes, ou a habitação pública, com o Bairro EPUL do Restelo, em Lisboa, de Nuno Teotónio Pereira, Nuno Portas, João Paciência, Pedro Botelho e Gonçalo Ribeiro Teles. Entra o investimento público em força, sobretudo nas universidades e nos seus edifícios, a curadoria escolheu a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação de Lisboa, de Manuel Tainha.

> **É neste período de *Fin de Siècle* que, na capital, se assiste à consolidação de um conjunto de arquitetos cujas obras, cada vez mais amadurecidas e representativas de percursos autónomos, sobressaem e chamam a atenção da crítica internacional**

Com o investimento privado a subir também, a intervenção de Tomás Taveira nas Amoreiras também sai destacada, e, com isso, são também os arquitetos, técnicos meio cinzentos que antes ninguém sabia quem eram, que começam a subir para a ribalta da comunicação de massas. As Piscinas de Campo Maior, de João Luís Carrilho da Graça, levam a arquitetura para a planície alentejana. Mas o ponto forte neste período é em Guimarães e corresponde ao amadurecimento da intervenção no edificado, que então se começava a designar por património. Foi a transformação em Pousada do Convento de Santa Marinha da Costa, obra seminal de Fernando Távora, que veio, com grande serenidade, esclarecer um conjunto de equívocos e de *clichés* que se tinham vindo a acumular relativamente a este tipo de intervenções arquitetónicas. Quanto aos enquadramentos culturais, sempre em suspensão, e em tempos de reconsiderar a nossa identidade coletiva, pressente-se um *clin d'oeil* à sofisticação: os textos de Eduardo Prado Coelho, as descobertas de José Saramago e de Manoel de Oliveira, a literatura clássica passava a estar ao alcance da contemporaneidade e a condição portuguesa despia-se no filme *Non, ou a Vã Glória de Mandar* e vestia-se com as roupas Ana Salazar.

EMPURRAR A MALTA Já o ambiente de *Fin de Siècle*, 1994-2003, é exposto como uma certa banalização da envolvente sofisticada da década anterior. A RTP junta Vasco Graça Moura e Clara Ferreira Alves e convida Maria Irene Ramalho, Manuel Maria Carrilho e Manuel Graça Dias para uma conversa sobre Modernismo, lembra-nos as crónicas de Manuel Esteves Cardoso, a mordacidade de Herman José e põe Portugal como Futuro, de Eduardo Lourenço, em diálogo franco com Chelas como Presente, bem representado por *Zona J*, o notável filme de Leonel Vieira. As arquiteturas produzidas na viragem do milénio, por sua vez, revelam bem os investimentos públicos da época e, mais do que em qualquer outra década, mostram explicitamente o que já não se podia esconder, uma polarização entre Porto e Lisboa. A chamada Escola do Porto está representada com um escol de obras que faz jus ao que começava a ser a sua projeção internacional, a saber, o Instituto das Comunicações de Portugal – Norte, no Porto, de José Manuel Gigante e João Álvaro Rocha; a Cooperativa de Massarelos, também no Porto, de Francisco Barata Fernandes e Manuel Fernandes de Sá; o Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Aveiro, de Adalberto Dias; o Pavilhão de Portugal na Expo'98, em Lisboa, de Álvaro Siza; e o Estádio de Braga, de Eduardo Souto de Moura. Há depois duas obras que não podiam ser olvidadas, quando nos referimos a esta época, duas obras que representam dois percursos singulares da arquitetura portuguesa da segunda metade do século XX, o de Victor Figueiredo, com o Polo da Mitra da Universidade de Évora, e o de Bartolomeu Costa Cabral, com a Biblioteca da Universidade da Beira Interior, na Covilhã.

Mas é também neste período de *Fin de Siècle* que, na capital, se assiste à consolidação de um conjunto de arquitetos cujas obras, cada vez mais amadurecidas e mais representativas de percursos autónomos, sobressaem e chamam a atenção da crítica internacional. É esse o caso do Centro de Artes de Sines, de Manuel Aires Mateus e Francisco Aires Mateus; do Edifício Xerox, em Lisboa, dos Promontório, Paulo Martins Barata, João Luís Ferreira, Paulo Perloiro, Pedro Appleton e João Perloiro; e da Reconversão dos Estaleiros da Margueira, em Almada, do Contemporânea, Manuel Graça Dias e Egas José Vieira. Este trabalho é um plano para a reconversão urbana dos antigos estaleiros navais de Almada, mas foi também, na época, um *statement* mediático arrojado sobre a questão da cidade, que caiu como uma bomba numa cultura urbanística toda feita de clichês passadistas, de certezas desgastadas e totalmente ineficazes.

A urbanística em Portugal estava ancorada à ação proibitiva, às regulamentações abstratas, à cidade das manchas verdes e dos dois pisos e meio. Ainda hoje o está, tristemente. Os procedimentos restritivos em relação às cidades, herdados da modernidade, tornaram-nas inacessíveis às pessoas e, em parte, as chagas abertas na democracia dos nossos dias estão diretamente relacionadas com isso. Com esta Manhattan em frente ao Terreiro do Paço, Graça Dias e Egas Vieira provocaram um coro de indignações bem-pensantes. Era tudo ao contrário, era New Jersey, ou Brooklin, a mostrar a Manhattan como se faz uma cidade, uma malha reticulada cheia de torres a sério, e não blocos de 10 ou 12 pisos, enlaçada por uma autoestrada elipsoidal. É uma bela homenagem ao legado de Manuel Graça Dias. Para além do mais, no

todo da exposição O que Faz Falta, esta é uma das poucas obras não construídas, mas é também a única qua abarca a escala da cidade. E isso é o que realmente faz falta no contexto da arquitetura portuguesa do último meio século.

AGITAR A MALTA A seguir vem o anticlímax, o período entre 2004 e 2013, intitulado Troika. O sonho milionário do Campeonato Europeu de Futebol começa a transformar-se num pesadelo, todo, ou quase todo o investimento é violentamente travado e a arquitetura volta a ser uma atividade quimérica, coisa de ricos que muito pouco ou nada diz acerca da vida das pessoas. O enquadramento cultural desta década acolhe, como não podia deixar de ser, o êxtase futebolístico das multidões no Euro 2004, um triângulo de personalidades cujos vértices são José Gil e o nosso, de portugueses, Medo de Existir; Paula Rego e as suas telas, simultaneamente intrigantes e reveladoras; e Olga Roriz, num palco vestido com uma arquitetura que dança tão bem quanto os bailarinos. Mas há sempre um filme, e esse é *O Filme do Desassossego*, de João Botelho. Quanto às obras, este foi, por definição, um período em que tudo parou, foi o êxodo dos jovens qualificados, foi um tempo deprimente na economia e em tudo o resto. Ainda assim, é exposto um conjunto significativo de obras, claro que todas foram projetadas antes de 2011 e quase todas foram acabadas antes de 2011. Num promontório na Calheta, Madeira, Paulo David esculpiu a sua Casa das Mudas. A Contemporânea, de Manuel Graça Dias, novamente, Egas José Vieira e Gonçalo Afonso Dias, encenou o Teatro Azul, a magnífica sala de Almada onde assistimos aos espetáculos praticamente em cima do palco. Foi preciso chegar o século XXI para que, no Porto, a arquitetura desempenhasse finalmente um papel de relevo nas infraestruturas de mobilidade, e surgiram as Estações de Metro da Casa da Música, da Trindade, do Bolhão e do Campo 24 de Agosto, de Eduardo Souto de Moura.

A reabilitação de escolas secundárias foi também um *must* para a arquitetura do início do século XXI, a Escola Secundária Dom Dinis, em Lisboa, de Ricardo Bak Gordon, é um lídimo representante desse período. O Conservatório de Música de Vila Real, de António Belém Lima, é construído no lugar do velho Convento de São Domingos e trabalha exemplarmente esse tema sempre motivador, construir sobre o edificado. Os equipamentos de saúde são essencialmente funcionais, mas não se esgotam na funcionalidade e o Centro de Saúde de Vila do Conde, de Paulo Providência, comprova-o com naturalidade. Cada um à sua maneira, quer o Museu do Côa, de Camilo Rebelo e Tiago Pimentel, quer a Ponte da Ribeira da Carpinteira, na Covilhã, de João Luís Carrilho da



IVO TAVARES STUDIO

Graça, inscrevem a arquitetura na paisagem respetiva, premunindo-a em ambos os casos com um complemento que parecia lá ter estado desde sempre.

A relação com o designado património passa por também organizar os pontos de visita preferenciais e enquadrar a sua revelação pública, é isso que faz a intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, em Coimbra, do Atelier 15, Alexandre Alves Costa, Sergio Fernandez e Luís Urbano. A Universidade de Évora continua a construir também fora do centro histórico, a indústria obsoleta dá lugar a instalações universitárias que a evocam, sem retórica nem pantomima, é isso que faz o Complexo de Artes e Arquitetura da Universidade de Évora, de Inês Lobo e João Ventura Trindade. O Museu Marítimo de Ílhavo e Aquário dos Bacalhaus, dos ARX Portugal, Nuno Mateus e José Mateus, pega num tema fetiche para a região de Ílhavo e adequa-o ao lugar, às gentes e, sobretudo, ao espólio a mostrar. Finalmente, o Teatro Thalia, Lisboa, de Gonçalo Byrne e Barbas Lopes, Patrícia Barbas e Diogo Seixas Lopes, é não só a única obra cuja construção passa já para o período posterior à entrada em funções da Troika, mas também a fénix que não chega a renascer das cinzas porque a ruína interior, na sua nudez e no contraste com a vestimenta clássica do exterior, é mais contemporânea e mais atraente do que qualquer mero restauro pudesse ser.

ACORDAR A MALTA Aproximamo-nos cada vez mais do fim da nave principal da Casa da Arquitetura, aproximamo-nos cada vez mais do nosso tempo, sabemos que, à medida que a distância temporal se encurta, decresce também a distância crítica, e essa talvez seja a razão pela qual esta última década mostra o maior número de obras. Wi-Fi inicia-se em 2014 e termina em 2023. Praticamente, estamos ainda a vivê-la, no contexto que a enquadra, aqui como em todos os outros literalmente suspenso, lemos o último Herberto Helder, vemos Sara Sampaio e Cristiano Ronaldo, *frames* do Bom Dia Portugal da RTP e de *Onde Fica Esta Rua?* ou *Sem Antes Nem Depois*, de João Pedro Rodrigues e João Rui Guerra da Mata. A maioria das obras remete-nos para um tridente de arquiteturas que vai desde as que se mantêm fiéis a um relacionamento tradicional com o legado epistemológico até algumas outras que flutuam inquietas na ondulação das grandes questões da contemporaneidade, ou ainda uma última que, de tanto ansiar pelo futuro, percorre a nostalgia de uma ingenuidade que talvez nunca tenha tido como sua. Assim o são, em primeiro lugar, o Museu Nadir Afonso, em Chaves, de Álvaro Siza; o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, na Ribeira Grande, São Miguel, de João Mendes Ribeiro e Menos é Mais, Cristina Guedes e Francisco Vieira de Campos; a Escola Secundária Luís de Freitas Branco, em Oeiras, do Atelier de Santos, Pedro Machado Costa e Célia Gomes; o Terminal Intermodal de Campanhã, no Porto, de Nuno Brandão Costa; e as Escadas Monte dos Judeus, no Porto, dos DepA, Pablo Pita, Carlos Azevedo, João Crisóstomo e Luís Sobral, Pablo Rebelo e Pedro Pita; a Adega Azores Wine Company, Madalena, Pico, dos SAMI + DRDH Architects, Inês Vieira da Silva e Miguel Vieira; a Biblioteca de Grândola, de Pedro Matos Gameiro e Pedro Domingos; a Adega 23, em Vila Velha de Rodão, do Atelier Rua, Francisco Freitas, Luís Valente, Paulo Borralho e Rui Didier; as Instalações Desportivas do Colégio Efanor, em Matosinhos, de Paula Santos; e o Mercado do Bolhão, no Porto, de Nuno Valentim. Em segundo lugar, o Hotel Paraíso 331, no Porto, de Pedrês, Francisco Adão da Fonseca; a House Over the Hills, em Paredes, de Diogo Aguiar Studio; e o Exposed Concrete, em Faro, dos Corpo Atelier, Filipe Paixão, Laura Correia, Laura Bação, Diogo Silva e Pietro Pucci. E por último, as Six Houses and a Garden, no Porto, dos FALA Atelier, Filipa Magalhães, Ana Luísa Soares, Ahmed Belkhodja e Lera Samovich.

A EXPOSIÇÃO O QUE FAZ FALTA 50 ANOS DE ARQUITETURA PORTUGUESA EM DEMOCRACIA *(1974-2023)* inicia-se com a instalação *Before*, do Atelier do Corvo, que remete para excertos de uma tradução inglesa das *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa, publicadas pela primeira vez em 1972, e termina com outras duas instalações sob o título de After, um módulo multimédia participativo, de autoria de Sérgio Rebelo, e *Anexo*, de Sandra Poulson, que remete para o imenso universo de autoconstrução que constitui a solução habitacional para muitos milhões de pessoas em todas as latitudes.

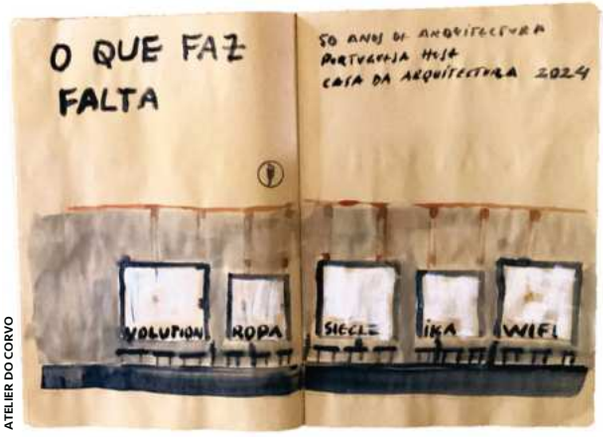
Pelo meio concentram-se, plenamente enquadradas pelos respetivos contextos culturais, as arquiteturas representativas de meio século de democracia. Percorremo-la como quem se questiona o que é que a democracia, ou o sistema como lhe chamam hoje os seus mais encarniçados detratores, teve a ver com todo aquele fantástico rol de obras e projetos, desenhos, esquissos e maquetes, que se vão alinhando na sala? E agora parece mais simples responder. Sim, foi a democracia que deixou fluir com naturalidade a arquitetura, não a tentou rotular, não a tentou pôr ao serviço de nenhum interesse obscuro. A arquitetura portuguesa da democracia é uma atividade da qual nos podemos orgulhar, não só os arquitetos e as arquitetas, mas todos nós, democraticamente falando. Por isso fazia falta. E continuará a fazer. Isto, claro está, se também continuar a haver democracia, já nada é certo, nos dias que correm. A arquitetura também pode ser efémera, como a democracia, mas ambas fazem falta, se fazem...

Estou certo, porém que a exposição perdurará nas nossas memórias. Tal como nas exposições anteriores de Jorge Figueira, percorremos a história com a mágica sensação de que a nossa contemporaneidade está totalmente mergulhada nela. Com a sensação de quem, irreversivelmente impelido em direção ao futuro, mas com os pés assentes no catastrófico presente, lança um esgar brilhante e atento sobre a arquitetura, sobre o seu contexto histórico, sobre as suas próprias razões intemporais e sobre a sua própria tradição, tal como o fez o célebre anjo de Klee e de Benjamin, precisamente numa altura em que a democracia estava a esmorecer. JL

A seguir vem o anticlímax, o período entre 2004 e 2013, intitulado Troika. O sonho milionário do Campeonato Europeu de Futebol começa a transformar-se num pesadelo, todo, ou quase todo o investimento é violentamente travado e a arquitetura volta a ser uma atividade quimérica, coisa de ricos que muito pouco ou nada diz acerca da vida das pessoas

Não um cânone, um panorama plural da nossa arquitetura

JORGE FIGUEIRA E ANA NEIVA



ATELIER DO CORVO



ATELIER DO CORVO


IVO TAVARES STUDIO


IVO TAVARES STUDIO

1 A exposição *O que faz falta. 50 anos de Arquitetura Portuguesa em Democracia* (1974-2023), patente na Casa da Arquitetura em Matosinhos até 7 de setembro, celebra cinco décadas de produção arquitetónica em Portugal, a partir de 49 obras e um projeto, enquadradas por manifestações culturais, artísticas e políticas. O título, retirado da canção de José Afonso lançada em 1974, sublinha a urgência da arquitetura enquanto direito fundamental e serviço público, reflexo das mudanças sociais e catalisador na construção e consolidação do espaço democrático.

A seleção curatorial propõe uma leitura crítica da arquitetura portuguesa produzida em democracia, destacando a contribuição de arquitetos de várias gerações ilustrando a diversidade geográfica e cultural do país e abordando uma ampla variedade de escalas, programas e abordagens, em articulação com uma sempre renovada dimensão pública.

O percurso expositivo inicia-se com a experiência *Before*, que evoca a repressão e a resistência cultural em Portugal e onde pode ouvir-se um excerto de *Novas Cartas Portuguesas*, de Maria Teresa Hora, Maria Isabel Barreno e Maria Velho da Costa (as "Três Marias"). O "antes" da democracia prepara o terreno para os cinco módulos seguintes:

Revolution explora o período revolucionário com a emergência do social, e o pós-revolucionário marcado pela estabilização liberal, com o surgimento de novos programas públicos, traduzindo diversos modos de fazer arquitetura, em redescoberta da identidade do país.

Europa reflete sobre os anos da adesão à Comunidade Económica Europeia e as suas repercussões na infraestruturação do território, a modernização das cidades portuguesas, pontuando o arranque da internacionalização da arquitetura portuguesa.

Fin de Siècle traduz a tensão do final do século, com a revisão e balanço do passado e testemunha a redefinição da paisagem de Lisboa com a Expo'98, a democratização do ensino, a construção de equipamentos culturais, e um reforço otimista do papel da arquitetura na sociedade portuguesa. *Troika* aborda a crise económica e identitária que o país enfrentou, analisando as reconfigurações na prática arquitetónica e o crescimento exponencial do turismo.

Wi-fi trata as transformações tecnológicas e a urgência da agenda climática, refletindo os desafios, debates e experiências em curso que respondem às exigências do mundo contemporâneo.

A exposição encerra em *After*, com duas obras artísticas: a instalação "Anexo" (2024), de Sandra Poulson – uma apropriação e reconstrução simbólica de uma arquitetura informal – e uma peça multimédia interativa, "O Que Faz Falta", de Sérgio M. Rebelo.

> **A exposição celebra cinco décadas de produção arquitetónica em Portugal e propõe ao visitante uma leitura ativa e participada da arquitetura como expressão da vida democrática**

2 À ritmada estruturação temporal sobrepõe-se um conjunto de temas profundamente ligados às conquistas democráticas e à nova Constituição portuguesa (1976). A partir da reivindicação de direitos fundamentais — que exigiram o acesso à habitação, a multiplicação de equipamentos de saúde e a democratização do ensino —, a par com a afirmação dos valores culturais e patrimoniais, a valorização das infraestruturas sociais e de mobilidade e a crescente urgência da agenda climática.

Ao valorizar estas dimensões essenciais para a construção e defesa dos direitos de expressão, pensamento e reunião em Espaço Público — comum, coletivo e colaborativo —, procurámos evidenciar como a arquitetura se constituiu enquanto prática cultural e agente de transformação política e social. Este exercício levou-nos a deslindar as origens de diversos fios condutores que inauguraram temas, programas e abordagens. Optar por apresentar apenas 49 obras e um projeto, entre um universo imenso de possibilidades, implicou destacar esses inícios como marcos significativos de uma narrativa mais ampla.

Ao longo do percurso, são revisitados momentos determinantes da história contemporânea portuguesa, como a Revolução de Abril de 1974, a adesão à Comunidade Económica Europeia em 1986, a Expo'98, o Porto 2001 - Capital Europeia da Cultura, o Euro 2004, a intervenção da Troika em 2011 ou a pandemia de 2020. Estes marcos são acompanhados pelas respetivas inflexões na prática arquitetónica e nos discursos sobre a cidade e o espaço público.

O Programa SAAL, com os seus exemplos paradigmáticos como o Bairro da Bouça, no Porto, ou o Casal das Figueiras, em Setúbal, representa a urgência habitacional e o espírito participativo do pós-25 de Abril. As cooperativas de habitação, como Aldoar e Massarelos, são expressão do associativismo e da defesa do espaço coletivo.

Os equipamentos de ensino representam a democratização do acesso ao conhecimento, impulsionada por fundos europeus. Do Polo da Mitra à Universidade da Beira Interior, do edifício de Engenharia Mecânica da Universidade de Aveiro às escolas secundárias reabilitadas pelo programa Parque Escolar, como a Escola Secundária D. Dinis, em Lisboa, ou a Escola Luís de Freitas Branco, em Oeiras, destaca-se o contributo da arquitetura para o sistema educativo.

A cultura, pilar fundamental da democracia, surge através de obras como o Centro de Artes de Sines, o Arquipélago – Centro de Artes Contemporâneas, a Casa das Mudas, o Museu Nadir Afonso ou a nova Biblioteca de Grândola. Estas infraestruturas descentralizadas qualificam territórios, criam novos espaços públicos e reforçam a dimensão democrática da arquitetura.

A arquitetura das pequenas e médias cidades é também valorizada: da Câmara Municipal de Matosinhos à Casa da Juventude de Beja, das Piscinas de Campo Maior à Igreja de Santa Joana, em Aveiro, são exemplos de obras que organizam o espaço urbano como lugar de encontro e coesão social. Já os centros de saúde, como o de Vila do Conde, ou os pequenos equipamentos desportivos e culturais, configuram redes de proximidade fundamentais.

OUTRAS OBRAS, de caráter emblemático, como o Complexo das Amoreiras ou o Pavilhão de Portugal, são atravessadas pela visibilidade mediática e a projeção internacional da arquitetura portuguesa. O Estádio de Braga e o projeto não construído para os Estaleiros da Margueira, por exemplo, ilustram a forma como a arquitetura se colocou no centro do debate sobre a cidade e o desenvolvimento.

A reabilitação do património é outra linha estrutural. A Pousada de Santa Marinha da Costa, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, o Mercado do Bolhão, a Casa dos Bicos ou o Teatro Thalía ilustram abordagens distintas que conjugam memória e contemporaneidade, propondo novas formas de fruição dos espaços históricos.

No campo da mobilidade, destaca-se o papel da arquitetura na estruturação do território: das escadas do Monte dos Judeus à ponte pedonal da Ribeira da Carpinteira, do Terminal Intermodal de Campanhã ao Metro do Porto, que com seis linhas e 85 estações transformou profundamente a área metropolitana.

A seleção inclui ainda casas unifamiliares e pequenos programas que funcionam como laboratórios de ideias e formas, como a Vill'Alcina, a House Over the Hills ou o Paraíso 331. Projetos como Seis Casas e um Jardim ou Exposed Concrete reafirmam a expressão artística da arquitetura portuguesa.

Com curadoria dos autores deste texto, projeto expositivo de Carlos Antunes e Désirée Pedro (Atelier do Corvo), e design gráfico de Ana Resende e João Castro (The Royal Studio), a exposição assenta numa estrutura de mesas e peças suspensas. Reúne 407 desenhos (119 originais), 274 fotografias e 39 maquetes.

O que faz falta não institui um cânone, mas oferece um panorama plural da arquitetura portuguesa em democracia, cruzando escalas, geografias e autores. Propõe ao visitante uma leitura ativa e participada da arquitetura como expressão da vida democrática. JL

A cenografia expositiva

CARLOS ANTUNES E DÉSIRÉE PEDRO

Genericamente uma exposição surge da necessidade de registar e explicar a narrativa curatorial criada sobre um determinado tema ou temas. A exposição reflete o diálogo interoperável entre a curadoria e a cenografia, onde a presença de espectadores que irão ver, ouvir e circular entre conteúdos darão sentido e completarão a narrativa espacial criada. Desenhar uma exposição é, por isso, contar uma história dentro da história que a curadoria construiu, é criar um suporte físico mais ou menos inteligível, literal ou metafórico dessa narrativa, num espaço existente com determinadas características espaciais e formais que o definem e conformam.

Criar um suporte expositivo para *O que faz falta. 50 anos de arquitetura portuguesa em democracia*, na Casa da Arquitetura, onde tantas extraordinárias exposições têm acontecido, foi um grande desafio colocado à cenografia.

A partir da necessidade de definir os núcleos temáticos num *continuum* espacial, começou a formalizar-se a necessidade de criar um rio de informação por onde fluíam os projetos, agregando-se em torno de ilhas temáticas. Mas um rio também pode ser uma peça central na definição do desenho das margens e do centro, das ruas, dos largos e das praças, dos portos de abrigo, da circulação e da pausa dos corpos em movimento, lendo os conteúdos expositivos.

A encomenda previa a utilização dos módulos expositivos existentes, desenhados por Eduardo Souto de Moura e se possível a reutilização de estruturas de outras exposições.

A quantidade de conteúdos a expor implicou aumentar o número de bases existentes, isoladas ou associadas, mantendo o desenho dos existentes, mas definindo novos suportes autoportantes, que pudessem ser amovíveis em futuras exposições e que não danificassem os módulos existentes.

Visitar a sala de exposições sem a luz cenográfica da anterior exposição, permitiu ver o espaço existente de um modo desassombrado, sem pré-juízos, sem filtro, onde a estrutura das asnas existentes, a sincopar a nave que apresenta um pé-direito considerável, pareceram ser a solução para a formalização dos núcleos temáticos.

Estava encontrado o tema formal dos suportes expositivos: estruturas cruzadas de direção alternada com marcação de encaixes e assemblagens que suportariam os módulos que continham informação gráfica e impressa e as bases das maquetas. Os núcleos temáticos seriam agrupados em torno de caixas suspensas, executadas em cartão alveolar, também elas mostrando os sistemas de assemblagem. Estas caixas precárias teriam conteúdos de natureza distinta na superfície exterior e interior, pintada com a cor específica de cada núcleo, escolhida pela equipa de designers. Essa cor foi assinalada apenas num topo de uma perna de cada módulo e de cada base de maqueta, permitindo que as fugas ao perímetro imediato da caixa suspensa ecoassem subtilmente na leitura do espetador. Os cinco núcleos temáticos e temporais podiam organizar-se de um modo fluido, sem geometrias unidirecionais, com caminhos mais acelerados ou mais pausados, cruzando-se com outros e assim definindo uma praça, de onde, por sua vez, outros caminhos partem. Mas faltava ainda encontrar o *before* e o *after* que a narrativa curatorial previra.





FOTOS: IVO TAVARES STUDIO

> **A partir da necessidade de definir os núcleos temáticos num *continuum* espacial, começou a formalizar-se a necessidade de criar um rio de informação por onde fluíam os projetos, agregando-se em torno de ilhas temáticas**

MAIS UMA VEZ A LEITURA da preexistência definiu a solução: a caixa com infraestruturas, construída em tijolo de cimento pintado de branco e forrada com chapas de inox pelo exterior, situada em frente da entrada impunha-se de tal modo, que parecia incontornável não tirar partido plástico e metafórico dessa presença. Era simultaneamente o ecrã e o dispositivo dissonante que permitia direcionar os visitantes para o início da exposição. Dentro dele, ecrãs de *led* com texto corrido em cores RGB traduziam para inglês fragmentos das *Novas Cartas Portuguesas*, texto seminal de Maria Velho da Costa, Maria Teresa Horta e Maria Isabel Barreno, reproduzindo um ambiente claustrofóbico, heterotópico, como era o espaço antes da Revolução.

No extremo oposto, para o *after*, propuseram-se duas realidades distintas: um módulo interativo desenvolvido por Sérgio Rebelo que "visualiza" as opiniões dos visitantes sobre a exposição e uma "casa" da artista Sandra Poulson, dando continuidade à proposta desenvolvida para o Anozero'25. Trabalhando a partir da realidade construtiva precária dos musseques de Luanda, a artista tem vindo a desenvolver proto construções de caráter pragmático e arquetipal, centrando-se no inalienável direito à habitação. Sobre esta estrutura justapõe gradeamentos nos vãos, bordados a fio amarelo, introduzindo uma dimensão ornamental que procura humanizar o ato de habitar. Perante a previsível expectativa de um final que apontasse no sentido mais tecnológico e glamoroso, a solução encontrada, assume as contradições das distintas velocidades e tecnologias que estão presentes na(s) arquitetura(s) da contemporaneidade.

A partir de um programa de grande complexidade e diversidade formal de conteúdos, a cenografia expositiva foi pensada como um exercício de clarificação do diálogo entre a curadoria, o design, as obras, o espaço e os visitantes. JL

As nossas sugestões de JUNHO



Porto Editora · ASSÍRIO & ALVIM · LIVROS DO BRASIL · Ideias de Ler

Gilda Oswaldo Cruz

Uma família proustiana

Pianista com carreira internacional, responsável pelas primeiras gravações do compositor Cláudio Santoro, revelou-se em 2010 como romancista com uma saga familiar que revolve as suas memórias de infância e juventude e a figura do seu avô, nome maior das campanhas de vacinação e do combate às epidemias na primeira metade do século XX. *Na Sombra do Herói* é publicado agora em Portugal, na Mariposa Azual, permitindo conhecer melhor uma artista multifacetada, que também trabalhou na área da edição, e que vive em Portugal com o seu marido, o psiquiatra, prof. universitário e escritor português António (Bracinha) Vieira. O **JL** entrevista a escritora, descobrindo o outro lado dos grandes vultos e o impacto que têm nas suas famílias, a que juntará, em próxima edição, a crítica de Linda Santos Costa

LUÍS RICARDO DUARTE

Todas as famílias são iguais, já se sabe, quer se conheça ou não a celebre frase de Tolstói. Mas para Gilda Oswaldo Cruz a questão não é saber se as famílias são felizes ou infelizes, todas iguais ou cada uma à sua maneira. Para a pianista e escritora brasileira, a certeza é outra: "Todas as famílias são demoníacas, como muitos outros escritores também já o disseram. A imagem da família idílica é uma invenção", adianta ao JL. "Para o bem e para o mal, é na família que se trava o jogo das paixões, das heroicidades, das injustiças e das falsidades."

É desse material que é feito o seu primeiro romance, *Na Sombra do Herói*, publicado recentemente em Portugal, na Mariposa Azual, e que revela aos leitores portugueses o outro lado da pianista brasileira há muito radicada em Lisboa. Esta é e não é a história da sua família. O romance tem como base a sua experiência e sobretudo a das gerações anteriores, cobrindo um período que vai de 1910 até 1941. Mas é acima de tudo uma recriação, com outros nomes e circunstâncias. Uma saga inventada para ser mais verdadeira, distante para ser ainda mais próxima.

E, diga-se, a família de Gilda Oswaldo Cruz não é uma família qualquer. Tem um elemento comum a muitas genealogias brasileiras, com um português que saiu de Trás-os-Montes para seguir a utopia do outro lado do Atlântico, mas tem sobretudo a figura notável de Oswaldo Gonçalves Cruz (1872 – 1917), que revolucionou o combate às doenças endémicas do Brasil e sobretudo do Rio de Janeiro. Não poucos viram nele um "herói nacional".



Gilda Oswaldo Cruz **Um primeiro romance depois de muitos concertos**

Com a mesma maestria com que interpreta uma pauta, Gilda Oswaldo Cruz indaga a essência das personalidades que marcam uma época e a sombra que lançam na sua família. Oswaldo Cruz passou a ser um apelido com peso, às vezes excessivo, e no romance é feita a anatomia desse sentimento, com uma vastíssima galeria de personagens, próxima, talvez, das variações a que a música clássica também nos habituou. "Se o tema é justamente a sombra que o herói lança, quando mais exemplos tiver melhor", explica. "A tensão vivida numa família com estas características é grande e transversal, sobretudo nos homens. Mesmo quando igualmente brilhantes e inteligentíssimos, há sentimentos e ressentimentos que surgem inesperadamente."

UMA MÚSICA PESSOAL

Gilda Oswaldo Cruz nasceu no Rio de Janeiro, em 1938, e da infância guarda inúmeras memórias. Poderia até subscrever aquela frase que tantas vezes se ouve e segundo a qual "a infância é a pátria de um escritor". Tem muitas recordações porque se reconhece, desde muito cedo, como uma pessoa observadora. Era até capaz de estar a ler um livro – uma paixão e um vício consolidados muito cedo – e, ainda assim, ver e ouvir o que se passava à sua volta. Muito do que recriou no seu romance de estreia, *Na Sombra do Herói*, tem como fonte essa memória prodigiosa, tão importante também para a música.

> **Todas as famílias são demoníacas. Para o bem e para o mal, é na família que se trava o jogo das paixões, das heroicidades, das injustiças e das falsidades**

A infância não foi, no entanto, um mar de rosas. Teve muitas alegrias quer na vivência urbana, quer no tempo que passava na casa de família no interior do estado. Mas havia, como será de esperar em todas as famílias, alguma tensão, os seus conflitos, assuntos por resolver. Nunca conheceu o avô, mas percebeu cedo que os seus descendentes eram por vezes cacos de um vaso que tardava em se fazer comum. E que inseguranças, ressentimentos ou incapacidades, por falta de talento ou de sorte, impediam as gerações mais novas de igualar ou superar os feitos do patriarca da família.

Com esse legado, Gilda Oswaldo Cruz decidiu não entrar na luta. Talvez tenha encontrado na arte uma forma de superar o trauma que identifica nos descendentes dos heróis. A par da leitura, que por vezes assumia os contornos de ofício, iniciou os seus estudos de piano aos 9 anos, com Wilma Graça. Estava encontrada a segunda paixão da sua vida.

A inclinação para a música, contudo, não agradou ao pai, Walter Oswaldo Cruz, que também fez percurso, como o modelo familiar, nas áreas da ciência e da medicina e que defendia o mesmo para os filhos. Mas Gilda não desistiu. Continuou a sua formação com Liddy Chafarelli Mignone e ingressou na Escola de Música da UFRJ na classe de Arnaldo Estrella, com quem ficou "absolutamente fascinada". O mestre exigia-lhe pelo menos quatro horas de prática em casa por dia e a discípula nunca falhou. "A minha vida mudou aí", garante.

Nessa altura, a sua persistência já era bem conhecida na família, com resultados que ninguém foi capaz de antecipar. É que certo

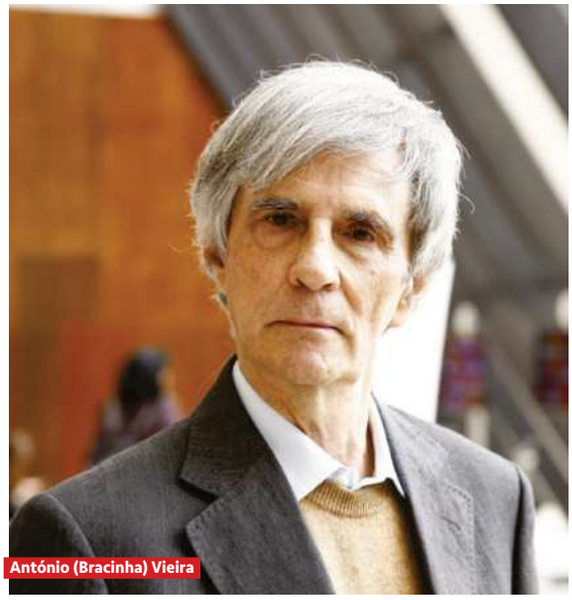
dia decidiu concorrer a um popular programa de televisão, *O Céu é o Limite*. Na sua casa não havia televisão, mas alguém que conhecia bem os seus saberes enciclopédicos, deixou-lhe a sugestão. E Gilda agarrou. "Eu lia tudo o que me davam para a mão", reconhece hoje. "E o assunto ficava. O meu pai, por exemplo, na tentativa de me ligar à ciência e à medicina, dava-me livros de biologia que eu devorava. Mas no fim dizia: gostei muito, mas não é para mim".

A mesma voragem teve com Marcel Proust, ao ponto de se inscrever em oito bibliotecas diferentes do Rio para ter acesso a novos livros. E foi justamente esse o tema que submeteu a concurso. Na altura, vendo a sua juventude, apenas 18 anos, perguntaram-lhe se queria falar da vida ou da obra. "Vida e obra, claro", respondeu. E ao fim de sucessivas perguntas e programas saiu-se vencedora. Do pai recebeu um comentário esperado: "Televisão? Isso é prostituição intelectual". Mas conquistou o respeito da família. E muito reconhecimento social – "as pessoas apontavam para mim e comentavam", lembra entre sorrisos. Abriu, ainda, as portas do seu futuro. O dinheiro permitiu-lhe concluir os estudos em Viena, na Áustria, onde teve como mestres Hans Graf e Bruno Seidhofer.

Ter recebido, no final do curso, o título de "virtuose", distinção reservada aos melhores alunos, anunciava uma carreira com muitos concertos, para a qual, aliás, foi imediatamente desafiada. Mas Gilda definiu outras prioridades. Casou, teve três filhas e percebeu que o seu percurso musical como concertista teria de ser adiado. E adiou-o por 20 anos, durante os quais descobriu uma nova vida.



Reportório **Assinou as primeiras gravações de Cláudio Santoro**



António (Bracinha) Vieira

Gilda Oswaldo Cruz cria um mundo consistente, um mundo feito de palavras que dão a ver a paisagem natural e humana, sublinha Linda Santos Costa

ENTRE LÁ E CÁ

"Eu vejo literatura em si". A frase, ouvi-a muitas vezes Gilda Oswaldo Cruz. Estava de regresso ao Brasil, desde 1973, com três filhas pequenas. A necessidade aguçou o engenho e dominando várias línguas e com sentido prático, sem esquecer o gosto pelos livros, aventurou-se no mundo editorial. Pela mão de Geraldo Jordão Pereira entrou na José Olympio, selo editorial histórico do Brasil, fundado em 1931 e hoje integrado no Grupo Record. Aí conheceu os grandes nomes da literatura brasileira (Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Rachel de Queiroz ou Raduan Nassar) e muitos lhe vaticinavam um romance em gestação, destino que haveria de cumprir muitos anos depois. Da área editorial, onde fez um pouco de tudo, lembra ainda a coordenação, durante três anos, da Funarte, no tempo de Maria Edméa Falcão. Mas a vontade de regressar à Europa falou mais alto.

Queria regressar, num duplo sentido. À Europa, mas não ao frio. E também à música. A oportunidade surgiu, agora com o apoio de Alberto da Costa e Silva, em 1984, com a direção do Centro de Estudos Brasileiros em Barcelona. "A escolha da Catalunha é fácil de explicar: o horário", recorda. "Começava a trabalhar às 15 e acaba às 21, o que me permitia ter tempo para o piano. Assim foi possível conciliar a divulgação da cultura brasileira e a recuperação da técnica". A carreira de concertista era então possível, tanto em Espanha com em outros países. Em muitas ocasiões apresentou-se com o pianista Arpad Bodo ou ainda com o violoncelista Josep Bassal e o percussionista Martin Hug.

Com o regresso ao piano e com os concertos, abriu-se também a hipótese de gravar em estúdio algum do seu reportório. A escolha recaiu em Cláudio Santoro, compositor brasileiro nascido em Manaus, em 1919, e falecido em Brasília, em 1989. Os dois cd que lançou incluem sonatas, sonatinas, prelúdios, peças infantis e baladas.

A gravação destes dois álbuns marcou outra mudança na sua vida, neste caso com a sua fixação em Lisboa, partir de 2004. Também aqui houve um regresso, já que estava a habitar o país do seu trisavô, nascido em Trás-os-Montes e que imigrou para o Brasil. A aproximação a Portugal teve como primeiro momento uma visita à geografia familiar, a que se seguiu uma temporada em que pôde ensaiar durante um mês na Gulbenkian e conhecer o país. Mas teve o seu momento decisivo quando conheceu o psiquiatra, prof. universitário e escritor António (Bracinha) Vieira. Apresentados por uma amiga comum, rapidamente descobriram afinidades na literatura e no pensamento, de que o volume "a seis mãos" que acaba de lançar é bem ilustrativo. O texto original é de Friedrich Nietzsche (*Acerca da Verdade e da Mentira no Sentido Extra-Moral*), a tradução de Gilda Oswaldo Cruz e o ensaio introdutório de António Vieira.

TOCAR OUTRO TECLADO

Chegava, então, o tempo da literatura. De tocar "outro teclado". Foi António Vieira quem lhe deu o impulso final. Já há muito que Gilda sentia que tinha bom material na sua família para escrever um romance, mas a "fagulha elétrica" surgiu quando os dois visitaram o Brasil pela primeira vez como casal. Ao conhecer mais a fundo a sua família, António Vieira reconheceu nela "um verdadeiro mundo proustiano nos trópicos".

Inaugurou-se, então, uma nova rotina. Piano de manhã, sobretudo nas temporadas de concertos, e a escrita ao final do dia, sempre com o mesmo método. Sentar-se à frente do computador, fechar os olhos, reviver uma imagem forte e recriá-la em prosa, com as alterações que a intuição ordenasse. Assim surgiu aos poucos *Na Sombra do Herói*, que publicou no Brasil, em 2010.

"*Na Sombra do Herói* é uma saga familiar (projeto que tem semelhanças aparentes com os *Buddenbrooks*) seguindo a trajetória de três gerações de uma família carioca de ascendência portuguesa ao longo de 30 anos (1910-1940). Mas, para além das vicissitudes e aventuras pessoais dos membros da família, Gilda Oswaldo Cruz cria um mundo consistente, um mundo feito de palavras que dão a ver a paisagem natural e humana, os animais e as plantas, as casas e seus recheios, as pessoas com as suas ideias e vestuário, os eventos políticos e sociais, na Europa e no Brasil, que irão determinar configuração do século XX", afirma, sobre o romance, em artigo a publicar em próxima edição, Linda Santos Costa. "A capacidade de erguer esse mundo (algumas pinceladas seguras e certeiras) atesta bem a maioridade narrativa da escritora que, tardiamente, se aventurou na arte da escrita (dir-se-ia que se processou um processo de transferência da arte musical para o reino da escrita). Se o mundo, onde as personagens atuam e evoluem, existe em si e tem uma consistência própria, a natureza do romance leva-nos a concentrar a atenção nas suas ações e interações que tecem a intriga propriamente dita."

Pensa agora, depois de já ter publicado, em 2017, a fábula *O Caso do Amendoim Roubado*, em reincidir no romance. Como *Na Sombra do Herói* encerra em 1941, talvez possa chegar uma continuação, centrada na formação da própria Gilda ou no alter-ego que encontrar. "Quem se vai expor agora sou eu", afirma. "Por isso é que está a custar tanto a avançar [*risos*]. Mas já tenho 50 páginas" Também garante que não vai desistir, como num desistiu, ao longo da sua vida, diante qualquer obstáculo. JL



› *Gilda Oswaldo Cruz*
NA SOMBRA DO HERÓI
Mariposa Azul, 412 pp, 20 euros

Louvor e simplificação de Nelson de Matos (1945-2025)

Morreu no passado dia 8, aos 79 anos, o que foi um dos mais importantes editores portugueses, nomeadamente pela sua ação à frente da D. Quixote, de que durante muitos anos foi também proprietário, e como editor de muitos dos mais destacados autores nacionais, alguns dos quais lançou ou contribuiu muito para a difusão, inclusive internacional, da sua obra. Aqui o evocamos com textos de outro prestigiado editor, que com ele longamente conviveu e trabalhou, e de uma escritora (então jornalista do **JL**) de que publicou o primeiro romance, tendo-a estimulado a escrevê-lo, e os livros que se lhe seguiram

MANUEL ALBERTO VALENTE

"Com a morte de Snu Abecassis, as Publicações Dom Quixote foram vendidas a Nelson de Matos, meu velho amigo: conhecíamo-nos desde antes do 25 de Abril, saí em sua defesa quando foi afastado da Moraes e, durante uns tempos, tínhamos partilhado casa no Lumiar. Um dia, inesperadamente, ele telefonou-me para o Porto com a proposta de eu regressar a Lisboa para assumir as funções de diretor editorial da casa. Como escrevi algures, aos 35 anos todas as loucuras são possíveis: não hesitei em dizer-lhe que sim, fiz as malas, deixei a meio um amor que prometia, e regressei à capital disposto a conquistar o mundo. Aí começou a sério o meu percurso na área editorial.

A Dom Quixote ocupava então um palacete (já demolido) da Rua Luciano Cordeiro. Na sua organização notava-se perfeitamente a marca de uma mulher. O Nelson destinou-me uma sala do primeiro andar que tinha sido antes o arquivo da editora. Nas grandes gavetas de madeira que ocupavam todas as paredes guardavam-se alfabeticamente os catálogos das editoras estrangeiras. E, noutras, recortes de jornais e revistas com artigos sobre escritores, mesmo que não pertencessem ao catálogo da casa. Era um bem inestimável, num tempo em que ainda não se sonhava com a net.

E foi assim, rodeado desse património, que me sentei pela primeira vez à minha mesa de trabalho. Diante dela, para as visitas, estava um dos maples de couro que pertencera antes ao escritório de Snu. Muitas vezes me perguntei que segredos guardaria aquele maple…

Herdávamos um catálogo prestigiadíssimo (para que muito contribuíra o trabalho de Carlos Araújo) e tínhamos o compromisso não só de respeitar o seu espírito, como de o desenvolver e adaptar aos novos tempos. Sentimos que o interesse pelos livros marcadamente políticos, que tinham ocupado o espaço editorial no pós-revolução, começava a esmorecer e que era urgente seguir outro caminho. A minha proposta foi apostar forte na Literatura, nacional e estrangeira, sobretudo nesta última, que ficara em pousio durante largos anos. Por algum tempo Nelson mostrou-se relutante no que tocava às traduções. A contratação de João Carlos Alvim trouxe-me um aliado de peso, e foi assim que, em 1983, lançámos a colecção "Ficção Universal", que viria a tornar-se um repositório único dos grandes autores internacionais. Francófonos de formação, como quase toda a gente nesse tempo, não espanta que os primeiros títulos tenham sido *Gaspar, Belchior & Baltazar*, de Michel Tournier, *Infância*, de Nathalie Sarraute, e *A Insustentável Leveza do Ser*, do checo radicado em França Milan Kundera.


Nelson de Matos
LUÍS BARRA

A publicação do livro de Kundera (traduzido por Joana Varela) constituiu um acontecimento: não só pelas vendas alcançadas, mas sobretudo pelo facto de a expressão "insustentável leveza" ter passado a servir para tudo, desde a "insustentável leveza da política" à "insustentável leveza" de um qualquer jogador de futebol. Pessoalmente, considero a publicação desse livro o primeiro grande momento da minha carreira de editor." (Excerto das minhas memórias, em construção…)

FALAR DE NELSON DE MATOS

É, muito provavelmente, falar do período mais feliz da minha vida: não só porque foi ele, ao convidar-me para diretor editorial da "nova" Dom Quixote, a marcar definitivamente o curso da minha carreira profissional, mas também porque reforçámos então uma amizade (de irmãos) que já vinha de trás, mas que depois atingiu um grau de intimidade que nunca tive com mais ninguém.

Nelson de Matos, é preciso dizê-lo, foi o maior editor da minha geração. Não porque não houvesse outros (Piedade Ferreira ou Zeferino Coelho, por exemplo), mas porque foi o único a construir uma grande empresa, adiantada para a época, dotada de um grupo de funcionários qualificados para cada sector da complexa atividade editorial. Refira-se, a título de exemplo, que a Dom Quixote foi a primeira editora a ter um(a) responsável pela comunicação, um *attaché de presse*, como então francofonamente se dizia.

Deixando para outros, com total liberdade, as escolhas em literatura estrangeira, foi ele a construir um imponente catálogo de autores portugueses, onde se juntaram muitos dos grandes nomes da nossa literatura, como os então "novíssimos" António Lobo Antunes, Lídia Jorge, Teolinda Gersão, João de Melo, Mário Cláudio ou Inês Pedrosa, ou os já consagrados José Gomes Ferreira, Cardoso Pires, Manuel Alegre, David Mourão-Ferreira, para referir apenas alguns. Como disse numa entrevista a Luís Caetano, muitos anos depois, "era principalmente um editor de autores portugueses". E não só os publicava; aconselhava-os, promovia-os, tornava-se amigo de muitos deles. O seu modelo foi sempre o da Gallimard, num país que infelizmente não permitia tão altos voos.

Foi talvez essa ambição desmedida que o forçou, mais tarde, a vender a sua editora, onde continuou a trabalhar até 2004. Depois disso, ainda passou pela Âmbar, até fundar as Edições Nelson de Matos, onde continuou, enquanto pôde, a pôr em prática a sua paixão de editor.

Era um tempo diferente: sem diretores comerciais, sem diretores de *marketing*, sem folhas de Excel ou análises de GFK. Um tempo em que o autor era o centro de tudo, em que se dava ao leitor o que o leitor merecia ler – e não se corria atrás da "literatura" fácil de proveito garantido. Um tempo que não voltará, mas em relação ao qual o seu nome ficará como exemplo.

Lá onde estejas, querido Nelson, que haja livros, muitos livros. Talvez ainda edites as memórias dos Deuses.

O meu editor

INÊS PEDROSA

"A diferença entre um bom e um mau editor, disse-me o Nelson de Matos numa esplanada sobre o mar – é sempre ao sol e em esplanadas sobre o mar que me lembro de conversar com ele, embora saiba que conversámos também pela noite fora em diversos poisos urbanos, feiras, festejos e cinemas – consiste muitas vezes num simples acaso. Ilustrava esta afirmação com o caso da primeira edição portuguesa do romance de Michael Ondaatje O Doente Inglês, de que ele fora o responsável: um desastre de vendas. Um ou dois anos depois, surgiu o filme de Hollywood baseado nesse romance, que arrebatou nove Óscares – e o livro vendeu milhares de exemplares, o que levou a que o editor fosse aplaudido pela sagacidade de ter comprado os direitos do livro quando não havia filme à vista, a baixo preço. Acaso? Talvez; mas o Nelson comprou o livro porque percebeu a sua qualidade – e publicar um livro que acrescenta à literatura, descobrir uma voz realmente forte e única será sempre a marca de um bom editor, por mais êxito que tenham tantos livros muito maus, e por mais que o sucesso comercial e a qualidade literária estejam a apartar os seus destinos (a)celeradamente.

O Nelson sabia que os livros devem ser escolhidos, escritos, lidos e publicados com lentidão. Começara por ser escritor: publicara aos 21 anos o seu primeiro livro de ficção, Noite Recuperada, exactamente na Dom Quixote de que viria a ser o dono e editor de referência. Depois, Giestas da Memória (Bertrand, 1967), As Aventuras do Major Bento (edição Jornal do Fundão, 1972) e O que vai morrer (Estampa, 1976) além de uma compilação dos seus textos de crítica literária, alguns deles muito contudentes. Entendia a edição como um ofício de amor e paciência – quando recebia um autor não atendia telefones nem deixava que os interrompessem; e tinha o cuidado de corrigir todas as pessoas que o tratavam por "doutor", com um sorriso: "senhor". Senhor Nelson de Matos, sim.

Devo-lhe, como tantas vezes já contei e voltarei a contar, o alento para terminar o meu primeiro romance. Um dia, era eu uma jovem jornalista do JL, o Nelson disse-me: "Quando acabar o seu romance, quero publicá-lo". Como sabia ele que eu estava a escrever um romance? E como não saberia, sendo um editor experimentado? – respondeu-me uma gentileza deste teor, das fáceis de acolher porque envolvem elogiador e elogiado, com aquele semi-sorriso que lhe subia da boca aos olhos e que era o seu inesquecível cartão de visita. Esse "quando" do Nelson foi o chicote que me fez sair do lago de procrastinação onde flutuavam os primeiros e inseguros capítulos do que viria a ser A Instrução dos Amantes. Foi de facto o início de uma das mais belas amizades da minha vida – e de uma longa e frutuosa história de trabalho conjunto. Devo-lhe a fotobiografia de José Cardoso Pires, que me desafiou a fazer. Devo-lhe outro encontro fundamental – o Thomas Colchie; o Nelson enviou a esse mítico agente literário o meu segundo romance, Nas Tuas Mãos, e o Tom pegou nos meus livros e fez com que eles viajassem para outras línguas e leitores distantes. As coisas assim contadas, na hora da morte, parecem fáceis – mas o Nelson nunca foi de facilidades. Atravessou vendavais, sombras, silêncios, traições. Foi o tal grande editor sem o qual não há literatura. E foi, não apenas o meu primeiro editor, mas simplesmente o meu editor. JL


Inês Pedrosa com José Cardoso Pires e Nelson de Matos (à dtª), no lançamento de "Alexandra Alpha", em 1987

Shahd Wadi

Como se diz Palestina em português

É palestiniana, entre outras possibilidades, assim se apresenta a poetisa, nascida no Egito, que cresceu na Jordânia e vive em Portugal há quase 20 anos. Doutorada em Estudos Feministas pela Universidade de Coimbra, ativista da causa palestiniana, escreveu *Chuva de Jasmim* (Caminho, 102 pp) diretamente em Português. A Palestina é para si um verso de luta e liberdade, mas a sua pátria também é a língua portuguesa

MANUEL HALPERN

Na contracapa de *Chuva de Jasmim*, Alexandra Lucas Coelho escreve: "Este será o primeiro livro palestiniano de poesia portuguesa. Ou vice-versa?" E, de facto, Shahd Wadi habita territórios de fronteira, de uma nacionalidade repartida, mas que emerge o lado palestiniano por necessidade de denúncia e luta, em tempos de tragédia e repressão.

Shahd Wadi nasceu no Egito, em 1983, tendo crescido na Jordânia. A sua família foi impedida de regressar à Palestina, de onde é natural. Em 2006, fixou residência em Portugal. Tirou o mestrado e, depois, o doutoramento na Un. de Coimbra. A sua dissertação do doutoramento em Estudos Feministas serviu de base ao livro *Corpos na Touxa: histórias artísticas de vida de mulheres palestinianas no exílio* (2017). Entre outras obras, selecionou os poemas da antologia *Se eu tiver de Morrer – Poesia de Resistência Palestiniana* (2024)

JL: Sobre todo o livro paira a questão das fronteiras, da identidade repartida, da casa. Por isso, fica a curiosidade de saber da sua história. Onde nasceu? Como veio aqui parar?

Shahd Wadi: Costumo dizer que sou da fronteira. O lugar onde pertenço é a fronteira entre o cá e o lá. Era suposto nascer no Líbano. Estávamos em 1983, os meus pais não quiseram sair do país, mas o meu pai foi preso uma semana antes de eu nascer. A minha mãe então viajou comigo para o Egito e eu nasci lá. Foi um nascimento improvisado, num outro lugar. E, na verdade, vivi a maior parte da minha vida na Jordânia, contudo, como todas as pessoas palestinianas, o nosso lugar de origem é de onde vieram os avós.

E de onde vieram os seus avós?

Os meus avós vieram de uma vila ocupada em 1948, durante a Nakba, chama-se al-Muzayri'a, e foi uma das 530 vilas e cidades que desapareceu do mapa. É dali que eu sou. Mesmo os palestinianos de 4ª geração, quando lhes perguntam de onde são, indicam sempre a vila de origem dos avós.

Mas chegou a viver na Palestina?

Depois do Acordo de Oslo, algumas famílias tiveram o direito de voltar à Palestina. O meu pai era muito crítico de Oslo, mas decidiu que, já que tinha o direito, voltava. Mas foi muito enganoso... voltei eu, o meu pai e a minha mãe, o meu irmão menor ficou de fora, porque Israel não deu a autorização para o seu regresso. O meu pai até começou um projeto de casa, mas depois não se tornou possível, porque nunca deram ao o meu irmão o direito de regressar. Na verdade, nunca vivi na Palestina, estive lá apenas longas temporadas. Foi numa das visitas que senti o que quer dizer palestiniana, quando uma amiga dos meus pais me mostrou uma vila muito próxima da dos meus avós.

Nunca lá foi?

Vejo os colonos a passarem e a irem, mas a mim não é permitido, nem com o passaporte português. Tenho amigos portugueses que foram visitar a minha vila por mim.



Shahd Wadi **"Uma das grandes armas do povo palestiniano é nunca perder a esperança"**

> **Uma pessoa palestiniana com o seu país destruído também pode encontrar na língua portuguesa uma pátria. A poesia em português é, neste momento, a minha casa**

Por que não deixaram regressar o seu irmão?

Os israelitas controlam tudo, a nossa saída, a nossa entrada e o nosso regresso. E fizeram isto com várias famílias, pois sabiam que, não podendo regressar todos, a família acabava por se ir embora. O meu irmão nunca conseguiu ir à Palestina, vive em Itália, e tem uma filha chamada Aida, que em árabe significa "a mulher que regressa".

Como também acho que está escrito no livro, o primeiro ato de violência contra a Palestina é a impossibilidade de os palestinianos nascerem lá.

Sim, foi a Judite Canha Fernandes que escreveu isso no prefácio. E há uma poeta palestiniana que diz precisamente isso: eu não sou palestiniana é isto que faz de mim palestiniana. Eu poderia dizer que sou portuguesa, jordana, egípcia, qualquer outra coisa que faça parte da minha identidade, mas preciso neste momento de dizer que sou palestiniana.

E como veio parar a Portugal?

Estou aqui desde 2006. Vim por amor, quando conheci um português, (agora já não estou com ele, mas estou com outro português). Dessa identidade da fronteira faz parte sentir que também sou portuguesa. Nunca vivi na Palestina, nunca me senti em casa na Jordânia, nunca tive ligação com o Egito e pronto, aqui continuo a ser imigrante. Nunca pertenci a nenhum destes lugares, mas, ao mesmo tempo, todos estes lugares me pertencem.

Escreveu este livro diretamente em português? Qual é a sua relação com a língua?

Escrevi a minha tese de mestrado e doutoramento em português e, nos últimos anos, tenho sempre escrito em português. É uma língua que uso no dia a dia, eu sonho em português. Muitas vezes, nos meus sonhos, há pessoas árabes que falam comigo em português. Portanto, quis também reivindicar a língua neste momento onde há uma luta também contra os imigrantes. Fernando Pessoa é que diz que a minha pátria é a língua portuguesa. Uma pessoa palestiniana com o seu país destruído também pode encontrar na língua portuguesa uma pátria.

É também uma língua de poetas....

A poesia em português neste momento é a minha casa. Escrevo numa língua em que faço erros. Mas a Judite, no prefácio, diz que pode ser uma riqueza para a língua ser olhada de outra perspetiva. Todavia, acho que este livro também é em árabe, apesar de estar escrito em português. Um livro bilingue.

O que se passa na Palestina é tão grave e trágico, que a poesia e a arte palestiniana sentem a urgência de falar constantemente das atrocidades da guerra, dos bombardeamentos. O seu livro mantém sempre a Palestina presente, contudo também fala de Lisboa, de medronho, da sua identidade...

Aparece muito Lisboa, e muitas vezes Lisboa é a Palestina. O tema está sempre comigo, mesmo querendo escrever sobre outra coisa, a Palestina sempre regressa. Mas vivendo aqui sinto outras coisas, vejo um fascismo que está a regressar, Lisboa a mudar. Além desta língua que me acompanha. Ao mesmo tempo, devo dizer que parte deste livro explodiu depois da intensificação do genocídio, depois do 7 de outubro. O próprio poema "Chuva de Jasmim" inspira-se na história de uma mulher que reza para que chova jasmim em vez de rockets.

Também há uma afinidade política com a revolução portuguesa...

Gaza produzia cravos e enviava para todo o mundo. E a flor tornou-se o símbolo de liberdade em Portugal. Sinto-me tão ligada ao 25 de abril como à liberdade da Palestina. Falo sobre isso no poema "Alucinações sobre as Flores".

A arte e a poesia fazem parte do campo de batalha dos palestinianos no exílio?

A Alexandra Lucas Coelho estava a dizer-me um outro dia, que às vezes até parece que a maioria dos palestinianos são poetas. Para mim, o amor à vida é a arma mais poderosa que o povo palestiniano tem e aquela que mais perturba o ocupante. No meio dos escombros, vê-se uma rapariga a dançar, pessoas a cozinhar, a tocarem música, a escreverem poesia, precisamente antes de morrer, como aconteceu com Hiba Abu Nada ou com Refaat Alareer.

No poema 1948, lê-se "Minha casa/ tornou-se/ capaz de todas as chaves". Que chaves são estas?

É o ano da Nakba, catástrofe palestiniana, quando a minha família foi expulsa da nossa casa. Nessa altura a maior parte das famílias levaram as chaves, pensando que iriam regressar à Palestina. As chaves são um símbolo de regresso à Palestina. No meu caso, multiplicaram-se as chaves, porque também tenho chave de Lisboa, de Alexandria, da Jordânia... Na minha casa de Lisboa, tenho um escorredor de loiça da minha avó, que não percebo porquê, mas ela trouxe da nossa vila de origem. Mas um dia vou devolvê-lo ao sítio onde pertence.

No meio de toda a tragédia, toda a desgraça, a esperança subsiste.

Mahmoud Darwish diz que o povo palestiniano tem uma doença incurável chamada esperança. Vê-se isso acontecer. Há sempre uma vontade de reconstruir as suas casas. Perderam tantas vidas, mas mal existe uma trégua as escolas voltam a funcionar em Gaza. Uma das grandes armas do povo palestiniano é nunca perder a esperança. JL

António Carlos Cortez
O poema e o voo



CRÓNICA DE POESIA
Fernando Guimarães


António Carlos Cortez
MARCOS BORGA

«Condor» – essa ave dos Andes que se tornou mítica – é o título do livro de poesia que António Carlos Cortês acaba de publicar. É um conjunto de 27 poemas longos, muito marcados pela sua discursividade. Através da imagem que o título sugere, cada poema aponta para o que seria também uma espécie de voo que é o seu desenvolvimento verbal, de modo que esta linguagem em expansão vai concorrer no seu todo para que se construa um mito.

Que mito é esse? Precisamente o do condor; ele torna-se aqui na distensão –– como a das asas? – do poema. Em vez de resvalar para um tema, conduz-nos a um motivo. E, diga-se desde já, entre tema e motivo há uma diferença essencial...

O tema é de certo modo exterior ao poema; o motivo – como acontece na música com o *leit-motiv* que conduz a desenvolvimentos sinfónicos – insere-se na própria linguagem poética. Consideremos, pois, um desses motivos a partir de uma passagem dos poemas: "sim amar, mas sem perguntar como amar / porque de amor vivido não se sabe quem o viveu / entregue só ao seu mistério só à sua simples / realidade de ser um rosto, uns lábios, uns olhos / uns dedos, pernas, seios, pele, odor, que é / também pernas e seios e pele e olhos e rosto / nossos como é teu o amor que de corpo inteiro / e alma se oferece no amor de quem ao amar perdeu / o que amor rouba".

A discursividade que aqui se revela é um movimento verbal que sustenta todo o poema. Há uma presença que se diria bem humana e cabe no "coração que enche como o mar".

Motivos... Nos poemas deste livro há uma tonalidade que se diria decetiva, quase dolorista – com dor –; todavia essa tonalidade não se deflagra sentimentalmente, com uma carga puramente subjetiva. Ela é uma espécie de fio que forma e prolonga a sua própria textualidade. É, pois, um dos motivos que se desenvolve expressivamente, como se, neste caso, quem sentisse não fosse o poeta mas o poema.

Cortez afasta-se do que hoje se apresentou como sendo uma nova sensibilidade, que é uma entre outras das opções de escrita: o pós-modernismo. A chamada pós-modernidade insiste numa subjetividade mais ou menos desabusada e na recusa da metáfora ou do símbolo. Ora nos poemas de *Condor* ambos, o símbolo e a metáfora, ganham um envolvimento imageticamente diversificado que acompanha aquela discursividade que já foi antes referida. Ela, com efeito, revela-se num trabalho que é o de uma tensa imaginação.

Mediante a imaginação cria-se um mito que é derivado de uma palavra, precisamente a de condor, a ave de um voo poderoso e desejante. E isto "por virtude de muito imaginar", como se diz noutro poema, o qual se alonga enxertando em si o que seria uma viva tradição de uma escrita que se desenvolveu ao longo do tempo, nomeadamente a que vem de poetas quinhentistas ou mesmo medievais, como é o caso de Camões ou Dante, que ao longo das páginas deste livro são várias vezes citados. "Erros meus má fortuna amor ardente amor tão cego [...]. Que de erros má fortuna amor somente / se faz esse condor-poema aceso e se detém / nos ritmos dum falar de mágoas, iras /que das águas saia um rio ao meu olhar".

HÁ, AQUI, UM ATO QUE É o da memória: "mergulharmos na memória lisa / de um mar intrépido por dentro similar / às ondas". E se o chamado verso livre não está de facto presente nessa tradição ou memória secular há, todavia, algo que ela implica ou traz consigo. O quê? Precisamente a construção do poema (como dizia Fernando Pessoa) que conduz a um sentido organizador mediado pela expressão imaginativa. E essa expressão imaginativa, que está bem presente nos poemas de *Condor*, nunca é aquela dispersão aleatória a que, já nos nossos dias, o surrealismo se entregou. Pelo contrário, na poesia de António Carlos Cortês a imaginação tende a exprimir "a grande dor / das coisas que passaram [...], "o implícito que diz não dizendo e é não dizendo que diz".

Um exemplo? A própria palavra "condor", que é também o título da última das quatro partes em que o livro se divide, contém o que depois os seus versos caudalosos, através de múltiplas imagens, metáforas ou derivas de natureza simbólica ou mítica acaba por

Mágoas



BANDA DESENHADA
João Ramalho Santos



«Mesmo com trajetórias de sucesso, a vida deixa-nos um rasto inevitável de arrependimentos, pequenos e grandes. Mágoas de coisas que podiam ter sido diferentes, objetivos não concretizados, outras vidas que podíamos ter vivido. Duas obras muito interessantes focam esse tema universal, de modos distintos.

Em *Alguém com quem falar* (ASA) o francês Grégory Panaccione usa um estilo mais realista do que o que aplicou em *Um oceano de amor* para adaptar o romance homónimo do compatriota Cyril Massarotto. Perdido numa vida profissional desinteressante, sem relações pessoais ou algo que o motive, um deprimido Samuel (Massarotto terá sido referência visual para o protagonista) é surpreendido por uma circunstância estranha. Tendo estragado o telemóvel liga, do esquecido telefone fixo, para o único número que se lembra de cor, o da sua casa de infância. Do outro lado da linha atende... Samuel. Mais propriamente, o Samuel-criança cheio de esperanças e expectativas que o protagonista um dia foi. E que fica indignado com aquilo em que que o Samuel-adulto se tornou, o que não deixa de ser compreensível. Desse diálogo impossível surge uma história simples e emotiva, aqui e ali um pouco açucarada, mas sempre inteligente. Se, apesar de tudo, não podemos mudar o passado, podemos usá-lo no presente, para tentar recuperar sonhos e esperanças. E vale sempre a pena sair da letargia, pugnar por algo melhor.

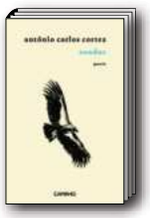
Se Panaccione/Massarotto usam (levemente) a fantasia, *O fogo* do espanhol David Rubin (Devir) é uma impactante narrativa apocalítica de ficção-científica. Na qual o arquiteto visionário Alexander Yorba luta contra o tempo (de mais do que uma maneira), para salvar parte da humanidade de um iminente fim do mundo. Que parte? Como sempre: os mais privilegiados, casta da qual o protagonista faz parte. Isto apesar dos seus inícios idealistas, quando "salvar o mundo" era uma obsessão pessoal, com outros significados. Preso nas suas contradições, afastado de todos, o protagonista deambula num mundo inóspito feito de simulacros, mentiras, poderes ocultos, gratificações instantâneas ocas, realidades difusas. E, sobretudo, distâncias. Que Rubin define graficamente de modo brilhante. Pelo caminho ficam, mais uma vez, escolhas e arrependimentos que, ao contrário de Samuel, Yorba não tem maneira, nem tempo, de resolver.

Curiosamente, os livros têm o mesmo número de páginas. A diferença é que "Alguém com quem falar" as usa, integral e eficazmente, ao serviço de uma história otimista e libertadora. Enquanto David Rubin se parece deslumbrar com o seu (enorme) virtuosismo gráfico. Produzindo páginas visualmente estrondosas, e com um notável uso saturado de cor. Mas que pouco acrescentam a uma narrativa que dificilmente poderia ser mais pessimista. O desenho tem, no entanto, o condão de induzir no leitor um estado paradoxal de contemplação tensa, que vinca as mensagens

exprimir. Nessa palavra há um "voo sóbrio retilíneo e grave / como uma arquitetura que no céu se desenhasse / e fosse a geometria duma ave / a tenebrosa ave dos princípios / aquela ave que da águia traz os símbolos".

E mais adiante fala-nos de "um poema escrito em torvelinho / deixando cada sílaba de cada palavra vir / ser a ave que vem". Assim nos há de "dizer o texto a ave inteira, [...] que o amor / é essa ave". A ave que voa ao nosso encontro prefigura o amor e, neste momento, o círculo fecha-se numa granda metáfora: o corpo, o voo, o texto.

Uma metáfora proporciona um conhecimento, e para que o círculo se feche completamente regressaríamos àquela espécie de longa memória que há neste livro para uma tradição literária, nomeadamente a que vem da poesia camoniana, embora ela seja dada a partir de "outra outra gramática" (aqui a palavra aparece mesmo repetida), marcando-se assim o sentido de modernidade que a poesia de *Condor* plenamente nos revela. JL



› *António Carlos Cortez*

CONDOR

Caminho, 96 pp-., 15,90 euros

que o autor quer transmitir com "O fogo". Nesse sentido, até vale a pena "ler" o livro sem ligar ao texto. A angústia e o desespero são literalmente visíveis, seja lá como se queiram interpretar as ilustrações. Não é coisas pouca. JL



› *Argumento e desenhos de Grégory Panaccione (adaptando o romance de Cyril Massarotto)*

ALGUÉM COM QUEM FALAR

Edições ASA. 256 pp., 30,90 euros

› *Argumento e desenhos de David Rubin*

O FOGO

Devir. 256 pp., 44 euros

José Dias de Melo
O ciclo da baleia



OS DIAS DA PROSA

Miguel Real

Para informar os leitores do JL que foi publicado pela Imprensa Nacional, sob supervisão de Luís Fagundes Duarte e com o título geral de "O Ciclo da Baleia", os três textos de José Dias de Melo (1925 – 2008) sobre a pesca da baleia nos Açores, mais concretamente na ilha do Pico: *Mar Rubro. Baleeiros do Pico* (1958), *Pedras Negras* (1964) e *Mar pela Proa* (1976). Ideia de Santos Barros (p.8), ganha agora concretização numa edição que comemora o centenário do nascimento do autor.

Manuel Tomás, Diretor da *Ilha Maior*, jornal de Madalena do Pio, comenta assim esta edição da Imprensa Nacional: "Isso significará a consagração definitiva do escritor para ir além da "taprobana" açórica e torná-lo ainda mais visível. E legível, tendo em conta a qualidade desta edição, mas, por muito bonita e definitiva que seja a edição, e esta é mesmo isso, só há permanência e perpetuação da obra literária se ela for lida e fomentada a leitura por e para muitas pessoas, sobretudo junto da juventude que, diz-se, anda arredada dos livros em prol da rapidez da utilização das redes sociais, embora nunca se tenha lido tanto como agora, nem publicado tanto como agora, nem tenha havido tantos escritores como agora. Todavia, a cultura do ecrã, quer seja grande quer seja pequeno, está a marcar o nosso tempo, não favorecendo a reflexão, mais demorada, que a literatura estabelece e fomenta. A pressa é esquecimento. A lentidão é memória, explicou muito bem Milan Kundera" (*Ilha Maior*, 11 de abril de 2025).



José Dias de Melo

Não podemos comentar os três textos. Comentemos o primeiro, *Mar Rubro. Baleeiros do Pico*, dedicado a Mestre José Faidoca, "Mestres dos Mestres".

Logo na primeira página, o texto é sugado pela palavra "Baleia!". Omnipresente por 12 vezes todas em discurso direto. Pudera, era este cetáceo que distinguia o Pico das restantes ilhas dos Açores, prestava sentido transcendente ao labor dos picarotos, um sentido épico, mas também popular, já que "caçar" a baleia significava, para além de alimentação abundante, superar a rotina diária a que as populações estavam condenadas. Do ponto de vista cultural, pescar ou caçar a baleia com instrumentos tão insignificantes (o bote, o arpão...) significava, para aqueles povos pobres e analfabetos, o mesmo que para Portugal descobrir o caminho marítimo para a Índia.

> **Do ponto de vista cultural, pescar ou caçar a baleia com instrumentos tão insignificantes (o bote, o arpão...) significava, para aqueles povos pobres e analfabetos, o mesmo que para Portugal descobrir o caminho marítimo para a Índia**

Os vigias, alcandorados nos sítios mais altos, lançavam um foguete e gritavam "Baleia!" e logo o grito se repercutia pelas vilas. Os homens abandonavam os seus afazeres e ocorriam a casa dos botes, onde as mulheres lhes levavam algum alimento: "A freguesia estremece. É como se por toda a parte explodisse uma vida nova" (p. 19)". Esta é uma pequena freguesia da ilha do Pico, nos Açores. Nada de notável a assinala (...) Nestes campos, ao longo dos caminhos, não há quem não tenha o seu quinhão. Cada qual é senhor da sua terra e da casa que o acolhe. E o mar? E o deslumbramento do mar, com a majestade das suas fúrias em dia de temporal, cm a luminosidade do seu intenso azul quando limpo o céu de negrumes de chumbo, o sol a tudo e a todos envolve em claridades de vida e alegria? E, neste mar, a epopeia das velas brancas dos botes dos baleeiros recortadas, vaporosas, leves, nas neblinas das distâncias" (p. 42).

DIAS DE MELO INTERROMPE a narração em terceira pessoa e, nascido na Calheta de Nsquins, uma das freguesias baleeiras, fala do seu exemplo pessoal: "Cedo comecei a sentir em mim o fascínio pelas grande aventura que é a pesca à baleia – esse fogo hereditário que se transmite de pai para filhos e que de cada criança nascida em terras de baleeiros faz um baleeiro. Para que assim acontecesse bastaria, de mistura com os primeiros sons que, ainda no berço, me impressionaram os tímpanos, ter ouvido, em dias repetidos, o estalar do foguete no céu azul da minha freguesia, estranhamente vibrante, repetido por dezenas e dezenas de vozes – baleia! baleia! – ou bastaria apenas, ao abrir os olho para o mundo, receber neles.com os primeiros clarões da luz do sol, a imagem, cheia de movimento, dos baleeiros a correrem, a correrem como loucos, de saquinha de chita e casacos de cotim, frocas de angrim, sueras de lã dependurados dos braços, a caminho do porto, a caminho do mar – e aquela visão dos botes de velas erguidas – velas tão brancas como a neve branca da mossa montanha – a deslizarem no mar rumo ao horizonte" (p. 91).

Uma curiosidade: os textos falam de "trancar" a baleia, mas o utílimo "Glossário" não tem este significado. JL



› *José Dias de Melo*

O CICLO DA BALEIA

Imprensa Nacional, 406 pp., 29 euros

Campos felizes, e *infelizes*, na poesia

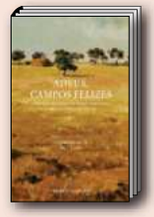
O título é *Adeus, campos felizes* – a que se acrescenta, numa espécie de sua continuação "explicativa: "Antologia do campo na poesia portuguesa do século XIII ao século XXI". Logo por aqui se vê que a intenção do antologiador e autor do ensaio que serve de posfácio ao volume, Rui Lage, não foi, ou não foi só, reunir os versos da poesia bucólico-pastoril, e os que ao longo dos séculos se situaram nessa linha, que considerava melhores ou mais representativa, antes uma intenção muito diversa. Que não excluindo a escolha desses poemas, alargasse muito a visão/perspetiva de campo: "Tão certa era a infelicidade campesina quanto era tenaz a idealização da vida rural, a contrastar com a depreciação literária da vivência urbana", escreve.

São, se não erramos as conta, 84 os poetas representados, desde Gil Peres Conde (1220?- 1286) a Andreia C. Faria (1984) – cujos dois poemas selecionados, EN 13 e Espero o golpe, são expressivos da latitude da "temática" que o antologiador considerou. Antologiador, Rui Lage (1975), que é penúltimo representado, e cujos três poemas mostram bem como o tema, também como poeta, lhe interessa...

Também ajudará talvez a compreender a intenção/visão de Lage dizer que o autor com maior número de poemas no livro, oito, é Carlos de Oliveira, a que se seguem Gil Vicente com sete, Nemésio, Fiama, A. M. Pires Cabral e Daniel Faria com cinco (e, por exemplo, Sophia ou Manuel Alegre nenhum: por opção de Lage ou por falta de autorização?)

A organização, como já se viu, é por data de nascimento dos autores. E como em todas as antologias cada um faria a sua, mesmo com elogios devidos há sempre discordâncias e dúvidas – como é o caso. Por exemplo, embora não se vise valorizar em especial a poesia bucólica-pastoril ou a que modernamente se possa considerar, mesmo que mal, nessa linha, é difícil compreender que do excelente Afonso Duarte (1884-1958) haja apenas um poema, Elegia do cavador, e nem sequer o belíssimo Rosas e Cantigas.

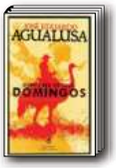
O posfácio de Rui Lage, 54 pp., é substancial, o volume termina com a bibliografia e índice de autores. JL



› *Vários*
ADEUS, CAMPOS FELIZES
Seleção e ensaio de Rui Lage, Assírio & Alvim, 664 pp., 28 euros

FICÇÃO

José Eduardo Agualusa



Nova coletânea de contos de José Eduardo Agualusa, *Quero ser os Teus Domingos e Outros Contos para o Recomeço do Mundo*. São 35 histórias curtas, algumas publicadas anteriormente na coluna que o escritor angolano manteve na revista VISÃO, protagonizadas por personagens que "se sentem confusos, perdidos e assustados", como se sugere na apresentação. Inesperados e irónicos, históricos e atuais, estes contos traçam o contorno de o mundo contemporâneo, sempre em mutação e com portas para lugares mágicos, como o café das almas perdidas: "Este não é um lugar, mas um esquecimento. Aqui só chegam os viajantes que se perderam e já desistiram há muito de reencontrar o destino final". Recorde-se que, na área do conto, José Eduardo Agualusa publicou outros sete volumes, como *D. Nicolau Água-Rosada e outras estórias verdadeiras e inverosímeis*, *Catálogo de Sombras*, *Manual Prático de Levitação* e *O Livro dos Camaleões*, entre outros.

› *José Eduardo Agualusa*
QUERO SER OS TEUS DOMINGOS
Quetzal, 232 pp, 17,70 euros

Jaime Rocha

Reedição (revista) da estreia na ficção narrativa de Jaime Rocha, publicada pela primeira vez em 1984, quando o escritor já se havia afirmado no campo da poesia. *Tonho e as Almas* é uma viagem até ao coração das gentes do mar, que o autor, nascido na Nazaré, conhece desde a infância, que não



esquece as mortes, as viúvas e a vontade de redenção. Filho e neto de pescadores que morreram no mar e avesso a igual destino, Tonho lança-se numa demanda: descobrir o mistério da morte no mar, que talvez encontre dentro de uma montanha. *Os Dias de Um Excursionista*, *A Mulher que Aprendeu a Chorar*, *A Loucura Branca* e *Escola de Náufragos* são outros livros que Jaime Rocha publicou no campo da ficção.

› *Jaime Rocha*
TONHO E AS ALMAS
Relógio d'Água, 144 pp, 16 euros

Tati Bernardi

Segundo romance de Tati Bernardi (n. 1979), uma das mais conhecidas cronistas e argumentistas brasileiras. A sua coluna na Folha de São Paulo e os seus *podcasts* são verdadeiras instituições no Brasil, cobrindo os mais variados temas, em particular os que assombram o seu quotidiano: maternidade, doenças emocionais, psicanálise e política. A estreia na ficção deu-se em 2020, com *Você Nunca Mais Vai Ficar Sozinha*, a que se segue este *A Boba da Corte*, que chega a Portugal pouco tempo depois da sua publicação no Brasil. Trata-se de uma incursão da autoficção a partir de uma festa de aniversário pensada para ser glamourosa, mas que acaba por se tornar numa montanha de ansiedade para a sua organizadora.



› *Tati Bernardi*
A BOBA DA CORTE
Tinta-da-China, 112 pp, 17,90 euros

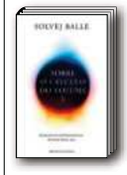
Stephen King



Tem direito a lançamento mundial e a toda a expectativa que qualquer romance de Stephen King suscita. E aí está: *Sem Tréguas*, que será também o que o leitor sentirá, em mais um thriller viciante do início ao fim. É outra vez protagonizado por Holly Gibney, que tem aparecido nos últimos romances do escritor norte-americano. Tem agora pela frente um assassino que, numa sede de vingança, ameaça matar 14 pessoas e um homem que quer fazer justiça pelas próprias mãos. Duas linhas que se vão cruzar num retrato do que se passa atualmente nos EUA, com muitas guerras culturais, fanatismo e crime sempre à espreita.

› *Stephen King*
SEM TRÉGUAS
Tradução de Rui Azeredo e José Remelhe, Bertrand, 472 pp, 20,90 euros

Solvej Balle



É um dos romances sensação, ainda em construção, que tem recolhido diversos prémios quer na sua região de origem, quer no universo de língua inglesa. Falamos de *Sobre o Cálculo do Volume*, de Solvej Balle, um projeto de sete livros. Na Dinamarca já saíram quatro tomos, sendo que os três primeiros ganharam o prestigiado Prémio de Literatura do Conselho Nórdico. Em Portugal, a Relógio d'Água lança agora o título inaugural, que foi finalista do International Booker Prize e do National Book Award. Numa recriação de alguns temas fortes da ficção científica, *Sobre o Cálculo do Volume* acompanha Tara Selter que, tendo saído involuntariamente do comboio do tempo, vive repetidamente o mesmo dia, 18 de novembro. A narrativa começa na sua 122.º repetição, quando já domina tudo o que se passa de manhã à noite.

› *Solvej Balle*
SOBRE O CÁLCULO DO VOLUME I
Tradução de Elisabete M. de Sousa, Relógio d'Água, 152 pp, 18 euros

Michela Murgia

O Sentido da Náusea é o último livro de Michela Murgia, escritora italiana que morreu em 2023, pouco tempo depois

Registo

› Afonso Reis Cabral, ***O Meu Irmão*** *Edição que assinala os 10 anos do lançamento do primeiro livro do escritor, distinguido, na altura, com o Prémio LeYa. A relação de um professor universitário com o seu irmão mais novo, com síndrome de Down, é o ponto de partida para uma viagem ao interior de uma família. (LeYa, 368 pp, 20,90 euros)*

› Djaimilia Pereira de Almeida, ***A Visão das Plantas*** *Reedição, também, da novela que a escritora publicou a seguir a Luanda, Lisboa, Paraíso, com que venceu o Prémio Oceanos. Retrato da velhice de alguém que outrora fora feroz e que agora cuida do seu jardim.*

› Chris Chibnall, ***Morte no White Hart Pub*** *Estreia no romance do argumentista e produtor executivo de Doctor Who, entre muitos outros projetos televisivos. Um thriller passado numa aldeia costeira que é assombrada pela morte do dono do pub local. (Tradução de Rui Azeredo, Porto Editora, 324 pp, 19,99 euros)*

› Jonathan Haidt, ***A Hipótese da Felicidade*** *Novo título do psicólogo social norte-americano, especializado nas questões da moralidade, que aqui propõe uma deambulação pelos problemas contemporâneos respondidos através da lição da filosofia e da antiguidade. (Talento Intemporal, 344 pp, 19,45 euros)*

› Bruno Maçães, ***Construtores de Mundos*** *Uma radiografia ao mundo contemporâneo em constante mudança, no qual as grandes potências procuram alargar território e redefinir as leis que até há bem pouco tempo regulavam as relações entre Estados. (Temas e Debates, 352 pp, 19,90 euros)*



do lançamento desta colectânea de contos marcada precisamente pela ideia de fim. Todas as personagens destas 12 histórias curtas são confrontadas com notícias e decisões difíceis – um cancro terminal, o fim de um namoro, uma pessoa ligada às máquinas, a maternidade – e têm de encarar uma vida virada do avesso. "Passaram cinco anos, e o que era um ritual para sair de uma situação difícil transformou-se no meu regime normal", desabafa uma das personagens. De Michela Murgia estão também publicados em Portugal o romance *Acabadora* e o ensaio *Ave Mary*.

› *Michela Murgia*

O SENTIDO DA NÁUSEA

Tradução de Ana Cláudia Santos, Elsinore, 136 pp, 16,65 euros

OUTROS

Ciência e Música

As relações entre a música, a ciências e os mistérios do universo numa parceria entre



João Paulo André e Carlos Fiolhais, ambos autores com percursos académicos destacados nas suas áreas (química e física, respetivamente) e com ampla obra de divulgação. As relações entre as duas áreas são exploradas não só no entendimento de cada uma delas, como na sua combinação, nomeadamente na propagação do som. São também exploradas as relações da música com a matemática, astronomia, física, química ou as ciências da natureza e da vida. "Este livro é uma viagem fascinante de dois cientistas que manifestamente comungam de uma paixão intensa pela Música e lhe fazem por isso, com um carinho evidente, as perguntas próprias do seu ofício, de modo a obterem respostas a que em muitos casos um profssional das Ciências Musicais talvez não conseguisse chegar", sublinha, no prefácio, Ruy Vieira Nery.

› *João Paulo André e Carlos Fiolhais*

A HARMONIA DAS ESFERAS

Gradiva, 368 pp, 19 euros

Leão XIV



Primeira biografia do novo Papa, Leão XIV, publicada apenas um mês depois da sua entronização. É uma breve introdução assinada pelo francês Christophe Henning. Para o jornalista do La Croix e apresentador da RCF Radio Notre Dame, estamos perante um "Papa do apaziguamento", mas o perfil está traçado: "Discrição, simplicidade, paz: esses qualificativos auguram um Pontificado talvez menos vistoso, mas mais tranquilizador, menos surpreendente, mais sóbrio. É o que deixam entrever as qualidades e o carácter de Leão XIV." A vida do sumo pontífice é contada a partir do enclave que o elegeu, com destaque para o seu primeiro discurso, passando depois à sua vida na América, onde nasceu, no Peru, onde foi administrador apostólico, e em Roma. No final, um capítulo sobre os desafios que a Igreja e o novo Papa enfrentam.

› *Christophe Henning*

LEÃO XIV – O SUCESSOR INESPERADO

Tradução de Miguel Freitas da Costa, D. Quixote, 136 pp, 14, 40 euros

Anne Frank



Lido em todo o mundo, documento único dos horrores da II Guerra Mundial e legado de um espírito indomável, o *Diário de Anne Frank* continua a prender sucessivas gerações de leitores e de investigadores. Ao seu conteúdo, junta-se a preservação do seu manuscrito, tarefa a que o pai de Anne Frank, Otto, dedicou toda a vida. São esses bastidores, cheios de vicissitudes, que o alemão Thomas Sparr conta em *Quero Continuar a Viver Depois da Minha Morte*. A história de uma menina presa num sotão, mas com horizontes muito mais vastos, e o desenvolvimento do seu diário são contados em paralelo, com diversos capítulos não só sobre o caminho até à sua publicação, mas também do impacto que foi tendo em todos os países em que foi publicado. O volume inclui ainda diversos documentos e fotografias, assim como um prefácio escrito para a edição portuguesa, no qual se conta a história da edição do diário na nossa língua.

› *Thomas Sparr*

QUERO CONTINUAR A VIVER DEPOIS DA MINHA MORTE

Livros do Brasil, 272 pp, 19,99 euros

REVISTAS

Lote



Quinto número da revista Lote (com data de dezembro de 2024, 188 pp, 20 euros), agora editada apenas por Maria Brás Ferreira e Tomás Gorjá e com uma nova secção, *Inventário*, que reúne recensões e textos de diversos autores sobre livros e outras criações artísticas. O tema, agora, é a doença, declinado em poesia por Raquel Alves, Inês Mourão Dias, Margarida Vale de Gato, Ana Cristina Joaquim, Daniel Jonas e traduções de Carla Badillo Coronado, Giorgio Manganelli, Michele Maria e Pier Paolo Pasolini. No ensaio, textos de Djaimilia Pereira de Almeida, André Luiz Costa, João Mendes Ferreira, Maria Lis e Mariano Tomasovic. No *Inventário*, colaborações ainda de, entre outros, João Barrento, James Dias, Ricardo Vieira Lisboa ou Miguel Zenha.

ESPAÇO COLEÇÃO ARTE CONTEMPORÂNEA – LISBOA CULTURA

Curadoria
Sara Antónia Matos
Pedro Faro

27.06–07.09.2025

Avenida da Índia, 170

Ana Cardoso, Ana Jotta, Ana Manso, Ana Vidigal, André Cepeda, Ângela Ferreira, António Bolota, António Júlio Duarte, Belén Uriel, Carla Filipe, Daniel Schmidt, Dealmeida Esilva, Délio Jasse, Diana Policarpo, Diogo Evangelista, Eduardo Batarda, Fernanda Fragateiro, Filipa César, Flávia Vieira, Francisco Tropa, Gabriel Abrantes, Igor Jesus, Inês d'Orey, Isabel Cordovil, Joana Escoval, João Onofre, Jorge Queiroz, Jorge Molder, Luisa Cunha, Mané Pacheco, Manuel Rosa, Marta Soares, Miguel Ângelo Rocha, Paulo Brighenti, Paulo Quintas, Paulo Lisboa, Paulo Nozolino, Patrícia Garrido, Pedro Pascoinho, Pedro Tudela, Rita Gaspar Vieira, Rui Chafes, Rui Toscano e Vasco Araújo.

LISBOA CULTURA

WHO WHERE QUEM ONDE

galerias municipais

Coleção Arte Contemporânea Lisboa Cultura

Apoio Innovarisk

Vasco Futscher

O mundo inteiro em cada forma

Há mais de 10 anos que, subvertendo o material e a arte da cerâmica em si mesma, Vasco Futscher tem vindo a criar objetos escultóricos através dos quais parece querer tirar o pulso ao mundo. Aos 37 anos, após diversas exposições, um lugar entre os finalistas da 11ª edição do Prémio Novos Artistas Fundação EDP e a aquisição das suas obras por parte de numerosos colecionadores e instituições culturais, o artista plástico, representado pela Kubikgallery desde o início de 2025, prepara-se agora para mostrar algumas das sua obras mais recentes em *Meia Meia*, exposição conjunta com a brasileira Manuella Silveira, que se inaugura depois de amanhã, 27 de junho, em Lisboa, no espaço da galeria. O **JL** visitou o atelier do artista e traça-lhe, aqui, o perfil

MARIANA ALMEIDA NOGUEIRA



D.R.

Vasco Futscher **"O encontro com a cerâmica foi uma coisa mágica. Desde o primeiro minuto em que comecei a fazer peças, senti que elas saíam naturalmente"**

‹Há várias formas de ouvirmos uma pessoa, sobretudo uma que gosta de falar. Muitas vezes, é precisamente naquilo que não diz, na sua forma de gesticular, de andar, nos objetos com que escolhe rodear-se, que encontramos o seu mais fiel e inconsciente autorretrato.

Nos mais de 10 anos que leva de carreira, Vasco Futscher (VF) soma diversas exposições de grupo e individuais, um lugar entre os nove finalistas da 11ª edição do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, o título de responsável pelo departamento de cerâmica do Ar.Co – Centro de Arte e Comunicação Visual e a presença das suas obras nas coleções da Fundação Carmona e Costa, MAAT, Alberto Caetano, Ar.Co. Figueiredo Ribeiro, Pedro Cabrita Reis e Mário Teixeira da Silva.

Além disso, 2025 parece estar a ser o seu ano. Em janeiro, passou a integrar o grupo de artistas representados pela Kubikgallery, em fevereiro, foi um dos 16 artistas portugueses escolhidos para a loja da recém inaugurada Albuquerque Foundation, em março, apresentou trabalho na ARCOmadrid, em maio, na ARCOlisboa, com uma receção "extremamente positiva", segundo o galerista João Azinheiro, e, a 27 de junho, inaugura *Meia Meia* com a artista brasileira Manuella Silveira, na Kubikgallery, em Lisboa.

Tudo isto, porém, é o que o artista escolhe não dizer. Interessa-lhe falar de materiais, de pigmentos, de luz, questionar-se sobre o contínuo espaço-tempo, a noção de infinito e a possibilidade de representá-la, ou pelo menos sugeri-la, através da sua obra, maioritariamente composta por objetos escultóricos em cerâmica.

Da mesa de trabalho que ocupa quase metade do atelier, na Rua Paio Peres Correia, lampejam vislumbres de alguém que, para sintetizar o mundo que há dentro e fora de si, precisa de multiplicar-se em dezenas de formas, às vezes cozidas no forno que se encontra a um canto da sala, outras vezes desenhadas a grafite, pastel seco ou guache, em folhas como as que estão penduradas nas paredes, junto de imagens impressas de obras de arte, gráficos matemáticos, postais e objetos que remetem para viagens à Grécia ou ao Egito.

"Um atelier quando se começa a arrumar tem um problema, ainda se nota mais a desarrumação", comenta Futscher, afastando alguns sacos de barro branco a fim de arranjar espaço na mesa, para duas esculturas que estavam pousadas no chão.

Atrás de si, dezenas de livros de História, Ciência, Teoria da Arte e catálogos de exposições dividem as prateleiras de quatro estantes com uma aparelhagem, garrafas de vinho, candeeiros de luz baixa, de todas as formas e feitios, e peças de cerâmica.

Há mais passado, presente e futuro nos metros quadrados que separam as estantes da bancada de trabalho do que em muitas teorias matemáticas. É então que, sem pré-aviso, como se os três tempos confluíssem num só – o da criação – Vasco imobiliza-se junto de dois tijolos empilhados sobre um plinto.

"Acabei de ter uma ideia para uma obra, preciso de mais nove tijolos destes", afirma categoricamente, explicando que pintará cada bloco de uma cor diferente, colocando-os, depois, uns sobre os outros, como se de uma torre se tratasse.

No objeto prestes a nascer ante o nosso olhar, que muito provavelmente integrará a exposição que se inaugura a 27 de junho, ecoarão as formas paralelepipédicas das "torres" de Donald Judd e a paleta cromática de Frank Stella, como refere de imediato o artista, mas também os últimos cinco anos de trabalho, durante os quais VF criou diversas obras com tijolos modelados e cozidos por si, e ainda os últimos três minutos, em que, enquanto conversávamos, pintou de cor-de-rosa um tijolo semelhante aos que haveriam de captar a sua atenção, instantes mais tarde.

É precisamente deste lugar onde se convoca memória, intuição e uma confiança e respeito profundos pelo material, que nasce a obra de VF.

Uma obra "aberta e livre [...] pois podemos adivinhar que a solução apresentada pelo artista não será definitiva – é possível que, noutro tempo no mesmo lugar ou noutro tempo noutro lugar, haja soluções diversas", como sublinhava João Pinharanda, em 2015, no catálogo da exposição dos finalistas do Prémio Novos Artistas Fundação EDP.

> **A arte não é uma carreira, é uma prática, uma coisa que temos de fazer quase por uma questão de sobrevivência emocional**
> Vasco Futscher

NO PRINCÍPIO ERA A ARTE

O percurso de VF no mundo da arte começa, sublinha o próprio, "muito cedo, mas não de forma consciente". Aos 10 anos, a mãe inscreve-o num curso de verão do Ar.Co, após o qual passa a frequentar aulas de desenho aos sábados, na mesma escola, e, aos 15 anos, o curso noturno de desenho, que termina com 18.

"Nunca me questionei se o desenho era uma carreira ou não. Para mim, era algo que eu fazia, uma prática que nunca parou, e paralelamente à qual tive de tomar as decisões normais de todos os adolescentes". À falta da área de artes no liceu onde estudava, seguiu Ciências, entrando, em 2005, para a Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Nova de Lisboa.

"A meio do curso percebi logo que nunca iria fazer aquilo na vida, não era para mim", conta, revelando que acabaria por conciliar a faculdade com o Curso Regular de Pintura do Ar.Co. Bastou-lhe uma semana na escola artística para perceber que "era isso que queria fazer".

"Sempre fui uma pessoa generalista, portanto adorei estar em Ciências e não me custou estar em Economia, mas chegado o momento de decidir o que é que ia fazer com a minha vida, a escolha foi fácil", conta. É que,



MARCOS BORGA





MARCOS BORGA



MARCOS BORGA

Síntese criativa **No atelier (cima esq.ª) livros dos mais variados temas refletem a visão poliédrica que VF tem do Mundo, a qual sintetiza em obras onde ecoam referências à História da Arte (cima dir.ª), um diálogo constante com a matéria (baixo esq.ª) e alguma autorreferencialidade, com a reproposição atualizada de questões anteriormente abordadas (baixo dir.ª)**

para Futscher, "a arte não é uma carreira, é uma prática, uma coisa que temos de fazer quase por uma questão de sobrevivência emocional".

A cerâmica, no entanto, só em 2009 entraria na vida do artista, através do Curso Avançado de Artes Plásticas e por incentivo do então seu tutor, Manuel Castro Caldas, diretor do Ar.Co.

"O encontro com a cerâmica foi uma coisa mágica. Desde o primeiro minuto em que comecei a fazer peças, senti que elas saíam naturalmente. Como se estivesse numa floresta a encontrar coisas no chão e a pensar, 'como é que ninguém viu isto antes?'".

EM BUSCA DOS RESULTADOS MENOS EXPECTÁVEIS

Os anos que se seguiram foram marcados por diversas exposições coletivas, umas dentro e outras fora do Ar.Co, pela conclusão do curso de Artes Plásticas e pelo início da colaboração com Mário Teixeira da Silva, fundador da galeria Módulo – Centro Difusor de Arte.

É aí que, em 2014, VF inaugura *Cerâmicas*, a primeira exposição individual, na qual apresenta uma série de pequenos objetos em cerâmica, sobre plintos, que ora recordam ovos Fabergé, ora remetem para ornamentos arquitetónicos, como as pinhas sicilianas ou as folhas de acanto, frequentemente usadas nos capitéis de ordem coríntia.

Recorrendo a uma complexa mistura de barros, cores e texturas, em *Cerâmicas*, o artista apresentava aquela que, ainda hoje, é talvez a principal linha orientadora da sua prática artística: subverter o material e a arte da cerâmica em si mesma, para alcançar os resultados menos expectáveis possíveis.

É uma filosofia que implica, claro está, muitas horas de atelier e um processo criativo assente, mais do que na tentativa-erro, na capacidade de se deixar guiar pelo material, mesmo quando este sugere que se corra no encalce do erro.

Desta dança foram surgindo novas obras e exposições, da quais importa destacar a instalação *A Regra do Jogo*, apresentada na exposição destinada aos finalistas da 11ª edição do Prémio Novos Artistas Fundação EDP, em 2015, a exposição *Manual de Instruções*, em 2017, dividida entre a Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, onde o artista recriava o seu atelier, elevando-o a "material" do processo criativo, e a galeria Módulo, onde apresentava vários paralelepípedos, com texturas e materiais distintos, e a exposição *Masks, Tables and Loose Birds*, em 2019, na galeria *annex 14*, na Suíça.

A partir de 2020, quis a matéria, o acaso, uma maior maturidade, ou o "erro" de uma pandemia mundial, quem sabe, que o artista se entregasse mais verdadeiramente a um mergulho dentro de si mesmo e da obra construída.

> **Há coisas que não existem e que eu tenho de fazer, porque preciso que existam para ver como é que são**
> Vasco Futscher

No silêncio imposto por 2020, encontrou o tempo, que tantas vezes ao longo da nossa conversa refere ser essencial, para fazer uma espécie de "revisão da matéria dada" e encontrar aquilo que define como "respostas mais articuladas" a vontades ou problemas que sempre tinham estado dentro de si.

NADA SE PERDE, TUDO SE TRANSFORMA

Um rápido olhar para uma escultura que se encontra a poucos metros de nós, já pronta para a exposição da Kubikgallery, permite-nos entender melhor o que o artista que dizer.

A forma oval, com um pé e planos intersetados, assemelha-se a alguns dos pequenos objetos expostos, há mais de 10 anos, em *Cerâmicas*, mas agora com uma escala muito superior.

Algo parecido aconteceu também com as peças apresentadas, há poucas semanas, na ARCOlisboa. Nelas era possível encontrar, não só formas semelhantes aos ornamentos arquitetónicos trabalhados em 2014, agora assemblados a pedestais retilíneos, como também elementos da arquitetura grega, já usados no passado, agora organizados com base na ideia de ritmo e repetição, que, desde 2020, tem vindo a ser cada vez mais trabalhada por Futscher.

"Muitas vezes, é como se passássemos por um caminho de terra e fossemos lá deixar uma marca, mas, como nessa altura estamos a fazer outras coisas, continuamos em frente, e só mais tarde, com tempo e maturidade, é que somos capazes de perceber o que faltava fazer ali. Então voltamos atrás e vamos um bocadinho mais longe, dando respostas mais articuladas", explica o artista.

Avançar e voltar atrás, passado e futuro, economia e arte. O mundo de VF organiza-se em dicotomias de tal forma diametralmente opostas que apenas se tocariam se fosse possível dobrar o tempo e o espaço.

Talvez por isso, nos últimos cinco anos, tenha decidido trabalhar precisamente essa ideia, criando obras como *Elipse*, apresentada na mostra *Volteface*, patente no Ar.Co de outubro a novembro do ano passado

Empilhando tijolos de forma desencontrada, de maneira a criar uma espécie de muro elíptico repleto de espaços vazios, VF deu, não só, forma à ideia de infinito como à da nossa incapacidade em apreendê-la. Raros serão os que, olhando *Elipse*, tê-la-ão entendida, não como um muro, mas como uma minúscula "fatia" de um túnel infinito.

Mas é isso que faz toda a diferença. À semelhança do que acontece no espírito criativo de Futscher, num túnel infinito cabe tudo em todo o lado e ao mesmo tempo, as ideias dobram-se sobre si mesmas e dão origem a "esculturas ou objetos que são várias coisas em simultâneo".

Tal e qual como os 11 tijolos reunidos sobre a mesa de trabalho, a aguardar o instante em que, pintados e empilhados, poderão, enfim, mostrar ao mundo que são terra, mas também água, cor, matéria, luz, sombra, Donald Judd, Frank Stella, um templo grego, um desenho de criança, um catálogo de cerâmica, os ensinamentos de um professor, dezenas de tentativas, centenas de erros, a memória de uma manhã quente de junho.

Dando a conversa por terminada, Vasco começa a abrir frascos de tinta e a organizar pincéis. "Há coisas que não existem e que eu tenho de fazer, porque preciso que existam para ver como é que são", comenta com um sorriso, preparando-se para lançar mãos à obra. JL

Rialto 6, Galeria da Brotéria, Galeria Foco

Deus, intuição e Rock and Roll

Em *Ghost Ranch*, *Uma serenidade em êxtase* e *What Holds The Structure*, Henrique Pavão, Sara Chang Yan e Maria Appleton exploram conceitos que vão da eternidade, ao "sentir", passando pela memória e pela intuição. Três exposições para ver até 18, 9 e 5 de julho, respetivamente na Rialto 6, na Galeria da Brotéria e na Galeria Foco, em Lisboa

MARIANA ALMEIDA NOGUEIRA

Todos os anos, o verão traz consigo uma certa letargia. Em Lisboa, por exemplo, aos dias quentes e ao progressivo esvaziamento da cidade, junta-se a pausa anual no calendário de inaugurações dos grandes museus e instituições culturais que nela existem.

Longe do reboliço dos primeiros meses do ano e no rescaldo da movimentada feira internacional de arte contemporânea portuguesa ARCOLisboa, surge finalmente o momento que parece ter sido desenhado para visitar exposições patentes em espaços que, pela sua menor dimensão, oferecem ao público um encontro mais intimista e intenso com a obra dos artistas em mostra.

É o caso de *Ghost Ranch*, *Uma serenidade em êxtase* e *What Holds The Structure*, as três exposições que a Rialto 6, a Galeria da Brotéria e a Galeria Foco apresentam, respetivamente, até 18, 9 e 5 de julho.





VASCO STOCKER DE VILHENA

Rialto 6 **Em *Ghost Ranch* (esq.ª) e *Bull Guitar Drag (after Christian Marclay)* (dir.ª) Henrique Pavão reflete sobre a vida, a morte e a eternização de ambas, através da arte**

GHOST RANCH

Quem já ouviu *As Quatro Estações* de Antonio Vivaldi com atenção, terá reparado que a melodia mais melancólica da obra corresponde, não ao inverno, mas ao segundo andamento do verão. As notas arrastadas, em Sol menor, parecem dar voz ao lamento da terra que arde sob o Sol, cada vez mais seca e fraca.

É um lamento semelhante ao que nos acolhe quando entramos em *Ghost Ranch*, exposição de Henrique Pavão (HP), patente até 18 de julho, na Rialto 6, que pede o nome emprestado ao rancho onde a "mãe" do movimento modernista norte-americano, Georgia O'Keeffe, vivia, trabalhava e se deixava inspirar pelas paisagens montanhosas e áridas do Novo México.

O som cavo que emerge das profundezas da sala escura oscila entre um chamamento hipnotizante e aterrador. Tentando perceber a sua origem, mergulhamos na escuridão, apenas iluminada por uma vitrina sob os nossos pés.

Dentro dela encontram-se dezenas de ossos. "É o esqueleto quase completo de um boi que morreu à sede e que encontrei durante uma caminhada no campo", explica o artista, que, para a preparar a exposição, isolou-se seis meses, na mais completa solidão, numa casa de taipa, no Alentejo.

> **Há uma ideia de ressurreição, pois fiz 59 moldes dos ossos e enchi-os com terra do sítio onde os encontrei, ou seja, desenterrei-os na forma da própria terra que os tinha engolido originalmente**
> Henrique Pavão

Nos restos do animal sobre os quais caminhamos, em direção ao lamento que continua a ecoar no piso inferior, há, ainda assim, mais vida que morte. A morte ficou nos campos, que segundo alguns especialistas, dentro de 50 anos, serão um autêntico deserto.

Aqui, explica Pavão, "há uma ideia de ressurreição, pois fiz 59 moldes dos ossos e enchi-os com terra do sítio onde os encontrei, ou seja, desenterrei-os na forma da própria terra que os tinha engolido originalmente."

Descendo as escadas, encontramos enfim a fonte das notas melancólicas. Quais "guardiões da sepultura" do piso superior, surgem dois enormes amplificadores. Deles sai a voz de uma guitarra elétrica com uma afinação aberta em Ré menor, "o acorde mais triste do vocabulário musical do ocidente", sublinha o artista, deixada em pleno campo alentejano, para ser tocada pelo vento. "É o som da paisagem, do ar a passar sobre as cordas, de pequenos insetos, que por vezes nelas poisam, de poeiras, do vento", explica HP.

O mesmo ar que deu vida às cordas metálicas, foi também aquele que secou uma outrora verdejante paisagem alentejana, provocando a morte de muitos animais como o boi que se encontra "sepultado" na vitrine, alguns metros acima das nossas cabeças. "Esta peça não deixa de ser uma carta de despedida a essa paisagem", revela o artista.

Se dentro da sala, o som da guitarra materializa a falta da presença física da mesma, lá fora, na vitrine que a Rialto 6 tem para a rua, uma outra obra faz exatamente o oposto.

Bull Guitar Drag (after Christian Marclay) mostra a quem passa pela Rua do Conde Redondo, uma guitarra que materializa uma ação invisível, também ela realizada nos seis meses durante os quais o artista se isolou no Alentejo.

Numa citação de *Guitar Drag*, de Christian Marclay, um vídeo de 14 minutos durante o qual uma guitarra amplificada é arrasta pelo alcatrão por uma pick-up, Pavão repetiu o gesto, mas com um boi.

"O boi disparou a correr e partiu a guitarra toda nos primeiros 10 segundos, portanto, em vez de um filme, fiquei só com o instrumento, recuperado por uma empresa de restauro e conservação para preservar o estado de destruição exato, e apresento-o quase como um artefacto, uma memória de um acontecimento específico".

Nos ossos do boi, que jazem dentro, e nos da guitarra, que jazem fora, além das respetivas sentenças de morte, ecoam música e memória e, por isso, ecoa a eternidade.

UMA SERENIDADE EM ÊXTASE

É também da eternidade que, de certa forma, se fala em *Uma serenidade em êxtase*. Patente na Galeria da Brotéria, até 9 de julho, a mais recente exposição de Sara Chang Yan (SCY), uma das seis finalistas do Prémio Novos Artistas Fundação EDP 2024, apresenta um olhar sobre o Mundo pautado pelo espanto.

O espanto da descoberta, do encontro com o desconhecido, a capacidade de nos maravilharmos com a nossa própria incapacidade de perceber a verdadeira dimensão do que significa estarmos vivos.

Nos desenhos que SCY apresenta na Brotéria, há, não só uma entrega total a este espanto, como também um aparente "treino" intencional de confiança: nos caminhos misteriosos através dos quais o desenho é capaz de guiar a artista até conceitos imensuráveis da sua vida interior, seja o de "um

PHOTODOCUMENTA





ANTÓNIO JORGE SILVA

Galeria Foco e Brotéria **Maria Appleton (esq.ª) debruça-se sobre a complexidade da trama de acontecimentos que compõem a vida, enquanto Sara Chang Yan (dir.ª) procura registar "a sensação de Deus"**

calor-fresco", o de "ternura" ou mesmo o de "Deus".

"O desenho tem que me fascinar, tem que comportar algum mistério, permitir-me descobrir na folha em branco uma coisa que me surpreenda. Se não, estou só a repetir coisas que vi", sublinha SCY, enfatizando o papel de "guia" que a folha em branco desempenha na sua prática artística.

Quando esta pede para ser dobrada, então dobra-a, se faz sentido ser cortada a X-ato, o corte é feito sem receito, e acaba por recordar a artista, graças à luz que atravessa o papel, de que uma folha, tal como uma alma, tem sempre dois lados, ambos "desenháveis".

Nas obras suspensas do teto e pintadas numa das paredes da galeria, que a artista afirma espelharem a sua vivência enquanto ser humano, com todas as questões que isso implica, encontramos, ao invés de representações ou metáforas de alguma coisa, simples gestos de procura.

As folhas cortadas em formas que não têm nome, as manchas de tinta que não seguem um padrão, os pontos pintados sem uma regra específica e, sobretudo, os desenhos que surgem tanto no lado de luz como no lado de sombra do papel, plasmam a vida de alguém que revela estar em busca "da sensação de Deus".

O que quer isto dizer? Que, como SCY procura diariamente uma coisa que "só se pode sentir e à qual não se pode dar um nome" e, porque as suas vivências "acabam por aparecer sempre no trabalho", chega a composições que "acabam em algo sem nome, que é concreto e se sente, mas cujas formas não remetem para nada".

Mais do que racionalizar, a artista procura desenhos abertos, sem frente nem verso, que possa sentir e ir descobrindo à medida que se descobre a si mesma. "Deus, para mim, sente-se. Não se entende. O sentir chega até nós e, mais tarde, transforma-se em formas e pensamentos", assegura.

WHAT HOLDS THE STRUCTURE

Do outro lado da cidade, em *What Holds The Structure*, também Maria Appleton (MA) deu forma ao "sentir".

Na exposição patente na Galeria Foco até 5 de julho, a artista reflete, material e conceptualmente, através de obras têxteis, sobre o impacto que a perspetiva e o ponto de vista têm na forma como cada um ganha consciência da verdadeira dimensão da teia de acontecimentos que compõem a sua vida.

Essa teia é, muitas vezes, mais complexa do que uma rápida primeira impressão poderia sugerir, parece querer recordar-nos Maria, mal entramos no piso térreo da galeria e nos deparamos com *Senses of Existence*.

A obra, que à primeira vista se apresenta como uma densa mancha de cor retangular, formada pelo cruzamento de centenas de linhas de todas as cores, revela-se, mal mudamos de posição e começamos a circundá-la, uma sequência de planos horizontais e verticais, semelhantes às ameias de um castelo.

Se, por um lado, torna-se mais fácil perceber a verdadeira forma da estrutura, por outro, percebemos que precisaremos de mais tempo para conhecer bem os seus contornos e propriedades.

"What Holds The Structure" [O que sustenta a estrutura] é, subitamente, afirmação que soa a pergunta. No caso de *Senses of Existence*, uma vez que a estrutura é moldada por finos varões de ferro, apoiados em perfeito equilíbrio uns nos outros, a resposta seria: a estrutura sustenta-se a si mesma.

Se, no piso térreo, MA explora a revelação progressiva de planos, servindo-se, para isso, da luz natural e da movimentação dos visitantes no espaço, no andar inferior, a artista mergulha no campo da intuição, essa luz que, por vir de dentro, é capaz de nos guiar quando as tramas se adensam e os novos planos parecem surgir todos de uma vez, mais depressa do que acreditamos ser capazes de aguentar.

Em *Reconstruction of Loss* [Reconstrução da Perda], por exemplo, à linhas que se cruzam numa estrutura retangular, a artista acrescentou nós feitos com fios de linho, tingido de preto, retirados das obras do piso superior. A perda de um lado é a reconstrução do outro, o vazio atravessado pela luz do Sol, no andar de cima, é nó atado com a força da intuição, no de baixo.

Uma força particularmente celebrada em *Intuition*, obra exposta na última sala da mostra. Um retângulo com mais de dois metros por três, feito de tecido refletor e algodão, divide o espaço semi-circular, ocultando aquilo que Appleton define como "um farol interno, uma luz escondida que apenas se revela a quem não tem medo de olhar para lá da barreira de tecido". JL

> **Deus, para mim, sente-se. Não se entende. O sentir chega até nós e, mais tarde, transforma-se em formas e pensamentos**
> Sara Chang Yan



Festivais de Verão

Pianos, Bach, Ravel e muito mais

A Orquestra XXI, com o maestro Dinis Sousa, Le Poème Harmonique, de Vincent Dumestre, o Ludovice Ensemble, de Miguel Jalôto, pianistas como Angela Hewitt, Bertrand Chamayou, Artur Pizarro, Pedro Burmester e Mário Laginha, música antiga e contemporânea, jazz e bossa nova, marcam programas dos festivais que se iniciam esta quinzena. Assinalam-se os 400 anos da morte de Orlando Gibbons, os 340 do nascimento de Bach, os 150 de Maurice Ravel. E também os 50 anos do Festival do Estoril

MARIA AUGUSTA GONÇALVES

RAVEL, JAZZ E BOSSA NOVA EM ALCOBAÇA

Há Bach, Puccini e o canto ancestral das monjas de Cister, nos primeiros concertos da 33.ª edição do Cistermúsica – Festival de Música de Alcobaça, que tem início na sexta-feira, dia 27. Depois, Maurice Ravel impõe-se, pela música e pelos 150 anos do seu nascimento. Ao compositor, o festival dedica cerca de um terço dos 36 concertos que hão de realizar-se até 02 de agosto.

A abertura do Cistermúsica acontece com a *Messa di Gloria, de* Giacomo Puccini, pelo tenor João Rodrigues e o baixo Armando Possante, como solistas, a Sinfonietta de Lisboa e o maestro Vasco Pearce de Azevedo. Seguem-se o pianista Pedro Bursmester, num novo regresso às *Variações Goldberg*, de Johann Sebastian Bach, no dia 28, e o Ars Choralis Coeln, com a música das monjas de Cister, no momento-chave da Alta Idade Média, em 03 de julho.

A Baltimore Youth Symphony Orchestra, sob a direção de Christopher M. Cicconi, vai combinar obras contemporâneas e outras menos contemporâneas, de compositores como James Lee III, Vaughan Williams, An-Lun Huang, Franz Liszt, Arturo Márquez, Georges Bizet e Saint-Saëns, no programa *The Places You'll Go*. Será em 04 de julho, na véspera da atuação do Estardalhaço da Geringonça, grupo de Dixieland que celebra os 25 anos do seu único álbum, *Old Tradition New Ignition*.

A *Petite Messe Solennelle*, de Gioachino Rossini, pelo Ensemble São Bernardo, a 06 de julho, conta com João Paulo Santos, em piano e direção, e Nuno Margarido Lopes, em harmónio. E a música de Orlando Gibbons, nos 400 anos da morte do compositor, dominará os concertos do ZêzereArts Vocal Ensemble, nos dias 09 e 16 de julho.

O Ensemble Mediterrain, de Bruno Borralhinho, a soprano Carla Caramujo e o barítono André Baleiro oferecem o ciclo *A Trompa Mágica do Rapaz*, de Mahler, no dia 11. A 12, o flautista António Carrilho aventura-se por transposições de obras de Bach, enquanto a Casa Bonita dp baterista Matt Nicholson, com Simão Brás Afonso, baixo, Manuel Melo, guitarra, TBD, percussão, e João Tenente, piano e sintetizadores, combina jazz e dança. O espírito prolonga-se pela "carta branca" dada ao tubista Sérgio Carolino, com o Color Wheel Ensemble, para interpretar Jerry Grant e Filipe Melo.







Festivais de verão **Le Poème Harmonique, de Vincent Dumestre (em cima), Artur Pizarro e Angela Hewitt**

A Orquestra XXI, projeto do maestro Dinis Sousa, titular da Royal Northern Sinfonia, interpretará *Ciprés*, de Andreia Pinto Correia, e as *Quatro Últimas Canções*, de Richard Strauss, com Sofia Fomina. Será a 17 de julho. A 18, é a vez da grande polifonia dos séculos XVI-XVII, pelo Officium Ensemble, de Pedro Teixeira: Palestrina, Estêvão Lopes Morago (em primeiras audições modernas), Filipe de Magalhães, Manuel Cardoso e Estêvão de Brito.

O Romance da Raposa, de Alexandre Delgado, sobre romance de Aquilino Ribeiro, seduzirá miúdos e graúdos, no dia 19, com narração do compositor, ilustrações de Dina Sashse, e Christina Margotto, em piano. No mesmo dia, La Grande Chapelle demonstrará o caráter inovador de Palestrina, e o guitarrista Branco (Pedro Branco) irá tocar Marco Paulo, com o contrabaixista Carlos Barretto e o baterista João Sousa, quando planeia a publicação do álbum dedicado ao projeto.

A 20 de julho, Le Poème Harmonique, de Vincent Dumestre, avança por obras de Lully, Charpentier, Étienne Moulinié, Francesco Cavalli e Giovanni Battisa Buonamente da corte de Luís XIV – um dia depois da atuação no Festival do Estoril –, enquanto o trio da guitarrista Eugénia Contente aposta na fusão de jazz, rock e funk, a que regressará no dia 26.

Em 25 de julho, será a vez da *Bossarenova*, com a cantora Paula Morelenbaum, o pianista Ralf Schmid e o trompetista Joo Kraus, mais António Zambujo como convidado, que abraçam o *Atlântico*, novo trabalho do trio, celebração da música de João Donato, Edu Lobo, Ivan Lins e Vítor Martins, Egberto Gismonti, Caetano Veloso e Tom Jobim.

O Ballarte Ensemble, no dia 26, apresenta o espetáculo multidisciplinar *La Balena*, e a Jovem Orquestra Portuguesa, no dia 31 de julho, dirigida por Pedro Carneiro, interpreta *Bliss (not)*, de Francisco Lima da Silva, a 2.ª Sinfonia de Brahms e o 1.º Concerto para violoncelo de Dmitri Shostakovich, com Pavel Gomziakov, como solista.

> **A abertura do Cistermúsica acontece com a *Messa di Gloria*, de Giacomo Puccini, pelo tenor João Rodrigues e o baixo Armando Possante, como solistas, a Sinfonietta de Lisboa e o maestro Vasco Pearce de Azevedo**

Pelo meio, há Maurice Ravel (1875-1937), o *Essencial de Ravel*. A celebração do compositor "da modernidade musical" será feita "com particular intensidade", sob o tema *Variações, Impressões e Ilusões*.

O ponto de partida faz-se em 05 de julho com a *Suite Ma Mère l'Oye*, pela Orquestra do Algarve. No dia 12, a Filarmónica Portuguesa interpreta a *Suite n.º 2* do bailado *Daphnis et Chloé*, o Concerto para piano e orquestra, com Mariamna Sherling, e *La Valse*.

A Banda Sinfónica de Alcobaça oferecerá o *Bolero*, no concerto de encerramento, em 01 de agosto, com a *Pavane pour une infante défunte* e a versão orquestral de Ravel de *Quadros de uma Exposição*, de Mussorgsky.

A *Pavane* aparecerá noutras 'roupagens' além do 'traje' sinfónico: pelo GMS — Quinteto de Metais, em 13 de julho, com obras de Joly Braga Santos, Michael Kamen, Jarrett Butler, Erik Satie, Shostakovich e Leonard Bernstein; e a 30 de julho, pelo Ensemble Sunrise, numa transcrição para cordas, com obras de Respighi, Vivaldi, Bach, Mozart e Manuel de Falla. O *Quarteto de Cordas* terá a versão original pelo Quarteto Tágide, em 12 de julho, com Anton Webern e Shostakovich (8.º Quarteto "em memória das vítimas do fascismo e da guerra"); e pelo Maat Saxophone Quartet, a 27, a par de obras de Shostakivich, Luís Tinoco e George Gershwin.

No dia 24, o Quartzo Ensemble reúne Debussy e Paul Taffanel a *Le Tombeau de Couperin*. E as Voces Cælestes, em 26 de julho, cantam *Trois beaux oiseaux du Paradis*, numa *Viagem musical e poética do Renascimento aos nossos dias*.

A celebração de Ravel impõe a dança. Por isso, no dia 10, o bailado *Maurice Accompagné*, de Paulo Ribeiro, sobre sonatas de Luís de Freitas Branco, e *Miroirs*, do compositor francês.

O Cistermúsica é organizado pela ABA – Banda de Alcobaça Associação de Artes, com o município e o Mosteiro de Alcobaça, que acolhe a maioria dos concertos. Mosteiro de Cós, Igreja da Benedita, Cine-Teatro de Alcobaça, Igreja dos Prazeres de Aljubarrota, Igreja Matriz de Pataias e Igreja Paroquial de São Martinho do Porto são entre outros locais do Cistermúsica.

ESTORIL SOB O SIGNO DO PATRIMÓNIO

A 51.ª edição do Festival Estoril Lisboa, fundado em 1975 pelo guitarrista Piñero Nagy, adota o Património por tema, celebra os 50 anos do certame e os 700 do rei Dinis. O programa estende-se de 28 de junho a 26 de julho, circula entre Lisboa e Cascais, mantém os 'pequenos' concertos nas freguesias e as parcerias com o Festival ao Largo, do Teatro Nacional de S. Carlos, e o Prémio Jovens Músicos, da Antena2, ao acolher o concerto do vencedor da edição do ano passado.

Le Poème Harmonique, de Vincent Dumestre, Ludovice Ensemble, de Miguel Jaloto, Ensemble Darcos, Ars Lusitana, Grupo Vocal Olisipo, Vocal Ensemble, a Orquestra Metropolitana de Lisboa, os organistas João Vaz e Albrecht Koch destacam-se na programação, assim como a estreia de novas obras de Pedro Lima e Vasco Negreiros.

A primeira etapa cumpre-se no Picadeiro Real do Museu dos Coches, em Lisboa. Aqui fica patente a exposição *50 Anos de Memórias do Festival Estoril Lisboa – 1975-2025*, e aqui se realiza o concerto inaugural, pelo Grupo Vocal Olisipo, com José Diogo Martins e a estreia da nova obra de Pedro Lima a culminar um programa que remonta a Martim Codax, D. Dinis, Pedro de Escobar e Vicente Lusitano.

A 03 de julho, o Ensemble Darcos e o Coro Ricercare, dirigidos por Nuno Côrte-Real, levam *A Insustentável Leveza do Cante* ao S. Luiz Teatro Municipal. Nos dois dias seguintes, a 'paragem' será no Festival ao Largo, primeiro com o Coro Masculino do Teatro Nacional de São Carlos, depois com o Grupo de Sopros da Orquestra Sinfónica Portuguesa.



A Orquestra XXI, do maestro Dinis Sousa **No Festival de Alcobaça**

No dia 09, a Academia das Ciências de Lisboa acolhe a Winconsin Youth Symphony Orchestra, dirigida por Kile Knox, para interpretar John Williams, George Gershwin e Vincent Youmans. No dia 11, a Igreja de São Domingos será palco da Orquestra Metropolitana de Lisboa, com o Coro Participativo. Sob direção do maestro titular, Pedro Neves, serão interpretadas obras de Mozart, Arvo Pärt e Vivaldi, com a soprano Ana Quintans, a meio-soprano Catia Moreso e a cravista Flávia Almeida Castro.

O Ludovice Ensemble levará obras de Lebègue, Charpentier, Lully e Lorenzani, compostas para mosteiros femininos no tempo de Luís XIV, à Igreja de São Vicente de Fora, no dia 12, com Sofia Diniz, em viola da gamba, João Vaz, em órgão, Miguel Jalôto, em órgão positivo e direção, e as cantoras Eduarda Melo, Raquel Mendes, Orlanda Velez Isidro, Mariana Moldão e Teresa Duarte.

No dia 13, no Centro Cultural de Cascais, atua o Quarteto Tágide, vencedor do nível superior de música de câmara do Prémio Jovens Músicos de 2024, em obras de Ravel, Webern e Shostakovich.

O festival regressa a Lisboa no dia 15, para a atuação do Vocal Ensemble, no Panteão Nacional. O programa evoca "o tempo de D. Dinis" e inclui e estreia de uma nova obra de Vasco Negreiros, que dirige o concerto.

No dia 19, o Picadeiro Real recebe Le Poème Harmonique, de Vincent Dumestre, com obras de Lully e Delalande. O ensemble apresentar-se-á no dia seguinte no Cistermúsica, no Mosteiro de Alcobaça.

O Claustro do Mosteiro dos Jerónimos será palco, no dia 21, do concerto *O Dulce Suspiro Mio*, pelo Ars Lusitana, sob direção de Maria Bayley, com as vozes de Teresa Duarte, Tiago Simas e Nuno Raimundo, mais André Ferreira, em cravo.

O concerto de encerramento realiza-se na Sé Patriarcal, com o organista Albrecht Koch e um programa "em torno de Johann Sebastian Bach" e do seu tempo.

O Festival nas Freguesias vai à Biblioteca de Alcântara, em 02 de julho, com o Quarteto Quartina, e ao Panteão Nacional, no dia 16, com o Quinteto Fauves.

Todos os concertos são de entrada livre, sujeita a lotação, exceto no Teatro São Luiz.

ANGELA HEWITT E BERTRAND CHAMAYOU EM OEIRAS

Johann Sebastian Bach e Maurice Ravel estão no centro da programação do VIII Festival Internacional de Piano de Oeiras, a decorrer de 29 de junho a 27 de julho, com dois dos seus principais intérpretes atuais: Angela Hewitt, que se destacou no início dos anos 1980, com a vitória no Concurso Internacional de Piano Bach de Toronto, e Bertrand Chamayou, diretor artístico do Festival Ravel, em França, vencedor do prémio Echo Klassik pela gravação integral das obras para piano do compositor, em 2016.

A pianista Tiffany Poon, ex-estudante da Julliard que conquistou salas de concerto e audiências do YouTube, e o jovem prodígio Yoav Levanon, que repete a presença em Oeiras, fazem igualmente parte do programa, incluindo Ravel e Bach nos seus recitais. Os 340 anos do nascimento do mestre de Leipzig e os 150 de Ravel reforçam os motivos da escolha.

A pianista Teresa da Palma Pereira, diretora artística do festival, responde pelo recital de abertura, em 29 de junho, em obras de Mozart, Chopin, Liszt, Joaquin Turina e Manuel de Falla. A abertura do festival também homenageará



Piñero Nagy, fundador do Festival de Música do Estoril.

No dia 06 de julho, será a vez de Tiffany Poon, antiga discípula de Emanuel Ax, que atua pela primeira vez em Portugal. O programa inclui as *Valses nobles et sentimentales*, de Ravel, a par de obras de Robert Schumann e Debussy.

Bertrand Chamayou, em 13 de julho, interpretará os três andamentos de *Gaspard de la Nuit*, de Ravel – *Ondine, Le Gibet e Scarbo* –, obra inspirada no poema fantasia de Aloysius Betrand – com obras de Liszt, Schumann, Glinka e Balakirev. O pianista também participará nas 'masterclasses' que completam o festival.

Distinguido pelas interpretações de Maurice Ravel, quatro vezes premiado com o Victoires de la Musique, Chamayou domina um repertório extenso, atuando regularmente em festivais como o de Salzburgo, e em salas de concerto como o Théâtre des Champs-Élysées, de Paris, o Lincoln Center, em Nova Iorque, e o Wigmore Hall, em Londres, a que se pode juntar o Grande Auditório Gulbenkian, em Lisboa.

Angela Hewitt, que também já atuou em diferentes temporadas da Fundação Gulbenkian, estreia-se em Oeiras com as *Variações Goldberg*, de Bach, em 20 de julho, num recital integrado na digressão que assinala o 50.º aniversário da sua carreira.

Hewitt, detentora de um repertório que atravessa toda a história da música para tecla, do barroco à contemporaneidade de Messiaen, gravou um conjunto de álbuns com as grandes obras de Bach, como *O Cravo Bem Temperado* e *A Arte da Fuga*, que o Sunday Times disse ser "uma das glórias discográficas da nossa era." Em 2016 regressou às *Variações Goldberg*, depois de a sua primeira gravação, em 2000, ter reafirmado o seu lugar entre os grandes intérpretes.



Mário Laginha **Na Semana Internacional de Piano de Óbidos**

O último recital do festival, em 27 de julho, caberá a Yoav Levanon, com obras de Couperin, Rachmaninov, Chopin, Schumann, Balakirev e o *Minuete sobre o nome de Haydn*, de Ravel.

Desde o início, o Festival Internacional de Piano de Oeiras tem-se afirmado em termos internacionais, através de intérpretes como Javier Perianes, Nikolai Lugansky e Piotr Anderszewski, que participaram em edições anteriores. O programa paralelo de 'masterclasses' reflete essa afirmação, mobilizando alunos de países como Alemanha, Espanha, Suécia e Japão.

A entrada nos recitais é gratuita, sob inscrição prévia. Os concertos realizam-se aos domingos, no Auditório Ruy de Carvalho, em Carnaxide.

ARTUR PIZARRO E MÁRIO LAGINHA EM ÓBIDOS

A 30.ª edição da Semana Internacional de Piano de Óbidos, organizada pela Associação de Cursos Internacionais de Música (ACIM), estende-se de 04 a 25 de julho, conta com pianistas como Artur Pizarro, Boris Berman e Mário Laginha, num total de 14 concertos, e com as habituais 'masterclasses'.

A abertura do programa de concertos acontece no dia 09, no Centro Cultural e de Congressos (CCC) das Caldas da Rainha, com uma homenagem a Carlos Paredes, pelo quarteto de Mário Laginha, com Julian Argüelles, saxofone, Romeu Tristão, contrabaixo, e João Pereira, bateria.

Os recitais a solo têm início no dia 11, com o pianista Artur Pizarro, que interpretará Bach e Schubert. Seguem-se Boris Berman, com obras de John Cage e Debussy (dia 12), Andrea Bonatta, com Mozart, Liszt e Debussy (14), James Giles, com Schubert, Chopin, Debussy e Earl Wild (15), e Jorge Luis Prats, em Isaac Albéniz (16). Manuela Gouveia, diretora artística do festival, e o violinista Eliseu Silva interpretam Beethoven, a 13 de julho.

Os recitais dos laureados do Prémio ACIM/Antena2 do ano passado, Arturo Abellán e Thomas Filipiuk, realizam-se em Caldas da Rainha, Óbidos e Lisboa, entre 10 e 21 de julho.

O concerto *O Encontro do Japão com a Europa*, no dia 24, também nas Caldas da Rainha, junta o pianista Jun Kanno e o mestre de shamisen Mozibei Tokiwazu V, numa fusão "entre o repertório clássico europeu e a tradição japonesa tokiwazu".

O encerramento, no dia 25, leva *Petite Messe Solennelle*, de Rossini, ao Santuário do Senhor Jesus da Pedra, em Óbidos, pelo Coro Porto Ensemble, com Beatriz David, em harmónio, e Luís Duarte, em piano, dirigidos por António Sérgio Ferreira.

As 'masterclasses', ministradas por Manuela Gouveia, James Giles, Boris Berman, Andrea Bonatta e Jorge Luis Prats, contam este ano com alunos de 14 países da Europa, Ásia e América.

Uma exposição de escultura de Maria Leal da Costa será inaugurada a 04 de julho, na Casa da Barbacam, em Óbidos, que também acolhe uma conferência do compositor Alexandre Delgado, no dia 15.

Os recitais de piano realizam-se na Praça da Criatividade de Óbidos.

As agendas dos diferentes festivais e eventuais alterações à programação podem ser consultadas nos respetivos 'sites'. JL

Estreia

A vida em Rosas

CINEMA

Manuel Halpern

Apesar de *A Vida Luminosa* (estreia amanhã, 26) ser apenas a primeira longa-metragem de ficção de João Rosas, é fruto de um trabalho contínuo de mais de uma década, que o torna um dos mais consistentes e originais realizadores portugueses da atualidade.

Um conceito geral que pode ser comparado, em termos conceptuais, ao do norte-americano Richard Linklater — particularmente em *Boyhood* (2014). Só que, se Linklater sintetizou num único filme o crescimento em tempo real de um rapaz (o filme foi rodado ao longo de 12 anos), naquilo que se usa chamar uma ficção do real; João Rosas dá-nos flashes ficcionais da vida de um rapaz (e do seu entorno) ao longo dos anos, explorando sobretudo a sua esfera emocional.

É assim desde *Entrecampos* (2013), a primeira curta-metragem, passando por *Maria do Mar* (2015, a mais bem conseguida de todas) e *Catavento* (2020). Tudo isto se consubstancia agora nesta primeira longa, *A Vida Luminosa*.

Como em todos os seus filmes, acompanhamos de perto Nicolau — em *Entrecampos* era uma criança, em *A Vida Luminosa* já é um adulto. São todos filmes sobre o crescimento, *coming of age*, como dizem os ingleses, em que a personagem se confronta com as inquietações da idade, exploradas particularmente bem no plano amoroso: a busca do amor é o epicentro do cinema de Rosas.

Há uma evolução. Mas essa evolução não é apenas física e psicológica da personagem. Também é cinematográfica.



Cécile Matignon e Francisco Melo, em *A Vida Luminosa* **A primeira longa de ficção de João Rosas**

Francisco Melo tornou-se um melhor ator: a experiência e a maturidade ajudaram-no a fazer melhor de si próprio. Tudo em volta também está mais seguro. A opção por não-atores ou atores não profissionais envolve sempre riscos; o que se ganha em espontaneidade pode perder-se em técnica. Mas, comparando com os filmes anteriores, essa parte parece agora mais bem resolvida.

Isto porque não foi só Nicolau quem cresceu. João Rosas (que realizou o primeiro filme com poucos recursos e muita vontade) também cresceu enquanto realizador. Há uma maior segurança nos planos, no posicionamento da câmara, provavelmente na direção de atores e no próprio guião.

Pelo caminho, os filmes de João Rosas oferecem-nos (e documentam) Lisboa. Há no seu olhar uma atenção às transformações da cidade, à procura de espaços, de percursos, de itinerários. Uma Lisboa que resiste. É possível ler este percurso também como um olhar antropológico e sociológico, apesar de o cerne ser claramente relacional.

O humor, sempre presente na obra de Rosas, torna-se aqui ainda mais aguçado, com as desventuras das personagens e, sobretudo, o modo como se relacionam com os outros.

Nicolau reflete um certo estado contemporâneo dos jovens adultos. A dificuldade em definir o futuro, a falta de condições para sair da casa dos pais. O filme coloca gerações em diálogo (ou confronto), como acontece na troca de ideias entre Nicolau e o pai (bela interpretação de Bernardo Moreira — sim, o músico de jazz). Os diálogos são naturalistas, mas incisivos.

O pai, aliás, protagoniza vários momentos de humor. Mas há outras personagens com esse tom – mesmo quando se aproximam da figuração – como o livreiro (interpretado por Bernardino Aranda, o próprio livreiro da Tigre de Papel) ou o grupo de clientes habituais, onde estão incluídos o editor da Fenda, Vasco Santos, e o próprio João Rosas, que aparece a expressar dúvidas e incógnitas sobre o ofício de realizador — numa espécie de autorreflexão a meio caminho entre a narrativa e o metacinema.

A Vida Luminosa é uma comédia pós-adolescente, leve e despretensiosa. Um balão de ar fresco nos dias que correm. JL

› ***A VIDA LUMINOSA***

De João Rosas, com Francisco Melo, Bernardo Moreira, Cécile Matignon, Francisca Alarcão, 106 min


Paraíso,
La Biennale di Venezia
19. Mostra Internazionale di Architettura
Partecipazioni Nazionali
Quando começámos a desistir do paraíso que temos na Terra?
10 MAIO — 23 NOVEMBRO
PAVILHÃO DE PORTUGAL
Fondaco Marcello
19.ª Exposição Internacional de Arquitetura 2025 La Biennale di Venezia
hoje.
ORGANIZAÇÃO E COMISSARIADO
PARCEIRO E PATROCINADOR PRINCIPAL
PRODUÇÃO
PATROCINADORES
PARCEIROS INSTITUCIONAIS

O jornalismo na Revolução de Abril

A propósito de um livro com diversos textos sobre as políticas públicas para os medias e os orgãos de imprensa escrita existentes e/ou criados em 1974 e 1975, na análise de um reconhecido especialista na matéria: ex-jornalista, licenciado em Direito e doutorado em Ciências da Comunicação, pela FCSH da Un. Nova de Lisboa, de que é professor, autor de vários livros; foi secretário de Estado da Comunicação durante sete anos, e vice-presidente da ERC – sendo o atual presidente do Conselho Geral Independente da RTP

ALBERTO ARONS DE CARVALHO



Pedro Marques Gomes (PMG) tem dado um insubstituível contributo para o estudo do setor da comunicação social no período imediatamente posterior ao 25 de Abril. Recordo o vasto e muito interessante livro *A imprensa na revolução*, publicado em 2021 sobre esta época tão relevante na história recente de Portugal.

Agora, com este volume *O jornalismo está na rua – A imprensa no centro da Revolução de Abril*, que coordena, PMG substituiu uma análise mais transversal sobre a evolução da imprensa nesse período pelo excelente contributo de diversos investigadores e testemunhas, que têm como tema cada um dos diversos jornais existentes ou criados no período entre 25 de Abril de 74 e 25 de novembro de 75 – estamos a falar de 15 jornais generalistas e de âmbito nacional, dos quais 12 diários – descrevendo e avaliando o seu papel, os seus desafios e, em muitos aspetos, a sua vida interna, com grande detalhe e incontestável conhecimento.

Este livro é ainda mais relevante porque, em Portugal, não houve até agora um período – neste caso de apenas cerca de dois anos... – em que tivesse havido tantas mudanças, quer nas políticas públicas para os media, quer na oferta de órgãos de comunicação social, desde o número de jornais até à sua propriedade, orientação editorial e alinhamento ideológico. E tantas polémicas sobre temas relativos à comunicação social: recorde-se, apenas um exemplo amplamente abordado neste livro, o "caso *República*", que conduziria à queda de um Governo e teria uma vasta repercussão internacional.

As políticas públicas para a comunicação social tinham então tanta relevância que na composição dos seis governos provisórios, bem como, já em 1978, nos IV e V governos constitucionais, havia um ministro da Comunicação Social, que, acrescente-se, chegou a tutelar um secretário de Estado... da Cultura. E a primeira lei orgânica do Ministério da Comunicação Social, em 1974, previa um quadro de pessoal com 874 funcionários...

As políticas públicas para a comunicação social tinham então tanta relevância que na composição dos seis governos provisórios, bem como nos IV e V governos constitucionais, havia um ministro da Comunicação Social, que chegou a tutelar um secretário de Estado da Cultura

De facto, o 25 de Abril e o imediato fim da censura prévia e dos drásticos limites aos direitos dos jornalistas e à liberdade de criação de empresas não conduziriam automaticamente a uma informação livre e plural ou a um alargado consenso sobre as políticas para o setor.

Numa primeira fase, a liberdade de imprensa estava condicionada por uma chamada Comissão *ad hoc*, dependente das instâncias militares, que aplicaria, de forma polémica e contestada, diversas sanções administrativas a jornais.

Numa segunda fase, já depois da entrada em vigor da Lei de Imprensa de fevereiro de 75, há um novo evento relevante: no mês seguinte, em março de 75, a nacionalização da banca, então proprietária de nove dos 11 jornais diários generalistas de âmbito nacional – no setor privado ficariam apenas o *Primeiro de Janeiro* e o *República*, a que se juntava o *Expresso* – conduz a uma disputa entre quatro tipos de legitimidade/influência: 1) a do poder político, nomeadamente os governos – recorde-se que entre o 25 de Abril de 74 e novembro de 75 houve seis governos..., que passam a designar os administradores e em consequência a procurar influenciar determinadamente a escolha dos diretores dos jornais estatizados e a sua orientação editorial; 2) dos jornalistas, que reclamam pela sua autonomia e independência face aos dirigentes das empresas, sobretudo as estatizadas; 3) dos trabalhadores dos jornais que exigem participar ou mesmo dirigir esses jornais – recorde-se a escolha de um tipógrafo como diretor do *Século*, o afastamento da direção do *República* num plenário de trabalhadores contra a vontade dos acionistas e da esmagadora maioria dos jornalistas em maio 75, os saneamentos em alguns jornais estatizados; e 4) dos acionistas dos jornais não estatizados, que veem o âmbito da sua intervenção limitado pela ação dos jornalistas e dos trabalhadores dessas empresas.

COMO ESTE LIVRO DESCREVE também, os próprios jornalistas assistem na classe a diversas situações invulgares: alguns deles são atores políticos, acumulando funções jornalísticas e parlamentares; outros mudam de jornal por lógicas e imperativos partidários.

Também nesse período, a estatização e a radicalização de alguns jornais abre espaço para novos órgãos privados. Em 1975, surgem quatro novos jornais: *Jornal Novo* em abril, *O Jornal* e *Tempo* em maio, *A Luta* em agosto, todos também analisados neste estudo.

Ao ler este livro, com o vasto conjunto de dados e informações sobre a realidade do setor da imprensa neste período, recordei dois estudos inultrapassáveis na investigação sobre a relação entre a comunicação social e o poder político: de Siebert, Schramm e Petersson, *Four Theories of the Press*, e de Hallin e Mancini, *Comparing Media Systems*.

O primeiro enumera aquilo que os seus autores consideram como as quatro conceções que influenciam as politicas públicas para a imprensa (recorde-se que o livro é de 1956...): autoritária, liberal, responsabilidade social e comunista (ou, numa tradução menos literal, marxista-leninis-

ta). Na sua história, Portugal já sofreu a influência destas quatro teorias: autoritária, desde o nascimento da imprensa até 1820; liberal, entre 1820 e 1926, embora com alguns intervalos, nomeadamente na fase final da monarquia; de novo autoritária entre 1926 e 74; responsabilidade social, progressivamente depois de 1976; comunista, de alguma forma, em 1975.

NO ENTANTO, PODE-SE DIZER que, em 1975, estiveram em causa estas quatro conceções: Autoritária – não apenas nos resquícios da legislação do período anterior ao 25 de Abril, então ainda parcialmente em vigor, mas em alguns sinais de autoritarismo evidenciados em iniciativas como a comissão *ad hoc*...;

Liberal – com o fim da censura e a entrada em vigor da Lei de Imprensa de 1975, consagrando novos direitos dos jornalistas;

Comunista – com a nacionalização (embora indireta...) da imprensa; com os casos *República*, dos 24 no *Diário de Notícias*. Como referia então Mário Mesquita, analisando a orientação de muitos jornais, "cada jornal segundo a sua tipografia"; com a proposta do Grupo Parlamentar do PCP de um artigo para a Constituição segundo a qual era função da comunicação social "promover a mobilização e a consciencialização de todo o povo português na construção do socialismo"; ou, de acordo com uma nota de serviço da direção da Emissora Nacional de 8/8/75 em pleno PREC: "A Emissora Nacional é um órgão de comunicação social dependente do Governo pelo que qualquer informação ostensivamente contrária ao Governo ou a qualquer dos seus membros não pode ser transmitida"...

Responsabilidade social – com a valorização, desde logo na Lei de Imprensa de 1975, não só da liberdade de expressão, mas também do direito dos cidadãos à informação; o início da regulação (através de experiência *sui generis* do Conselho de Imprensa...) e o início da construção do edifício legislativo do setor.

O segundo livro, de Hallin e Mancini, bem mais recente – 2004..., analisa as relações entre a comunicação social e os sistemas políticos, de acordo com a tese de que não é possível compreender os media sem analisar a natureza do Estado, o sistema de partidos políticos, as relações entre interesses económicos e políticos e o desenvolvimento da sociedade civil. Entre outros indicadores, como a circulação de jornais, a ligação da imprensa aos partidos políticos e o papel do Estado no sistema dos media.

Os autores consideram a existência de três modelos do sistema de media: os modelos liberal, democrático corporativo e pluralista polarizado.

Ainda de acordo com os autores, este modelo pluralista polarizado, onde se integrariam os países do sul da Europa e também Portugal, caracterizava-se por um alinhamento dos media com partidos ou correntes políticas, por um desenvolvimento histórico mais fraco dos media comerciais e por um forte papel do Estado.

É minha opinião que em 2004, quando o livro foi publicado, o sistema de media em Portugal já não tinha claramente estas características, mas em 1975 elas são evidentes: a nacionalização de grande parte dos jornais, decorrente da nacionalização da banca como resposta ao golpe de 11 de março de 1975, o monopólio da televisão, o duopólio na rádio, a inexistência (ainda..) de rádios locais e regionais; a assumida ligação de alguns jornais a partidos políticos (como é tão bem ilustrado no livro que hoje analisamos, ao referir haver jornalistas que mudam de jornal por indicação partidária...); a possibilidade de exercer simultaneamente cargos politico partidários e a atividade jornalística profissional sem qualquer reparo... Hoje isso seria completamente impossível e até reprovável...

EM 1975, O SURGIMENTO de alguns jornais diários (*Jornal Novo, O Jornal,* o *Tempo* e *A Luta*) constituía assim não apenas uma resposta do mercado como, sobretudo, uma resposta na imprensa e na comunicação social ao vazio político-ideológico de algumas áreas políticas e à ausência de pluralismo externo....

O aparecimento desses jornais representa a tentativa de responder a públicos que não se reviam numa imprensa não apenas estatizada, mas por vezes governamentalizada e, no conjunto da comunicação social, ideologicamente comprometida à esquerda... Ou seja, um dos critérios relevantes para o investimento num jornal era a sua viabilidade entendida como resposta adequada a um público que escolheria o seu jornal tendo em conta critérios predominantemente ideológicos...

Uns anos mais tarde, o fraco índice de leitura de jornais, uma das características que Hallin e Mancini assinalam relativamente a Portugal – e que se agravou substancialmente neste século, retiriam espaço (mercado e leitores) a jornais ideologicamente comprometidos ou afunilados, induzindo a imprensa e os jornalistas a procurarem na diversidade ideológica dos leitores a resposta para uma oferta mais limitada.

São estes desafios, estas frequentes mudanças, a multiplicidade de experiências e de contextos, detalhadamente descritos, que constituem o principal contributo deste livro, cuja leitura vivamente recomendo. JL



› *Pedro Marques Gomes*
O JORNALISMO ESTÁ NA RUA
Ed. Âncora, 270 pp., 18 euros

Europa transfigurada

ANTÓNIO SOUSA RIBEIRO

Europa transfigurada – Heranças coloniais e restituição, de Margarida Calafate Ribeiro, é um daqueles livros que deixam perceber de imediato que levaram muito tempo a ser escritos. Não no plano material do tempo de lançar as palavras ao computador, mas no sentido em que o nível da argumentação e a solidez das ideias só podem resultar de um processo longo, de trabalho, de investigação, de reflexão. Na verdade, pode dizer-se que esta obra, que é também o roteiro de um percurso intelectual, fecha, de alguma maneira, um arco que teve início com o livro resultante da tese de doutoramento da autora – *Uma História de Regressos. Império, Guerra Colonial, pós-colonialismo* –, publicado em 2004 e em boa hora reeditado em 2024, sempre sob os bons auspícios das Edições Afrontamento.

A longa sedimentação que referi tem como marcos fundamentais dois projetos de investigação de grande envergadura e de âmbito multidisciplinar dirigidos pela autora no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra: o primeiro, *Os Filhos da Guerra. Pós-memória e Representações*, focava-se no estudo de filhos de ex-combatentes da Guerra Colonial, com vista, nomeadamente, a averiguar as implicações para uma segunda geração da exposição a uma memória violenta.

Tanto quanto posso avaliar, deve-se a este projeto a introdução no mapa das ideias em Portugal do conceito de pós-memória, proposto em 1997 por Marianne Hirsch no âmbito dos estudos sobre o Holocausto com vista a captar a dimensão inter- e transgeracional do impacto traumático de situações de violência. A operacionalidade deste conceito difícil e controverso tem vindo a ser amplamente testada e confirmada, no que toca ao contexto português, graças, em boa parte, à investigação conduzida na órbita dos projetos que estou a referir.

O SEGUNDO DESSES PROJETOS – *Memoirs – Filhos de impérios e pós-memórias europeias* – um projeto de âmbito europeu, teve um âmbito transnacional, focando-se nas memórias de uma segunda geração pós-colonial em Portugal, em França e na Bélgica. O capítulo terceiro de *Europa transfigurada*, de certo modo o eixo do livro, aborda com algum pormenor este projeto, designando-o apropriadamente como "laboratório da Europa pós-colonial". O projeto *Memoirs* permitiu identificar e cartografar a presença no âmbito europeu de pessoas e grupos com raízes familiares nos extintos impérios coloniais e que vivem, hoje, aquilo a que pode chamar-se a condição da pós-memória.

Deste ponto de vista, tratou-se de


Margarida Calafate Ribeiro

um exemplo acabado do modo como a investigação de âmbito académico tem a virtualidade de se projetar no plano social, produzindo um conhecimento que contribui ativamente para uma tomada de consciência e para a transformação de formas de estar no mundo. Por outras palavras, a própria noção de uma geração da pós-memória não é algo que preexista ao processo de investigação, antes é produzida por esse mesmo processo. Seja no âmbito da literatura e das artes em geral – a exposição *Europa Oxalá*, exibida em Lisboa, Marselha e Tervuren/Bruxelas, constituiu um momento marcante neste domínio –, seja no âmbito das biografias individuais de cidadãos e cidadãs comuns, a simples prestação de testemunho no seio de uma investigação académica e a valorização da voz pessoal em publicações várias permitiram projetar o que, até ao momento, eram experiências supostamente apenas individuais, muitas vezes escassamente articuladas, numa rede relacional que, pela sua própria natureza, confere um sentido amplo e coletivo ao trabalho da pós-memória e permite ao sujeito desse trabalho reconhecer-se numa comunidade que se vai tornando cada vez mais visível à escala europeia.

É a partir deste tipo de questões que se articula a reflexão desenvolvida no livro *Europa transfigurada*. O ponto de partida da obra poderá parecer, e deveria parecer, uma evidência: a história da Europa e, em certa medida, a própria definição do conceito de Europa fez-se em boa parte fora da Europa. Por outras palavras, o colonialismo, longe de ser um processo conduzido apenas em paragens mais ou menos longínquas, nas partes de África, das Américas ou da Ásia, foi um processo que transformou profundamente as sociedades europeias e deixou nelas marcas profundas, que perduram e permanecem ativas até hoje. E, do mesmo modo, os processos ditos de descolonização, a partir sobretudo do início dos anos 60, deixaram marcas, a mais óbvia das quais traduzida no afluxo às metrópoles coloniais dos muitas vezes impropriamente chamados retornados, mas não apenas dos ex-colonizadores, também dos ex-colonizados, transformando, transfigurando, irrevogavelmente a paisagem social dos países onde se integram como cidadãos de pleno direito, mas tantas vezes objeto de processos de marginalização e de exclusão, numa palavra, de não-reconhecimento.

Neste quadro, aquilo a que chamei uma evidência – a estreita imbricação entre o colonialismo e a modernidade europeia – está longe de ser universalmente aceite, antes necessita sempre de reafirmação e de argumentação, perante um senso comum em que continua a prevalecer um inconsciente colonial, ou seja, a assunção da pretensa "naturalidade" do processo de colonização. Resgatar da invisibilidade os processos de transfiguração dos contextos europeus pós-coloniais e, antes de mais, os seus protagonistas é, pois, uma tarefa mais do que necessária, urgente. É que esses "fantasmas europeus à solta", para citar o título do 1º capítulo do livro, têm, na verdade, uma materialidade própria, a materialidade, antes de mais, dos corpos e das vozes de homens e mulheres que, pela sua própria presença, dão testemunho da transfiguração da Europa num sentido incompatível com as persistentes narrativas nacionais e imperiais. Por isso também, como exprime o subtítulo, este livro, sendo

"O colonialismo, longe de ser um processo conduzido apenas em paragens mais ou menos longínquas, transformou profundamente as sociedades europeias e deixou nelas marcas profundas, que perduram e permanecem ativas até hoje

sobre as heranças coloniais, é, do mesmo passo, um livro sobre restituição — restituição, como explicita a autora, no sentido amplo do termo, ou seja, como sinónimo de reconhecimento, como exercício de cidadania que a todos envolve, num ato, não de tolerância, mas de justiça. Neste sentido amplo, como podemos ler, a restituição é parte de "uma nova ética relacional"; e esta, em que pese à cegueira de quem não quer ver, implica necessariamente "o fim do Ocidente, como 'projeto' civilizatório, político, comercial e cultural imperial".

É CERTO, COMO ARGUMENTA ainda a autora, que "este é ainda um tempo de trânsito entre um modelo passado do qual se quer sair e um futuro que ainda está a ser traçado pelos herdeiros, [...] um tempo de interrogação." O desassossego desta interrogação é, pode dizer-se, o fio condutor que une os cinco capítulos de Europa transfigurada. Traçando uma síntese ampla, o livro começa por percorrer os processos de descolonização, a partir da voz dos seus mais destacados protagonistas e mais destacados teóricos. A síntese histórica, no entanto, é apenas o ponto de partida para uma ampla reflexão sobre a Europa de hoje, informada por um quadro teórico que cruza os estudos de memória e os estudos pós-coloniais e se move por contextos muito diversos, sem nunca perder o foco temático central nas heranças contemporâneas do colonialismo na Europa e nos diferentes modos de lidar produtivamente com essas heranças.

Das múltiplas vozes convocadas, materializadas, nomeadamente, nas obras de artistas cujo trabalho representa uma confrontação com as memórias do colonialismo, emerge a vasta imagem cartográfica de uma vibrante rede europeia de produção artística e conceptual — um laboratório, de facto, desde logo na busca das linguagens que permitam articular a complexidade dos problemas em presença. E da abordagem de tão amplos exemplos do intenso trabalho de memória sobre o que foi a violência da relação colonial, emerge, por sua vez, a figuração utópica de um outro mundo possível, a figuração de uma Europa verdadeiramente descolonizada, multicultural, em suma, a Europa da restituição, ou seja, do reconhecimento pleno da dignidade de todo o ser humano. JL

* *António Sousa Ribeiro, prof. catedrático (aposentado) da Fac. de Letras da Un. de Coimbra, e coordenador do programa de doutoramento "Pós-colonialismos e Cidadania Global", foi diretor do Centro de Estudos Sociais (CES) da mesma Un.*



› *Margarida Calafate Ribeiro*
EUROPA TRANSFIGURADA
Afrontamento, 192 pp., 16 euros

Venham Mais Cinco

O olhar do outro sobre a Revolução [1]

MARIA INÁCIA REZOLA

A Revolução de Abril tem sido contada de múltiplas formas por historiadores, políticos, testemunhos orais e até pela música e pela arte. Nas muitas formas que tem assumido na memória coletiva portuguesa — na palavra, na canção, na evocação política e até na pedagogia cívica — tem sido, por vezes, vítima do seu próprio sucesso simbólico. O cravo tornou-se ícone, o tanque no Largo do Carmo passou a postal e os testemunhos das ruas de 1974 converteram-se em matéria escolar, quase litúrgica. Nesse contexto, o livro *Venham Mais Cinco: O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa 1974-1975* constitui um gesto simultaneamente crítico e generoso: recorda-nos que a Revolução não foi apenas vivida de dentro. Foi, também, profundamente observada de fora.

O MUNDO PAROU PARA VER PORTUGAL Ao reunir o trabalho de dezenas de fotógrafos estrangeiros que acompanharam o processo revolucionário português, entre abril de 1974 e novembro de 1975, *Venham Mais Cinco* constrói uma narrativa visual e documental de excecional densidade. As imagens, captadas por nomes como Henri Bureau, Guy Le Querrec, Jean-Claude Francolon, Sebastião Salgado ou Alain Mingam, não se limitam a ilustrar a história: participam dela, interpretam-na, sugerem leituras. Com elas, compreendemos que o 25 de Abril foi, também, um acontecimento global, seguido com por jornalistas, intelectuais e movimentos políticos em todo o mundo.

O livro apresenta-se dividido em quatro grandes blocos temáticos (*A Festa da Liberdade, Novas Formas de Poder, Independências* e *Um País Dividido*) que espelham o percurso da Revolução, do seu entusiasmo inaugural ao seu desfecho conturbado. Mais que acompanhar uma cronologia dos acontecimentos, cada capítulo revela uma atmosfera, um campo de forças, um jogo de tensões visuais e simbólicas, transmitindo a imagem de um Portugal em estado de emergência emocional e política.

UMA ESTÉTICA DA EUFORIA: O 25 DE ABRIL COMO REVELAÇÃO No primeiro capítulo, *A Festa da Liberdade*, vemos a Revolução como espetáculo coletivo de alegria e espanto. O olhar dos fotógrafos estrangeiros — muitos dos quais chegaram a Lisboa ainda na tarde de 25 de abril — capta com frescura a surpresa de um povo que acorda do silêncio. São imagens de tanques adornados com cravos, de multidões a abraçar soldados, de agentes da PIDE presos e expostos, das manifestações do 1.º de Maio que resgatam as ruas da repressão. Trata-se de um país que, de súbito, se torna visível e de uma forma imediata, simbólica e comovedora.

Essas imagens impressionam não só pela documentação do momento, mas pela forma como se aproximam da esperança como matéria fotográfica. Há uma vibração quase lírica na forma como os fotógrafos registam gestos quotidianos, rostos anónimos e pequenos rituais de libertação. É uma estética do que se tornou possível, do ainda por fazer — uma promessa implícita.

ENTRE O PODER E A UTOPIA: A REVOLUÇÃO COMO LABORATÓRIO DEMOCRÁTICO Em *Novas Formas de Poder*, o livro mergulha na Revolução e nos seus ensaios de reinvenção social. Aqui, o foco desloca-se da festa para a construção: fábricas em autogestão, assembleias populares, murais revolucionários, Campanhas de Dinamização Cultural organizadas pelo MFA e a Reforma Agrária no Alentejo.

Estas imagens demonstram um interesse visual pela transformação estrutural, não apenas da política, mas do quotidiano. Vemos soldados que ensinam, mulheres que lideram, cartazes que educam. O espaço público é tomado como palco e oficina de uma nova ordem. A Revolução aparece aqui como prática, como tentativa concreta de redistribuição do poder — não como utopia abstrata, mas como experiência vivida. O livro capta, com rara delicadeza, esse momento em que o povo português se sentiu dono do seu destino e do destino coletivo.

A DESCOLONIZAÇÃO: UM 25 DE ABRIL QUE TAMBÉM FOI EM ÁFRICA O terceiro capítulo, *Independências*, introduz a dimensão da Revolução nas colónias. É um segmento crucial e comovente. A lente de fotógrafos como Salgado ou Francolon acompanha o início das independências em África, os momentos de reconciliação com antigos guerrilheiros, as festas populares pela saída das tropas portuguesas. Mas capta também as feridas abertas: o regresso dos retornados, a emergência da guerra civil em Angola, a persistência do conflito mesmo depois do fim formal do império.

Este capítulo desafia qualquer visão simplista da descolonização como epílogo harmonioso. As imagens são carregadas de ambiguidade, dor e deslocamento. Vemos famílias desfeitas, navios carregados de exilados involuntários, olhares perdidos. Mas também rostos de alívio e libertação. O livro, ao incluir esta parte, relembra-nos que a Revolução Portuguesa não pode ser compreendida sem a sua dimensão anticolonial e transnacional. A história de Portugal, nesse momento, funde-se com a de Moçambique, Angola ou Guiné-Bissau — e é a fotografia que revela esse entrelaçamento.



Foto de Jean Paulo Miroglio da exposição *Venham Mais Cinco*, em Almada

DO SONHO À FRATURA: AS SOMBRAS DE 1975 Por fim, *Um País Dividido* revela o rosto mais duro e contraditório da Revolução: os conflitos de rua, os ataques a sedes partidárias, as barricadas improvisadas, o cerco à Assembleia Constituinte, a crispação entre militares e o desfecho do 25 de Novembro. É a Revolução a desfazer-se em múltiplos caminhos, a euforia a dar lugar à incerteza.

Este captulo marca uma viragem também no tom visual. As imagens tornam-se mais escuras, mais densas, mais angulosas. A festa cede espaço ao confronto. E, ao mesmo tempo, o olhar estrangeiro começa a afastar-se. O fim do ciclo revolucionário coincide com o declínio do interesse mediático internacional. Portugal deixa de ser o palco privilegiado de um novo socialismo europeu, e inicia o longo caminho da normalização democrática — tão necessário quanto, talvez, desencantado.

UM DOCUMENTO FUNDAMENTAL *Venham Mais Cinco* é mais do que um livro de fotografia. É um exercício de memória crítica, um arquivo visual com ambição historiográfica e sensibilidade estética. As imagens não são dispostas em linha cronológica, mas em função de uma leitura: a de que a Revolução de 1974-1975 foi simultaneamente um acontecimento nacional e internacional, íntimo e observado, festivo e trágico, libertador e, por fim, contido.

O título — uma referência à canção de Zeca Afonso — é também um convite à pluralidade de vozes, ao alargamento do olhar, à reedição permanente da liberdade. "Venham mais cinco" fotógrafos, revoluções, leituras. Venham mais olhares estrangeiros que nos ajudem a ver-nos não com exotismo ou paternalismo, mas com curiosidade, empatia e espanto.

EM VEZ DE EPÍLOGO: O PODER DE VER E REVER Cinco décadas depois do 25 de Abril, este livro chega como um gesto de justiça visual. Recupera imagens que poderiam ter-se perdido no arquivo do tempo, e restitui-lhes o seu valor testemunhal. Mas mais do que isso: obriga-nos a refletir sobre como nos vimos e como fomos vistos. O olhar estrangeiro, aqui, funciona como espelho e como lente: mostra-nos aquilo que, de dentro, talvez não víamos com clareza.

Venham Mais Cinco é, assim, uma obra de história, mas também de política, de estética, de humanidade. Um livro necessário, urgente e, acima de tudo, profundamente belo. JL

1. O livro Venham Mais Cinco: O Olhar Estrangeiro sobre a Revolução Portuguesa 1974-1975 resulta da exposição homónima, organizada por Sérgio Tréfaut, com a consultadoria histórica de Luísa Tiago de Oliveira. Promovida pela Comissão Comemorativa 50 Anos 25 de Abril, está atualmente patente em Almada, com o apoio da Câmara Municipal.

A necessidade de pensar o impensável

SOCIEDADE BREVE

Boaventura de Sousa Santos



Este título não é uma proposta contraditória. É um apelo a que *des-pensemos* muito do que nos habituámos a pensar para poder enfrentar o maior desafio de sempre: o perigo de deixar de pensar. Novalis estava certo quando escreveu "*Die Philosophie ist eigentlich Heimweh, ein Trieb überall zu Hause zu sein*" ("Na verdade, a filosofia é saudade, uma pulsão para se estar em casa em qualquer parte"). Por filosofia entendo todo o pensamento estruturado pela busca da verdade sem recurso a tecnologias que, em vez de se manter nos limites de instrumentos para ajudar o pensamento a pensar, pelo contrário, procuram substituir-se ao pensamento. Se deixarmos de pensar, equivale a sermos expulsos de casa e a vaguear sem abrigo nem sentido num mundo caótico e distópico de monstros engravatados que nos governarão em palácios de luxo e converterão em lixo tudo o que se interpuser no trânsito das suas viaturas híper-blindadas contra a busca da verdade.

O perigo iminente é que deixemos de ser seres pensantes (*res cogitans* de Descartes) para passarmos a ser seres pensados (*res cogitata*). Ser pensado é ter deixado de pensar, quer por não ser necessário pensar para viver tranquilamente nesta sociedade, quer por ser tão perigoso pensar que equivale ao risco iminente de ser morto ou, em alternativa, de se suicidar. Eis os perigos mais imediatos.

O PERIGO DE PENSAR QUE OS CERTIFICADOS DA MEDIOCRIDADE NÃO SÃO VÁLIDOS. Se os sistemas de educação e as universidades continuarem na senda da ignorância programada para os estudantes esquecerem tudo o que não interessa aos donos dos algoritmos e do poder, serão, em breve, lares para idosos de tenra idade onde aprendem o que já sabem há muito graças à magnanimidade das redes sociais, e onde o conforto e o isolamento do mundo real são fundamentais para os preparar para uma morte serena, isto é, para viverem nas bolhas onde toda a gente vive morta sem saber.

E viverão certamente com o mesmo conforto que aprenderam e, por isso, tudo o que fizerem ou ordenarem tem a marca da objetividade. Estou certo de que, quando tal acontece, os deuses e as deusas devem levar mãos à cabeça, tapar os olhos para não ver e os ouvidos para não ouvir. Mas como tal desastre não os afeta, continuarão imperturbados nos seus afazeres divinos. O problema para a humanidade e para a natureza é que, quando os medíocres conseguem provar o que são, a sua objetividade é, afinal, abjetividade. É próprio da mediocridade não poder confrontar-se consigo mesmo, precisamente por ser medíocre.

O PERIGO DE PENSAR QUE AS LIBERDADES AUTORIZADAS SÃO UMA FRAÇÃO DAS LIBERDADES POSSÍVEIS. Esta sociedade permite-nos ser intransigentes com a mediocridade desde que sigamos no caminho traçado pelos medíocres; sermos intransigentes contra a corrupção, desde que aceitemos ser governados por corruptos; sermos radicais, desde que cegos para sermos facilmente atropelados pelo trânsito dos tanques civis e militares; sermos ousados, desde que inexatos ou descuidados num detalhe para sermos duramente criticados e cancelados pelos guardadores da normalidade; sermos lúcidos na denúncia da hipocrisia, desde que convivamos amigavelmente com os hipócritas; sermos jovens desde que drogados para nos esgotarmos em criatividades e rebeldias inócuas e autodestrutivas; sermos velhos, desde que murmurando uma sabedoria que ninguém tem paciência para ouvir ou entender. Esta sociedade é um monstro de Goya porque a razão dorme um sono profundo.



Inteligência Artificial **"O perigo de pensarmos que o que cai fora do algoritmo não existe é a nova forma do que tenho designado por sociologia das ausências"**

O PERIGO DE PENSAR QUE O QUE SE VÊ É, DE FACTO, HORROROSO, horror vivido pela maior parte da humanidade, diariamente, sempre diferente e sempre igual, desmente tudo o que pensámos sobre o progresso da humanidade. O horror, quando pensado a fundo, corre o risco de ser horror vivido por solidariedade com quem o sofre. Isso obrigaria a ir para a luta concreta no socorro, no estancamento da morte inocente, na destituição dos governantes cúmplices com a morte inocente. Mas como isso dá trabalho e obriga a riscos tão graves quanto desnecessários, o melhor é não pensar, não saber, fingir não saber, admitir que talvez seja um mal-entendido.

O genocídio do povo palestiniano, transmitido em direto todos os dias, é a primeira guerra conduzida conscientemente contra mulheres e crianças, os dois inimigos principais de uma limpeza étnica perfeita. Tem toda a lógica. Lógica e o apoio ativo dos governantes democratas. Tal como Himmler, arquiteto do holocausto, entrava em casa à noite pela porta traseira para não acordar o seu canário de estimação, os arquitetos do genocídio de hoje fazem uma pausa no morticínio para fazer as suas orações e ajudar os filhos nos trabalhos de casa. Isto degrada a tal ponto o que resta de humanidade na nossa raiva impotente que o horror de pensar tem de se reduzir a pensar o horror sem correr o risco de o viver por solidariedade.

Torna-se impensável pensar que enquanto o nazismo foi a grande encarnação do mal no século XX, o sionismo é a grande encarnação do mal no século XXI. Torna-se impensável que as grandes vítimas se tenham transformado, no tempo exaco de um século, nos grandes agressores. Torna-se impensável pensar que, tal como não teve êxito a solução final contra eles por parte dos nazis, também eles não terão êxito na solução final que pretendem infligir ao povo palestiniano. E como tudo isto é impensável, é melhor mudar de canal e voltar às redes sociais ou comentar o trágico-cómico entretenimento das zangas entre dois gorilas, Donald Trump e Elon Musk (sem ofensa aos gorilas).

A Inteligência artificial (IA) nada cria nem transforma. Apenas acumula e sintetiza segundo critérios opacos apenas acessíveis aos donos dos programas dos algoritmos, isto é, aos donos do mundo. O efeito de realidade é impressionante, porque enquanto cópia parece criativa, enquanto extrativa parece inventiva, enquanto reprodutiva parece produtiva, enquanto baseada em correlações parece oferecer novas relações

O PERIGO DE PENSAR QUE A COMIDA MENTAL ESTÁ NA MESA E QUE QUEM NÃO COMER MORRE DE FOME. A Inteligência artificial (IA) nada cria nem transforma. Apenas acumula e sintetiza segundo critérios opacos apenas acessíveis aos donos dos programas dos algoritmos, isto é, aos donos do mundo. A inteligência artificial refere-se a máquinas que executam tarefas cognitivas como pensar, perceber, aprender, resolver problemas e tomar decisões. Atualmente, a maioria das aplicações populares de IA – o reconhecimento de voz e imagem, o processamento de linguagem natural, a publicidade direcionada, a manutenção preditiva de máquinas, carros sem condutor e drones – envolve a capacidade das máquinas para aprenderem com os dados sem serem explicitamente programadas. Trata-se de uma mudança de paradigma na tecnologia informática.

O que vai realmente fazer a diferença na corrida às aplicações de IA é a disponibilidade de dados; o elemento crítico é a abundância de dados. Mais dados conduzem a melhores produtos, o que, por sua vez, atrai mais utilizadores, que geram mais dados para melhorar ainda mais o produto. A escala de dados necessária para desenvolver aplicações avançadas de IA é a base do impacto da centralização e monopolização da IA. As grandes empresas americanas de tecnologia lideram o mundo em aplicações de IA, mas a China é um gigante em ascensão. Isto conduz a um duopólio da inovação da IA: EUA e China.

A IA é o caso paradigmático de uma tecnologia que visa ultrapassar os limites do instrumento que ajuda a pensar para se transformar no pensador que dispensa e substitui o pensador humano. A vertigem da sua ilimitada expansão está a entrar em todos os domínios da atividade humana, da medicina ao direito, da comunicação à guerra, da educação aos mercados financeiros.

O QUE SIGNIFICA SER HUMANO NA ÉPOCA DA IA? No fundo, a IA funciona como um dispositivo estatístico, mas, devido ao número infinito de dados que gere e aos algoritmos que regem o seu funcionamento, a IA projeta a ideia de criar conhecimento a partir do nada, de inventar. Ou seja, a IA dá a impressão de funcionar como um ser humano, ainda que de forma infinitamente mais eficiente. O efeito de realidade é impressionante, porque enquanto cópia parece criativa, enquanto extrativa parece inventiva, enquanto reprodutiva parece produtiva, enquanto baseada

em correlações parece oferecer novas relações. À luz da credibilidade desta "aparência", as questões sobre o que conta como ser humano ou se a IA significa uma mudança civilizacional têm sido levantadas por pessoas em lados opostos do espetro político e ideológico.

Este jogo homem-máquina deixa escapar um ponto crucial: o facto de os seres humanos não existirem em abstrato, mas sim em contextos históricos, sociais e culturais específicos. Os exercícios sobre características universais construídas abstratamente convertem características locais centradas no Ocidente, capitalistas, colonialistas e patriarcais em características universais derivadas do conhecimento "visto a partir do zero". Os preconceitos ontológicos e políticos são assim transformados em artefactos neutros em termos de IA.

O perigo de pensarmos que o que cai fora do algoritmo não existe é a nova forma do que tenho designado por sociologia das ausências. O perigo de pensar que o algoritmo é a única comida mental ao nosso dispor é o mesmo que pensar que o hamburger da MacDonald's é a única comida ao nosso dispor.

O PERIGO DE PENSAR QUE O PÓS-HUMANO PRESSUPÕE QUE JÁ FOMOS PLENAMENTE HUMANOS Desde o início do milénio tem havido um debate sobre o pós-humano. A morte do ser humano vinha de longe: de Nietzsche, de Heidegger, de Foucault, de Barthes, de Deleuze. Mais recentemente, a ideia do pós-humano centrou-se nos seres humanos sujeitos a xenotransplantes (transplantes de células, tecidos ou órgãos de outras espécies animais) ou vivendo com objetos tecnológicos inseridos no seu corpo. A ideia do pós-humanismo implica a crítica do antropocentrismo, a negação de qualquer privilégio ao ser humano no conjunto dos seres viventes do planeta.

Não vou neste texto discutir os méritos desta conceção. O que me interessa questionar é ideia de humano que subjaz à de pós-humano. É uma ideia substantivista e abstrata que pressupõe a existência prévia de uma natureza humana mais ou menos fixa. De resto, a questão de saber se há ou não uma natureza humana não é a questão que me preocupa. É antes a ideia de que os seres humanos foram sempre tratados como seres privilegiados e abstratamente iguais.

O perigo de pensar que, na verdade, isso nunca aconteceu na era moderna, é um dos mais aterradores para a boa consciência liberal que formou a nossa consciência desde o século XVII. Ao longo dos anos, tenho mostrado que, com o colonialismo histórico, se traçou uma linha abissal, tão radical quanto radicalmente invisível, entre os seres tratados como seres plenamente humanos (a zona metropolitana) e seres tratados como seres sub-humanos (a zona colonial). Essa linha abissal dura até hoje e a sub-humanidade que ela desenha abrange mais populações no mundo que durante o período do colonialismo histórico. Que o digam os imigrantes deportados com algemas e enviados para campos de concentração em El Salvador e em outros lugares de que um dia teremos notícia. Ou os camponeses da República Democrática do Congo martirizados pela maldição do lítio e dos minerais raros.

O espetro da sub-humanidade paira sobre cada um de nós. De um momento para o outro, como previa Brecht, pode caber a qualquer de nós ser atirado para a zona colonial onde as declarações universais dos direitos humanos e as garantias constitucionais não são mais que mentiras piedosas. Pensar que isto é um retrocesso é pensar que houve progresso. Claro que houve progressos, mas não houve Progresso com P maiúsculo.

Todos estes perigos obrigam a uma tarefa de des-pensar e de desaprender antes que seja possível dar sentido ao que não tem sentido. JL

Cinquenta anos de compromisso

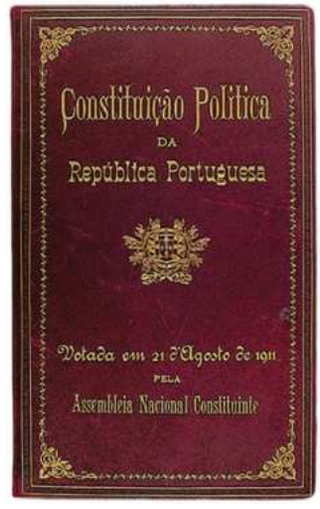


A PAIXÃO DAS IDEIAS

Guilherme d'Oliveira Martins

É tempo de recordar que a Constituição da República fará em breve50 anos, e que celebrámos meio século das primeiras eleições com sufrágio universal, pelo que importa tirar lições no sentido de aprofundar o compromisso democrático. O segundo Pacto MFA-Partidos foi assinado em 26 de fevereiro de 1976. Era uma nova solução e não uma simples modificação do primeiro Pacto. Como reconheceu Miguel Galvão Teles, os nossos militares conseguiram fazer uma coisa extraordinária: cumpriram rigorosamente a sua missão de fazer sair as Forças Armadas da cena política. Os militares conseguiram preparar a sua saída do palco no sentido do normal jogo democrático, deslocando a legitimidade para os partidos políticos e para o Presidente da República.

O compromisso constitucional de 1976 procurou, assim, ser coerente com o conceito de democracia representativa pluralista, limitada pela competência revolucionária militar e jurisdicional do Conselho da Revolução, semi-presidencial ou de parlamentarismo racionalizado, descentralizada, participativa, no âmbito de um Estado de Direito. Marcam-no a tentativa de fazer uma síntese original entre a democracia representativa tradicional e a formulação de um programa de transformação económica. A articulação entre os direitos, liberdades e garantias fundamentais e os direitos económicos e sociais consignavam uma autêntica liberdade económica que devia gozar de proteção idêntica a qualquer outra das liberdades previstas na Lei Fundamental. Aliás, a definição do setor privado da economia por exclusão de partes levava, por exemplo, António Sousa Franco a considerar tal setor como regra, segundo a noção de uma Constituição material consagradora da liberdade do mercado.



O carácter compromissório da Constituição é assim evidente. Veja-se que os direitos, liberdades e garantias e a democracia política resultam da convergência PS, PPD e CDS; o socialismo, da confluência do PS, PPD e PCP; os aspetos coletivistas do entendimento PS-PCP; o sentido personalista – PPD-CDS; os direitos sociais, a autogestão e o planeamento foram defendidos pelo PS; as autonomias regional e local e as garantias jurisdicionais pelo PPD; a defesa das nacionalizações, a reforma agrária e as organizações populares de base pelo PCP; e a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a iniciativa privada pelo CDS, como salientou Jorge Miranda.

Os diversos contributos são nítidos e dão ao texto constitucional de 1976 uma configuração poliédrica e aberta, que se tem adaptado bem à evolução da realidade. Num primeiro período que podemos autonomizar na vigência constitucional (1976-1982), verifica-se uma separação de esferas de competência entre as instituições militares e as civis – sequela do período revolucionário. Após a revisão constitucional de 1982 dar-se-ia início ao segundo período de vigência da Constituição, já numa lógica europeia, tendo sido extinto o Conselho da Revolução e institucionalizada a subordinação das FA ao poder civil democrático, procedendo-se a uma redistribuição das competências do órgão extinto. Foi então criado o Tribunal Constitucional e na Constituição Económica procedeu-se à atenuação das fórmulas ideológicas unilaterais. Já com a revisão constitucional de 1989 deu-se início a um terceiro período de vigência constitucional, dominado pela abertura económica, pelo fim do princípio da irreversibilidade das nacionalizações (graças à interpretação segundo a qual a dupla revisão constitucional permitia superar a "irreversibilidade") e pela abertura da possibilidade de reprivatizações a cem por cento de empresas nacionalizadas após 25 de Abril de 1974.

Os diversos contributos são nítidos e dão ao texto constitucional de 1976 uma configuração poliédrica e aberta, que se tem adaptado bem à evolução da realidade

NO DOMÍNIO CULTURAL, importa recordar o que afirmou a deputada constituinte Sophia de Mello Breyner Andresen sobre as liberdades de criação cultural e de aprender e ensinar. "A cultura não existe para enfeitar a vida, mas sim para a transformar – para que o homem possa construir e construir-se em consciência, em verdade e liberdade e em justiça. E, se o homem é capaz de criar a revolução é exatamente porque é capaz de criar a cultura". A luta fundamental não deveria ser por uma "liberdade especializada", mas pela liberdade do povo – liberdade de expressão e de cultura. "Queremos uma relação limpa e saudável entre a cultura e a política" – insistiu a deputada. "Não queremos opressão cultural. Também não queremos dirigismo cultural. A política sempre que dirigir a cultura engana-se. Pois o dirigismo é uma forma de anti cultura e toda a anti cultura é reacionária". Premonitoriamente, contra todos os dirigismos e totalitarismos, a poeta deixava claro um sentido essencial para a interpretação da nova Constituição – sendo a liberdade a pedra angular, contra os referidos dogmatismos indiscutíveis e os maximalismos irreais. Por isso, atacava o "poder totalitário", que persegue o intelectual e manipula a cultura. "Nenhuma forma de cultura se pode atribuir o direito de destruir ou menorizar outras formas de cultura".

Mas havia que considerar a educação como objetivo essencial. "Ensinar é pôr a cultura em comum e não apenas a cultura já catalogada e arrumada do passado, mas também a cultura em estado de criação e de busca". Que melhor forma poderíamos encontrar para falar do tema da Educação? E que deve ser a liberdade de aprender e ensinar senão a procura de "novas formas de ensino que possam procurar, ensaiar e inventar"? Tudo, em nome de um "ensino livre onde nenhuma iniciativa seja desperdiçada", sendo a escola vista como lugar de liberdade e de justiça, de participação e de solidariedade.

O compromisso complexo alcançado em 1976 correspondeu, pois, ao culminar de um processo de construção democrática marcado não só pela história constitucional inaugurada em 1820, mas também pela longa experiência de uma nação antiga fundada no que Jaime Cortesão designou como fatores democráticos. Assim, o compromisso assumido em 25 de Abril de 1974 pelo Movimento das Forças Armadas pôde ser cumprido pela convergência entre os poderes militar e civil, e pelo acordo político estabelecido entre as forças políticas com assento na Assembleia Constituinte.

O processo complexo de génese do compromisso constitucional corresponde à convergência entre o impulso insubstituível do Movimento das Forças Armadas e a capacidade alcançada pelos partidos políticos e movimentos sociais no sentido de gerarem um documento marcado pelo tempo em que foi elaborado, mas suficientemente flexível para se adaptar às novas circunstâncias, em especial da integração europeia e da relação com o mundo da língua portuguesa, no âmbito da CPLP. O Movimento das Forças Armadas soube, assim, superar naturais vicissitudes internas, e as forças políticas e sociais democráticas puderam preservar o pluralismo e a legitimidade representativa dos interesses e valores da sociedade e da cidadania.

Na história constitucional portuguesa temos hoje um período singularmente longo de permanência do sistema, graças às suas virtualidades, suscetíveis de aperfeiçoamento até pela previsão (ainda não concretizada) de um círculo nacional (artigo 149º), introduzido na revisão constitucional de 1997. Importa assim salvaguardar momento a momento "o respeito da vontade do povo português". JL

Nice: a vulnerabilidade do oceano e o ruído do mundo



ECOLOGIA

Viriato Soromenho-Marques



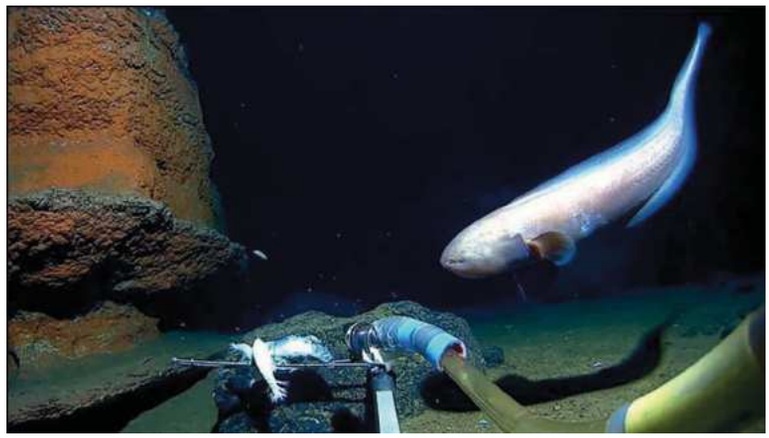


PEDRO PINA, FUNDAÇÃO OCEANO AZUL

O veleiro Santa Maria Manuela foi um ponto de encontro entre membros de muitas delegações nacionais e ONG; (à dtª) Sessão de trabalhos, com designadamente, António Guterres e Emmanuel Macron

A cidade de Nice acolheu, entre 9 e 13 de junho, a 3ª conferência das Nações Unidas sobre o Oceano (UNOC3). Em 2022, Portugal acolheu a UNOC2, que se seguiu a um longo hiato depois da 1ª UNOC, em 2017, em Nova Iorque. No último dia da conferência de Nice, Israel atacou o Irão, numa espécie de demonstração do primado da pulsão de morte sobre o cuidado com a vida, que é sempre o tema de qualquer encontro ambiental entre Estados e organizações da sociedade civil. Não poderia existir maior confirmação do calamitoso estado atual, também moral e político, da nossa humanidade.

Participei na conferência integrado na delegação da Fundação Oceano Azul. Por isso, pude testemunhar o modo como dezenas de jovens, com elevadas formações académicas e civicamente empenhados na defesa do ambiente marinho, se organizaram para que a UNOC3 conseguisse resultados concretos, reforçando ligações e alianças com sentido de futuro. Foi uma bela experiência pessoal estar perto dessa combinação de energia e entusiasmo, próprias de uma juventude lúcida e mobilizada. O facto de estarmos instalados no histórico veleiro de quatro mastros (1937), o Santa Maria Manuela, uma glória da "frota branca" da pesca do bacalhau, também ajudou a coordenar as diferentes intervenções diárias nas atividades da Conferência.



Em Nice foram dados vários passos positivos [para *a proteção jurídica do Oceano*] apesar das imensas correntes contrárias. O mais significativo: em setembro a assembleia geral da ONU estará em condições de confirmar a ratificação por mais de 60 países do Tratado do Alto Mar

A Conferência decorreu em duas zonas principais, ambas muito perto da área portuária. A zona Azul, dedicada aos encontros de representantes dos Estados (estiveram representados 174 países, entre os quais 64 chefes de Estado e de governo). A zona Verde, mais conhecida como A Baleia, por receber os visitantes como se estes entrassem por dentro do corpo de uma baleia, dedicada a iniciativas de ONG e da sociedade civil, com 16 pavilhões temáticos, por onde passaram mais de 130 mil visitantes. Apesar da temperatura amena e da envolvência solar e marinha de Nice, a verdade é que a segurança apertada fazia-se sentir nos postos de controlo e nas patrulhas de militares fortemente armados, incluindo com dispositivos anti-drone. Não nos podemos esquecer de que em 14 de julho de 2016, Nice foi cenário de um dos maiores ataques terroristas da história francesa: 520 vítimas (entre as quais 86 mortos) num ataque suicida perpetrado com um camião que, ao anoitecer, varreu a Promenade des Anglais.

COMPLETAR A PROTEÇÃO JURÍDICA DO OCEANO Contra toda a expectativa, em Nice foram dados vários passos positivos, apesar das imensas correntes contrárias. O mais significativo parece-me ter sido a confirmação de que, em setembro próximo, a assembleia geral das Nações Unidas estará em condições de confirmar a ratificação por mais de 60 países do Tratado do Alto Mar (doravante, TAM), o que permitirá a sua entrada em vigor. Este instrumento jurídico foi assinado e submetido ao processo de ratificação pelos diferentes países em 2023. A sua possível entrada em vigor três anos depois, é algo de único em celeridade no direito do Mar. Basta recordar que a Convenção das



PEDRO PINA, FUNDAÇÃO OCEANO AZUL

Na Zona Verde (A Baleia), o debate promovido pelas ONG entre milhares de ativistas pela defesa do Oceano foi uma constante



Nações Unidas sobre o Direito do Mar (doravante, UNCLOS, no acrónimo inglês) foi aprovada em 1982, tendo entrado em vigor só em 1994.

O TAM tem como objeto a proteção da biodiversidade marinha para além das áreas de jurisdição nacional. Ora as águas internacionais, aquelas que se encontram além do Mar Territorial e da Zona Económica Exclusiva, correspondem a 64% do Oceano. Estamos a falar de uma "Área" de 194 940 000 km2. Superior a toda a área emersa do planeta Terra (149 000 000 km2)! É verdade o UNCLOS já considerava os fundos marinhos como "património comum da humanidade" (Parte XI, art.º 136 do UNCLOS), tendo para tal instituído uma Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA, na sigla inglesa) em 1994 (ver a nossa crónica de 21 08 2024, "A Guerra pelo Oceano Profundo"). Contudo, com a entrada em vigor do TAM, que se estima possa ocorrer nos inícios de 2026, todo o volume e a superfície da coluna de água oceânica juntam-se aos fundos marinhos, transformando a biomassa e a biodiversidade das águas internacionais em objeto de proteção por parte do direito internacional. Com isso, coloca-se um freio à barbárie de alguns países, interessados apenas no seu benefício exclusivo de curto prazo, como ocorre com os EUA, que não assinou nem ratificou o UNCLOS. As consequências positivas, por exemplo, para incrementar o combate à sobrepesca e à poluição marinha serão imensas.

Outra boa notícia proveniente de Nice foi a criação de uma aliança de 20 países, de que Portugal faz parte, os "Pioneiros do Oceano" (*Ocean Pioneers*) que se assumem como líderes em todos os temas da preservação e recuperação ecológica do Oceano. Os dois critérios de seleção para um Estado ser considerado pioneiro são os seguintes: ter já ratificado o TAM, e fazer parte de uma lista de países, já com 37 membros, que propõem uma moratória firme contra a exploração mineira dos fundos marinhos. Baseados no princípio da precaução, estes países exigem que antes de qualquer eventual prospeção mineira, seja necessário ter um profundo conhecimento da ecologia dos fundos abissais bem como avaliar os impactos ambientais, horizontais e verticais, que qualquer atividade mineira poderia acarretar.

Outra boa notícia foi a criação de uma aliança de 20 países, de que Portugal faz parte, os "Pioneiros do Oceano" (*Ocean Pioneers*) que se assumem como líderes em todos os temas da preservação e recuperação ecológica do Oceano

UM MAR DE PROBLEMAS EM ABERTO

Portugal esteve bem nesta conferência. A presença da ministra do Ambiente, Graça Carvalho, anunciando a criação de uma nova Área Marinha Protegida de 100 000 Km2, situada 200Km a sudoeste do Cabo de S. Vicente, no Banco de Gorringe, um território já objeto de investigação científica pela Fundação Oceano Azul e pela Marinha Portuguesa, com o apoio de outras entidades. De igual modo, José Manuel Bolieiro, presidente do Governo Regional dos Açores, confirmou em Nice a determinação em implementar a maior AMP do Atlântico Norte nas águas sob jurisdição portuguesa: cerca de 300 000 Km2. Metade desse território terá proteção total. Com isso, Portugal aproxima-se do objetivo de ter 30% do seu território marítimo protegido, até 2030.

Os sucessos sabem bem, mas são escassos quando comparados com a imensidade de tarefas por resolver, se quisermos garantir a habitabilidade do Planeta. Deixo aqui uma lista com alguns dos maiores problemas:

a) continuamos sem ter instrumentos legais e institucionais para refletir nas políticas e na economia a interligação entre o combate às alterações climáticas – responsável pela acidificação das águas marinhas e a destruição dos corais –, e a proteção do Oceano;

b) a desastrosa pesca de arrasto continua a ser praticada e até a receber subsídios;

c) um tratado internacional para travar e reduzir a poluição do Oceano por plásticos continua a enfrentar muitas resistências por poderosos grupos de interesse;

d) a poluição do mar, tanto com origem nas zonas costeiras como na própria navegação, prossegue, tal como as práticas de sobrepesca que colocam em risco a própria atividade piscatória, industrial e comercial, como a conhecemos.

Há um quarto de século que constatei existirem ciclos de crescimento e ciclos de regressão na política internacional de ambiente. Entre 1962 e 1973 ou entre 1984 e 1997 vivemos ciclos de crescimento, onde as agendas ambientais encontravam mais facilmente acolhimento tantos nos governos como nas opiniões públicas. Desde o início deste século, contudo, temos assistido ao contraste entre o aumento exponencial do nosso grau de conhecimento sobre a gravidade da crise global do ambiente e clima, e a estagnação, muitas vezes recuo profundo, das políticas de ambiente e sustentabilidade. Neste momento é certo que estamos ainda mergulhados num longo ciclo profundamente regressivo, irracional, onde parece que o comando do mundo pertence ao pior da condição humana. Quem sabe se não será do mar que soprarão os ventos de uma mudança, absolutamente vital para salvarmos e merecermos um futuro digno de ser vivido? JL

PROPRIETÁRIA/EDITORA: TRUST IN NEWS, UNIPESSOAL LDA.
SEDE: Rua da Fonte da Caspolima – Quinta da Fonte, Edifício Fernão de Magalhães, nº8, 2770-190 Paço de Arcos
NIPC: 514674520
GERÊNCIA DA TRUST IN NEWS: Luís Delgado, Filipe Passadouro e Cláudia Serra Campos.
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DA ENTIDADE
PROPRIETÁRIA: 10.000,00 euros
PRINCIPAL ACIONISTA: Luís Delgado (100%)

JORNAL DE LETRAS, ARTES E IDEIAS JL

DIRETOR: José Carlos de Vasconcelos

REDATORES: Maria Leonor Nunes, Manuel Halpern, Luís Ricardo Duarte, Mariana Almeida Nogueira. **COLABORADORES PERMANENTES:** Afonso Cruz, A. Cândido Franco, Agripina C. Vieira, António Carlos Cortez, Boaventura de Sousa Santos, Carlos Fiolhais, Carlos Reis, Daniel Tércio, Fernando Guimarães, Filinto Lima, Guilherme d'Oliveira Martins, Gonçalo M. Tavares, Helder Macedo, Helena Simões, Jacinto Rego de Almeida, João Gobern, João Ramalho Santos, Lídia Jorge, Marco Luchesi, Mª Emília Brederode Santos, Mª José Rau, Mª Augusta Gonçalves, Miguel Real, Nuno Júdice, Onésimo Teotónio Almeida, Paulo Guinote, Patrícia Portela, Sofia Soromenho, Valter Hugo Mãe e Viriato Soromenho-Marques

OUTROS COLABORADORES: A. Laborinho Lúcio, António Pedro Pita, António Sampaio da Nóvoa, Ana Maria Bettencourt, Arnaldo Saraiva, B. Bénard-Guedes, Carlos Mendes de Sousa, Fernando J. B. Martinho, Fernando Pinto do Amaral, Eduardo Marçal Grilo, Graça Morais, Hélia Correia, Ignácio de Loyola Brandão, Inês Pedrosa, João Abel Manta, João Barrento, João Costa, J. A. Cardoso Bernardes, Jorge Fazenda Lourenço, Jorge Vaz de Carvalho, José Manuel Castanheira, José Manuel Mendes, Manuel Alegre, M. Frias Martins, Marcello Duarte Mathias, Manuel Pedroso Marques, Manuela Paraíso, Mª Alzira Seixo, Mª Fernanda Abreu, Mª Graciete Besse, Mª Helena Serôdio, Mª Irene Ramalho, Mª João Fernandes, Mª Luísa Ribeiro Ferreira, Mário Avelar, Mário Cláudio, Mário de Carvalho, Mário Vieira de Carvalho, M. Sanches Neto, Norberto V. Cardoso, Ondjaki, Pilar del Rio, Pires Laranjeira, Ramón Villares, Rita Marnoto, R. Miguel Puga, Rui Vieira Nery, Rosa Alice Branco, Salvato Teles de Meneses, Sofia Soromenho, Teolinda Gersão, Teresa Toldy, Tiago Patrício e Tiago Rodrigues

PAGINAÇÃO: Patrícia Pereira

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Gesco

REDAÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS COMERCIAIS:
Avenida Jacques Delors, Edifício Inovação 3.1, Espaço nº 511/512, 2740-122 Porto Salvo - Tel.: 218 705 000 Fax: 218 705 001
email: jl@jornaldeletras.pt.

MARKETING: Vânia Delgado (diretora) - vdelgado@trustinnews.pt

PUBLICIDADE: Vânia Delgado (Diretora Comercial) vdelgado@trustinnews.pt; Maria João Costa (Diretora Coordenadora de Publicidade) mjcosta@trustinnews.pt; Rita Roseiro (Gestora marca) - rroseiro@trustinnews.pt; Paula Santos (Assistente Comercial) psantos@trustinnews.pt

Telf Lisboa – 21 870 5000

Telf. Porto – 22 099 0052

PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO: Vasco Fernandez (Diretor); Pedro Guilhermino (Coordenador de Produção); Isabel Anton (Coordenadora de Circulação)

ASSINATURAS: Helena Matoso (Coordenadora de Assinaturas)

SERVIÇO DE APOIO AO ASSINANTE: Tel.: 21 870 50 50 (Dias úteis das 9h às 19h); apoiocliente@trustinnews.pt

Custo de chamada para a rede fixa, de acordo com o seu tarifário

IMPRESSÃO: Yellowmaster, S.A. Distribuição: VASP - Distribuição e Logística, S.A., Media Logistics Park, Quinta do Grajal. Venda Seca, 2739-511 Agualva-Cacém Tel.: 214 337 000. Pontos de Venda: contactcenter@vasp.pt – Tel.: 808 206 545, Fax: 808 206 133

TIRAGEM MÉDIA: 6 700 exemplares

Registo na ERC com o nº 107 766
Depósito Legal nº 127961/98 – ISSN nº 0872-3540

Estatuto editorial disponível em www.visao.sapo.pt/informacaopermanente

A Trust in News não é responsável pelo conteúdo dos anúncios nem pela exatidão das características e propriedade dos produtos e/ou bens anunciados. A respetiva veracidade e conformidade com a realidade, são da integral e exclusiva responsabilidade dos anunciantes e agências ou empresas publicitárias. Interdita a reprodução, mesmo parcial de textos, fotografias ou ilustrações sob qualquer meios, e para quaisquer fins, inclusive comerciais.

PORTE PAGO

Assine o JL *Ligue já 21 870 5050*
Dias úteis: 9h às 19h

Esta revista utiliza papel produzido por empresas certificadas segundo a norma ISO14001 (Certificação de sistemas de Gestão Ambiental)
CUIDE DO MEIO AMBIENTE
Utilize melhor esta revista depois de a ler
Colabore com a sua reciclagem

Teimosamente estúpidos

PARALAXE

Afonso Cruz



A junção do Ministério da Cultura com o da Juventude e Desporto é uma decisão que demonstra ignorância e, por isso, desprezo, ou, no mínimo, uma visão redutora do papel da cultura na sociedade. Essa fusão dilui a especificidade da cultura, subjugando-a a uma pasta que, embora muito importante, não abarca a complexidade da produção e preservação cultural e amesquinha o seu valor social e humano. A cultura, enquanto forma de expressão identitária e alicerce civilizacional, não se esgota na recreação ou no entretenimento e noutras definições que a apoucam. Não é mero acessório de lazer: molda o espírito crítico, a memória coletiva e a coesão social. É também resistência, criação e projeção simbólica da sociedade. Cria futuro e, pasme-se, emprego e riqueza.

No apêndice do livro *Vamos comprar um poeta*, escrevi o seguinte, quando o Governo da altura acabou com o Ministério da Cultura (o menosprezo é recorrente, demonstrando somente a idiotia de quem assim decide):

"Göring disse: 'Quando oiço a palavra cultura, saco do revólver'. É assim que muita gente olha para a cultura. Não é mau, é sinal que é tão importante que pode ser ameaçadora, pode fazer sacar das armas. Se a arte e a literatura não tivessem importância, ninguém se preocuparia em incendiar a biblioteca de Alexandria (repetidas vezes), destruir os budas de Bamiyan ou as ruínas de Palmira. Se a cultura não fosse verdadeiramente importante, Göring não sacava do revólver."

No mesmo apêndice, citei um artigo do *Negócios* de 28 março de 2013: "Quanto vale um euro investido em Cultura? A discussão está longe de ser recente. Em Portugal, aquele que é visto como o primeiro grande estudo sobre esse impacto foi realizado em 1988 para o governo de Cavaco Silva por... Vítor Gaspar e Luís Morais Sarmento. Como o *Negócios* lembrou este mês, os atuais ministro das Finanças e secretário de Estado do Orçamento concluíam que a despesa dos portugueses com cultura tinha um peso de 3% do PIB. O estudo antecipava que a sua dimensão continuasse a subir até representar 5% da riqueza nacional, podendo ultrapassar o ritmo de crescimento da despesa total das famílias. Ou seja, há pelo menos 25 anos que os responsáveis políticos conhecem o impacto do setor na economia. Recentemente ficámos a saber mais. Em 2010, Augusto Mateus, antigo ministro da Economia, publica um relatório que aponta que o "setor cultural e criativo originou, no ano de 2006, um valor acrescentado bruto (VAB) de 3691 milhões de euros, empregando cerca de 127 mil pessoas, isto é, foi responsável por 2,6% do emprego e por 2,8% da riqueza criada em Portugal". No mesmo ano, a indústria têxtil e de vestuário tinha gerado 1,9% do VAB português. Alimentação e bebidas "apenas" 2,2%.

ENTRE 2000 E 2006, o emprego total cresceu 0,4%, enquanto nos setores ligados à Cultura a variação foi 4,5%. Cinco anos depois, o INE calcula que as famílias portuguesas gastavam em 2011 uma média de 1073 euros em "lazer, distração e cultura", equivalente a 5,3% dos gastos totais dos agregados familiares.

Não se pode dizer que os sucessivos governos tenham sido muito sensíveis a estas avaliações. O Estado português gasta pouco com Cultura e tem despendido cada vez menos, desde 2009. A verba inscrita no orçamento para o programa de Cultura é equivalente a 0,1% do PIB — um valor inferior à média da Zona Euro. As razões não estão apenas relacionadas com falta de vontade política. Os programas de austeridade e a aplicação da dieta da troika têm-se feito sentir, com cortes transversais na despesa que afetam todas as áreas. Há quatro anos, o Estado gastava 0,4% com Cultura, um valor que até estava a crescer desde 2000.



Logotipo do Ministério da Cultura, que agora deixou de 'servir' – pois é também da Juventude e Desportos...

O relatório estudou as atividades de cerca de 66 mil entidades e visa responder aos pedidos de várias entidades, inclusive da Secretaria de Estado da Cultura, representada pelo secretário de Estado Jorge Barreto Xavier na apresentação do Conta Satélite, para a criação de um documento que permita uma avaliação da dimensão económica do setor."

Ou seja, mesmo se nos abstrairmos de coisas tão irrisórias como a felicidade e o crescimento pessoal, e nos concentrarmos apenas nos números, a falta de investimento na cultura e o desprezo por ela deve-se a uma ignorância extrema.

Como já mencionado, a cultura é a base da identidade coletiva e individual. Não é apenas essa "coisa" que a esquerda adora. Mesmo para os mais reacionários, quando defendem a sua cultura de forma xenófoba, estão, conscientes disso ou não, a reconhecer-lhe importância vital. Essa defesa intransigente e agressiva revela o seu pavor de uma suposta diluição cultural, provando com essa atitude que mesmo o conservador mais bruto e fechado ou o nacionalista mais extremado valorizam a cultura como elemento essencial de coesão. Sem ela, não teriam nada por que lutar. Serão esses os primeiros a usar Camões como bandeira, a defender a língua e os seus protagonistas do passado, o fado e tudo o que compõe um certo património (ainda que desprezem a produção moderna e contemporânea, travando ideias de futuro).

Por tudo isto, as medidas políticas de menorização da cultura, como as que reiteradamente assistimos — esta é só mais uma —, não passam de declarações públicas de estupidez, desinformação e mesquinhez. JL

"A cultura, enquanto forma de expressão identitária e alicerce civilizacional, molda o espírito crítico, a memória coletiva e a coesão social. É também resistência, criação e projeção simbólica da sociedade. Cria futuro, emprego e riqueza

HOMEM DO LEME

Manuel Halpern

Taque-tique

Calma! Calma! Não parem as máquinas que ainda temos coisas para dizer. O mundo está do avesso e nós queremos mostrar-lhe as costuras, os pontos sem nó, o efeito dos raios gama nas margaridas do campo. Falar do belo enquanto tudo se destrói parece uma provocação barata. Também queremos pôr o dedo na ferida, ali mesmo no centro, enquanto não nos cortarem as mãos. Mas a ambição tem limites, esbarra estrondosamente na realidade. Se agora paramos, não é para atirar a toalha ao chão, mas para acertar na cara de quem insiste em tapar os olhos de quem quer ver. Durante estes meses houve falta de tudo. Faltou luz, revisão, pessoal, papel, servidor, distribuição, dinheiro, vergonha na cara. Quase tivemos de esculpir os textos no ecrã do computador com uma faca afiada, tal a precariedade dos meios. Furámos tudo, só não furamos a greve.

É demasiado absurdo o dilema entre trabalhar sem receber e receber sem trabalhar. Só um grupo de loucos optaria pelo primeiro. E é aquilo que temos feito, os que ainda resistem. Muitos não aguentaram o sufoco financeiro e saíram. Mais tarde ou mais cedo, outros irão ceder. Mas não é só isso: por aqui tudo decai. Uma queda livre, descontrolada, em que nos tentamos agarrar com unhas e dentes a paredes viscosas (atiram-nos azeite em vez de cordas). As publicações não chegam aos assinantes. Faz-se mais do que se pode, mas não é o suficiente. Brevemente será posto em causa o espaço físico. Publicações sem abrigo, para nos transformar em sedentários digitais.

Tenho de me apressar. Se esta crónica não chegar até ao fim é porque, entretanto, entrei de greve. A paralisação foi decretada para a meia-noite, faltam apenas alguns minutos. Estão a ver a minha pressa. Quando for meia-noite, os meus dedos descalçam-se como os pés nus da Cinderela a fugir do baile antes de se transformar em abóbora. Para já, atropelam-se em busca dos caracteres no teclado, tentando corresponder a um rodopio de ideias que me atravessam o cérebro, para não dizer alma. Peço desculpa aos leitores se não tiver tempo para pentear as palavras. Um contrarrelógio, um contragolpe, um contratempo. Taque-tique.

Calma! Calma! Não desliguem as máquinas, o coração ainda bate. Por desfaçatez, o corpo inerte decidiu mexer ligeiramente o sobrolho, deixando os médicos desconfiados. Como o mito do homem que morreu a escrever e foi preciso um alicate de pontas para lhe arrancar a caneta dos dedos. Ah, sim; ainda seria possível dar uma nova vida às letras deste jornal, caso se encontrem dadores compatíveis. Uma vida nova, mais atenta ao reverso do mundo, ao devir contemporâneo, que ultrapassasse a fase da eterna reciclagem. Estar presente para apontar o futuro. Ups... Já é hora.

Dizem os crentes que todos os agnósticos sonham secretamente com a ressurreição. JL

Sempre mais escola



AUTOBIOGRAFIA IMAGINÁRIA

Valter Hugo Mãe



ILUSTRAÇÃO DE VALTER HUGO MÃE

A pergunta de saber o que fazer à escola devia ser colocada a todas as pessoas e respondida como se responde à própria vida. Cuidar da escola é cuidar de sermos ainda humanos, querermos equilibrar num prato da balança os nossos sonhos com a viabilidade do Mundo.

Há dias, entre alunos e educadores da Moita, perguntavam-me sobre o que esperar da escola e pareceu-me que só podemos começar por reverter o tremendo desprestígio para que foi votada a classe dos professores. Levamos décadas de governos que perigam a imagem do professor. A mim, não faz espécie alguma que exista o ensino privado e que os colégios cuidem com todo o cuidado do destino de uma multidão. O que me incomoda é o inquinado de se atacar a classe educadora para se criar nas famílias a convicção de que apenas pagando a especulação poderão potenciar nos filhos um futuro capaz. Incomoda-me que se especule com a mais elementar máquina de justiça da sociedade que é a formação intelectual e ética de cada pessoa.

Não entender que toda e qualquer vulnerabilização dos professores é um boicote ao futuro dos alunos é ser-se de uma planura de ideias insuportável. O desprestígio da classe dos professores acarreta a desgraça das crianças e dos jovens, porque um aluno que acredita estar diante de um desvalido jamais encarará a oportunidade da sua própria formação como efetivamente vantajosa. São os alunos que deitamos a perder se destruirmos a docência e a solenidade da docência. Se o aluno se convence de serem os professores uns líricos encalhados numa profissão coitada, então deitará mão da barafunda de alma torpe que vai na internet para formar sua ignorância numa ignorância maior ainda, num despreparo universal enquanto técnico de alguma coisa e enquanto pessoa.

> **Entre a exposição de arte que se mostrava no espaço da escola, encontrei uma razão para acreditar que ainda vamos saber usar o ensino a favor da dignidade de todos. Sem exclusões. Sem ódios. Apenas a humana maravilha de nos cuidarmos mutuamente**

Não pode haver lógica na predação aos professores, senão a de criar massas humanas sem noção crítica e facilmente manipuláveis. Sem livros não há resistência à tirania. A falta de conhecimento é o dado fundamental da fragilidade social. Na ignorância tudo abraça a sua própria ruína. Povos fortes e longevos são povos de cultura, memória, conhecimento, sabedoria. Sem saber não se progride em nada. E a oportunidade do pato-bravo, feita de uma esperteza inspirada, não serve de estável mecanismo de redenção das classes. O inspirado, que parece dar certo como um cogumelo de geração espontânea, usualmente é um exemplo epifânico e de consistência dúbia. Não creio que um génio dê no Mundo sem uma nutrição profunda. Sem mestres e seriedade.

ENTRE OS AMIGOS DA MOITA dissemos que importava muito inventar uma escola para auscultasse cada estudante como uma totalidade, sem recorrer a padrões e sem jamais padronizar. Uma escola que fosse tão indutora de um sentido coletivo da identidade, tão clara na necessidade que temos de ser em grupo, que pudesse libertar-nos dentro do grupo, legítimos para nossas virtudes e nossas falhas sem medo. A escola tem de ser um lugar para perder o medo, sobretudo de sermos quem genuinamente somos. Exatamente porque os educadores devem estar ali para ajudar a encontrar resposta às perguntas que nos são fundamentais. Não apenas aquelas que ordenam genericamente o coletivo, mas aquelas que se nos impõem de jeito imprevisto, à força da nossa única, sempre preciosa, identidade. Como se faz? Mais educadores. Muito mais educadores. Nenhuma exclusão. Uma enorma paixão por ver acontecer numa criança ou num jovem a maravilha de encontrar uma chave saudável, benigna, para o seu sonho, para o seu futuro. Só isso haverá de ser uma decência para todos nós. A escola prestigiada é o mesmo que uma sociedade prestigiada, é o mesmo que a decência. A verdadeira decência com quem somos e com quem virá a ser.

Guardarei a alegria com que alguns alunos se despediram de mim. Guardarei a alegria de alguns educadores que me vieram prometer continuar a batalha pela ideia de encontrar lugar para a validação de cada um. A Escola Técnica Profissional da Moita deixou-me uma esperança enorme. Entre a exposição de arte que se mostrava no espaço da escola, onde também alunos tinham concebido peças, como a belíssima escultura alada do corpo de uma mulher, encontrei uma razão para acreditar que ainda vamos saber usar o ensino a favor da dignidade de todos. Sem exclusões. Sem ódios. Apenas a humana maravilha de nos cuidarmos mutuamente. JL

DIÁRIO

Gonçalo M. Tavares



Ainda a obra de Albuquerque Mendes

Na obra de Albuquerque Mendes, exposta na Galeria Municipal de Matosinhos (corram até lá!), estamos situados no fascínio pelos diferentes, cuja terapia demoníaca endireitou mal e porcamente.

E sim, os vários rostos invertidos estão aí para nos dizerem que muitas vezes nem sabemos como pôr a tela direita. Um rosto invertido coloca em questão o chão e o céu apenas com formas e cores, o que não é coisa simples. Para que lado é o céu e para que lado é o chão, eis duas perguntas que os rostos invertidos colocam - e muita coisa no trabalho de Albuquerque Mendes é rosto invertido mesmo quando não é invertido e mesmo quando não é rosto. Porque o desassossego é uma forma de inversão, de pôr de cabeça contra o solo o atleta que quer tocar com o crânio no céu. Tudo é inquietação, por exemplo, na tela "ideias horríveis", e talvez nem muito mudas sejam estas telas, no geral, esta e as outras. Em algumas, escutamos a voz do artista a dizer com a provocatória sibilina em forte atuação: "Faço retratos de freiras desde 1978"; coleções de freiras, coleções de bordados nos relicários, uma religiosidade manca como manquejam todos os perversos mas também uma perversidade com aura inocente-acabadinho-de acordar.

A heresia pratica-se aqui ao pequeno-almoço; entre um suminho de laranja e uma ida ao cemitério emite-se heresia por metro quadrado de quadro com altíssima qualidade herética, se assim se pode designar. Em toda a ortodoxia, juremos, cairá uma mancha de um material de substâncias perigosas, mas não identificáveis, e nestes quadros, desta fortíssima exposição do grande Albuquerque Mendes, há uma mancha, mesmo que não visível, de um material estranho, um material que vicia o olhos, como se os olhos também pudessem receber essa alucinação, uma alucinação torta, excessiva - bela, portanto, feita dessa beleza contemporânea que manca felizmente de todos os lados, e muito.

"Nunca confundir um tijolo com uma obra de arte", nunca confundir uma exposição com uma grande exposição. JL

5 603846 001009 01428

Inquietações Pedagógicas
Educar em tempos de ecrãs
Textos de António Dias de Figueiredo, Helena Sardinha Pereira e Ana Teresa Prata p. 5 a 7

Filinto Lima
O filme do ano letivo
p. 3

JL /educação

Nº 1428 • Ano XLV • 25 de junho a 8 de julho de 2025 • **Diretor** *José Carlos de Vasconcelos*

Global Teacher Prize 2025

Todos diferentes, todos 'equais'

Com um valor de 30 mil euros, para investimento na comunidade educativa, o Global Teacher Award Portugal 2025 foi atribuído a José Oliveira, professor da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, em Leiria. O **JL** publica o "Autorrretrato" do professor e faz um pequeno perfil dos outros finalistas

JOSÉ OLIVEIRA

Tudo começou quando recebi o telefonema de uma pessoa da Global Teacher Prize (GTP) 2025 a informar-me de que tinha sido proposto por duas alunas, bastante exageradas e generosas (pelo que me foi lido do outro lado do telefone), que me apresentaram como "o seu melhor professor de sempre!". Foi assim que, 37 anos depois, tive a oportunidade de apresentar a uma entidade especializada no reconhecimento de boas práticas em Educação, como é a GTP, os mesmos princípios pelos quais já pautava a minha ação educativa quando ainda era um jovem e ingénuo professor, mas agora de forma mais estruturada e amadurecida...

Acabado de sair da universidade, por volta de outubro de 1987, deparei-me com o desafio de acompanhar as minhas primeiras duas turmas de oitavo ano a Educação Visual num concurso promovido pela CM Loulé para a elaboração de um cartaz. Não me lembro exatamente do concurso, pois foi há muito tempo, mas lembro-me bem de transformar a sala de aula num vibrante atelier de artes visuais, que mais parecia um laboratório de 'Professor Pardal' ou 'Guru, o Maldisposto', tal a enorme diversidade ali



José Oliveira

Nascido em Faro, em 1963, professor da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, em Leiria, já percorreu o país a dar aulas, do 5.º ao 12º ano, nas áreas ligadas às artes e tecnologia, de Olhão a Guimarães, participando ou implementando projetos pedagógicos como Oficinas de Artes, Serigrafia e Gravura, Laboratórios de Fotografia, Estúdios de Cinema e vídeo (em três escolas), Oficina de Mecânica ou Clubes de fotografia, teatro e cinema

presente – pincéis, esponjas e trinchas, guaches, pastéis de óleo e lápis de cor, tesouras, x-atos e colas, papéis destes, daqueles e de outros espalhavam-se pelo exíguo espaço disponível, numa animada lufa-lufa criativa que conduziu cada jovem adolescente de cada uma daquelas duas turmas a dar asas à sua imaginação e a desenvolver as suas competências a partir do que cada um já trazia consigo próprio.

Entre regras de composição e distribuição da informação, harmonias e contrastes de cores, relações de forma e fundo, desenho e espacejamento de letra, fui 'despejando' conceitos sagrados das Artes Visuais naquelas jovens almas, enquanto, mais do que animados, colaboravam na competição que cada um fazia consigo próprio para conseguir pôr no papel aquilo que os seus jovens espíritos iam imaginando. Eram três tempos letivos semanais, com hora de entrada e de saída marcadas, mas em que cada um cumpria os dois tempos de intervalo quando entendesse mais conveniente. Alguns nem intervalo faziam.

Claro, foi daquela aparente confusão criativa, mas de muita aprendizagem e trabalho, que nasceu a proposta vencedora!

Todos Diferentes, Todos 'Equais' foi o tema que dei ao vídeo de três minutos, assente no projeto pedagógico Ver Para Aprender (VPA) e suporte da minha candidatura ao GTP.

Somos todos diferentes uns dos outros, e essa é uma condição inescapável, porque 'imposição da mãe natureza', que decorre de uma infinidade de combinações dos três vetores que nos compõem – o inato; material genético de que somos compostos, o adquirido; complexo caldo das aprendizagens que cada um de nós é, e o 'livre arbítrio' (condicionado) de que todos somos dotados – tabuleiro individual em que jogamos os dois vetores acima referidos com as circunstâncias que, a cada momento, se nos apresentam.

A igualdade é um princípio geral e abstrato; ideia que, tanto quanto saibamos, só existe na cabeça dos seres humanos. É uma utopia cujo lugar deve residir nas Constituições Nacionais, nas Cartas de Direitos Humanos e nos corações das pessoas. De resto, não tem lugar verdadeiro em mais lado nenhum. Já a equidade é a ferramenta que nos pode aproximar, passo a passo, dessa utopia desejável (da igualdade) pois que, se bem usada, nos permite colocar cada um perante um esforço equivalente – o que seria para mim uma enorme conquista numa tirada de 100 metros é substantivamente diferente daquilo que encheria F. Obikwelu do mesmo orgulho.

Cada um parte do 'lugar' onde se encontra a cada momento da sua própria caminhada, não nos sendo possível começar de um lugar mais avançado do que aquele onde nos encontramos.

Cada um vai fazendo o seu caminho ao seu próprio ritmo, consoante as ferramentas de que dispõe e, mau grado a necessidade de estabelecermos desafios constantes, parece-me pouco avisado exigir-se aquilo que sabemos que o outro não nos pode dar.

Porque pessoas diferentes pensam as mesmas coisas de formas diferentes, cada um faz o seu próprio caminho à sua própria própria maneira, pelo que exigir a alguém que

> **A equidade é a ferramenta que nos pode aproximar, passo a passo, dessa utopia desejável (da igualdade), pois que, se bem usada, nos permite colocar cada um perante um esforço equivalente**

aprenda por processos que não são aqueles com que melhor sabe lidar não me parece a forma mais eficaz de o conduzir às aprendizagens programadas ou desejadas.

As pessoas interessam-se por aquilo de que gostam e gostam daquilo que é seu; e não há nada mais de nosso do que aquilo que nós próprios conseguimos conquistar.

Jovens com baixa autoestima raramente dão 'grandes conquistadores'.

O PROJETO VPA

Muito mais do que pretender ensinar Geometria Descritiva (GD), que entendo ser um objetivo educativo muito pouco audacioso, o projeto pedagógico VPA pretende, entre outros, conduzir cada aluno ao maior desenvolvimento possível da sua 'inteligência espacial', que deveria ser a grande mais-valia desta disciplina.

Mas, em Portugal, a disciplina de GD já não é e ainda não é.

Fará sentido continuar a aprender a utilizar o ábaco para o cálculo aritmético nos dias de hoje? Fará sentido continuar a aprender a utilizar o astrolábio para a navegação nos dias de hoje? Fará sentido continuar a aprender a utilizar a GD como ferramenta para projetar nos dias de hoje?

Até há uns 25 anos atrás, a GD servia fundamentalmente para suportar o ato de projetar em arquitetura, engenharia, design, etc. Hoje, projeta-se com computadores e inúmeros softwares 3D especializados. Num futuro muito próximo, projetar-se-á com um par de óculos de realidade aumentada e em diálogo verbal com um assistente de inteligência artificial especializado nas áreas em questão. Assim, parece-me já não fazer grande sentido ensinar GD nos mesmos termos dos tempos em que esta era uma ferramenta específica de suporte ao ato de projetar – não me refiro à pertinência de se aprender ou não GD, mas sim a continuar a ensiná-la como num passado funcionalmente já muito distante. A maioria dos países desenvolvidos com resultados educativos melhores do que os nossos (ver estudos OCDE) aboliram a disciplina de GD no ensino obrigatório, e mesmo em alguns cursos superiores em que a esta era fundamental...

É minha opinião que as aprendizagens em GD se devem centrar naquela que é apontada, logo no primeiro parágrafo das Aprendizagens Essenciais da disciplina, como a sua principal função: "A disciplina de GD proporciona, de uma forma muito própria, o desenvolvimento da inteligência espacial dos alunos, [...]".

Ora, acontece que, no que é mais relevante, o ensino da GD em Portugal mudou muito pouco desde os seus tempos áureos, quando o domínio dessa área do saber era condição indispensável ao ato de projetar realidades 3D complexas. Salvo, claro, no grau de dificuldade e profundidade dos conteúdos estudados, que diminuíram bastante. Por outro lado, tal como já acontecia no passado, no ensino desta disciplina (e de outras) tudo se combina de forma a 'convidar' os jovens à memorização de casos típicos, regras e procedimentos para conseguirem resolver os exercícios, absolutamente académicos e costumeiros, que surgem nos manuais escolares, nos cadernos de exercícios, nos nossos testes e no exame nacional da disciplina. Apetece dizer que, ensinar GD assim, já só serve para preparar excelentes professores de GD!



José Oliveira a receber o prémio das mãos do júri do Global Teacher Prize

Com o projeto VPA, dentro das limitações que me são impostas, tento congregar todos os vetores acima referidos com a ideia de que, em GD, compreender é 'ver' (visualizar) os problemas que se nos colocam, e não decorar regras, procedimentos ou traçados. Assim, em vez de limitar a explicação dos conteúdos no quadro às representações em projeções 2D a toda a turma em simultâneo e da mesma maneira (prática comum), ou com auxílio de representações 3D mais ou menos expressivas (prática também comum), os problemas em estudo são apresentados apenas a uma metade da turma de cada vez (nas aulas de turnos), organizando os alunos em grupos de dois ou três, consoante os casos, e através de modelos tridimensionais que, sempre que possível, são dinâmicos, ou até mesmo na forma de um jogo. Com estes modelos 3D e por estes processos, vou conduzindo os alunos a uma análise crítica dos problemas geométricos em questão e à busca de soluções possíveis, através da observação, experimentação e discussão em pequenos grupos, enquanto eu vou direcionando os seus raciocínios através de perguntas estratégicas que lhes vou colocando, como no Método Péripatético de Sócrates (reservadas as devidas proporções).

É no momento em que um aluno consegue explicar a um colega seu, através da sua própria linguagem, aquilo que acabou de aprender que ele consolida as suas próprias aprendizagens; também por isso as estratégias grupais e o esforço para levar uns alunos a ajudar os outros.

Tento criar condições para que todos os alunos possam progredir com sucesso, seja qual for o seu ponto de partida, através de modelos, exemplos e exercícios progressivamente mais complexos, na convicção de que o sucesso, e o elogio subsequente, conduzem à elevação da autoestima e ao gosto por aprender (que, supostamente, é inato). Os momentos expositivos são reduzidos ao mínimo e acontecem maioritariamente nas aulas de turnos, ou destinados a grupos específicos, enquanto os restantes alunos desenvolvem autonomamente as suas aprendizagens.

Na Escola Pública estamos ao serviço do Estado – recebemos na sala de aula quem quer que nela se nos apresente e temos a obrigação ética de fazer com esses o melhor trabalho que nos é possível.

Apesar do receio de poder ferir algumas suscetibilidades, uma vez que a GTP é uma entidade isenta e absolutamente independente – que não está 'presa' a quaisquer organizações políticas, governamentais ou educativas – não posso deixar de referir que, enquanto reconhecimento da dedicação de uma vida e da qualidade do meu trabalho, entendo que este prémio é muito mais valioso do que a opinião de quaisquer outras entidades, sejam os meus próprios alunos (que muito estimo, mas que não são isentos), os meus colegas, os meus avaliadores, a minha escola ou o próprio ME. JL

E também distinguidos...

José Hermínio Oliveira, professor da Escola Secundária Francisco Rodrigues Lobo, em Leiria, foi, como se disse, o vencedor da edição portuguesa do Global Teacher Prize 2025. O prémio servirá para "investir em tecnologia para democratizar o acesso a ferramentas digitais nas artes — como tablets, óculos de realidade aumentada e equipamentos audiovisuais — permitindo que mais alunos explorem novas linguagens e formas de pensar".

A Menção Honrosa "Acesso à Cultura" foi atribuída a Alfredo José Rosa Gomes, professor de Português e Expressão Dramática da Escola Secundária Manuel Teixeira Gomes, em Portimão, fundador do Teatro da Caverna, um grupo escolar por onde já passaram centenas de alunos e que oferece espetáculos à comunidade.

Entre os finalistas estiveram também Ana Margarida Estrada Martins, professora de Educação Física no Agrupamento de Escolas Fernão do Pó, no Bombarral, distinguida pelo seu trabalho de inclusão; Cândida Manuela Fidalgo Sarabando, professora de Física e Química na Escola Básica e Secundária Gomes Teixeira, em Armamar, pelos seus projetos de cidadania; Carla Maia, professora do 1.º Ciclo no Agrupamento de Escolas Gonçalo Mendes da Maia, na Maia, pelos seus projetos de integração; Cristina Janicas, professora da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra, pelos projetos de cruzamento entre Filosofia e Artes; Isabel Lagarto de Brito, uma das fundadoras e coordenadora do Arco Maior, escola que oferece novas oportunidades a jovens em abandono escolar; Joana Duarte, do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres, reconhecida pelo seu trabalho de motivação e inclusão com diferentes projetos numa escola do interior do país; Nádia Bastos, professora do 1.º Ciclo no Agrupamento de Escolas António Sérgio, em Vila Nova de Gaia, pelas práticas pedagógicas humanas e inclusivas; e Sandra Campelos, professora de Matemática do Colégio Internato Claret, também em Gaia, pioneira em Portugal na criação de manuais e auxiliares de estudo com imagens reais e exercícios organizados por níveis de dificuldade.

Organizado pela Mentes Empreendedoras, o Global Teacher Award Portugal contou este ano com um recorde de 170 candidaturas. O prémio no valor de 30 mil euros será investido na comunidade educativa. Em edições anteriores, o prémio foi entregue a José Jorge Teixeira, Sónia Moreira, Elsa Cerqueira, Ana Moniz e Sofia Damiana, quase todos eles autores de autorretratos publicados no JL/Educação.

Vilões, heróis e figurantes no filme do ano letivo

A ESCOLA POR DENTRO

Filinto Lima



O Programa do XXV Governo Constitucional não apresentou qualquer surpresa, nem mesmo quando foi apresentada a proibição do uso de *smartphones* nos 1.º e 2.º ciclos no início do próximo ano escolar: a intromissão na autonomia das escolas será a solução para um flagelo existente na sociedade? O ano letivo está prestes a terminar (a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo prolongam as suas atividades letivas até 27 de junho) e o seu decurso voltou a ser ensombrado pela escassez de professores e as consequências daí advindas: poder-se-ia ter feito mais e melhor? A realização das provas em formato digital foi alargada às de final de terceiro ciclo – 9.º ano – Português e Matemática – e, no próximo ano, previsivelmente, estendidas ao ensino secundário: será um caminho sem retorno?



PROGRAMA XXV GOVERNO CONSTITUCIONAL Num documento de 252 páginas, o Programa do XXV Governo foi apresentado, discutido e sufragado pela Assembleia da República. Oito dessas páginas têm como destinatárias a Educação Pré-Escolar, Básica e Secundária, alavancando a adoção de sete medidas fundamentais: Modernizar o sistema educativo e confiar nas escolas públicas: mais autonomia para ensinar; Valorizar os professores; Começar cedo: uma educação dos 0 aos 6 anos de idade; Melhorar a aprendizagem: um currículo exigente e flexível para contextos de incerteza; Concretizar uma educação inclusiva para todos; Combater as desigualdades sociais; Advogar a diversidade e liberdade para aprender.

Trata-se de um Programa de continuidade, preconizado pelo mesmo ministro da Educação do anterior governo, e, por esse facto, sem surpresas relevantes, recaindo o destaque para aquilo que já se previa: "No próximo ano letivo, será instituída a proibição do uso de *smartphones*, com regras baseadas na avaliação das experiências no corrente ano letivo." Ou seja, as orientações chegadas às escolas no início do presente ano letivo (recomendação da proibição do uso de *smartphones* nos 1.º e 2.º ciclos) transformaram-se em obrigações.

Salvo melhor opinião, não me parece ser a solução correta, por dois motivos principais:

1. Resultam numa intromissão na autonomia das escolas: os responsáveis das instituições escolares sempre se preocuparam com o uso, frequentemente desregrado, dos telemóveis, que já são proibidos em contexto de sala de aula (excecionalmente se autorizados pelo professor, no âmbito da aplicação de metodologias e estratégias específicas de ensino), mas não nos intervalos e na maior parte dos espaços comuns; e se há escolas (em menor número) cujos regulamentos internos já preveem a proibição, a maioria optou pela sensibilização e criação de alternativas para desincentivar o recurso ao telemóvel, em prol da socialização;
2. São redutoras, uma vez que o problema assinalado impõe-se enquanto verdadeiro transtorno social: o desafio em crise é sobretudo da sociedade, das famílias, e numa escala menor das escolas, ainda que esta tenha de dar um exemplo positivo, mobilizando ações de sensibilização sobre os perigos inerentes à utilização excessiva e indevida, projetos de saúde mental, entre outros.

No entanto, está-se a imputar-lhe um ónus que maioritariamente não é seu; alguns alunos recorrem a este dispositivo nos intervalos, cujos escassos minutos sugeriram a proibição ao MECI, ignorando que fora do espaço escolar estes jovens continuam a ser pessoas, a quem muitos pais autorizam livremente o contacto alargado com o telemóvel nos mais diversos espaços e momentos privilegiados para um convívio familiar salutar: em restaurantes ou momentos de refeição, desde que chegam a casa até adormecerem, alternando com o uso de outros equipamentos – tablets, televisão ou consolas de jogos, percebendo-se que a higiene de sono essencial para a sua idade não se encontra de todo a ser cumprida, com muitos jovens a fingirem estar a dormir, quando na verdade se encontram a jogar *online* ou em comunicação com colegas nas redes sociais até de madrugada, não se encontrando, consequentemente, predispostos para iniciar as aprendizagens logo pela manhã; urge cuidar da saúde mental e física de todos, especialmente dos mais novos, e essa ação vai bem para além das escolas.

> **A introdução do formato digital nas provas finais, o que acontece pela primeira vez, representa uma mudança estrutural no modelo de avaliação externa, com potencial para tornar o processo mais eficiente, inclusivo e adaptado às exigências do século XXI**

O ANO LETIVO 2024/2025 EM AVALIAÇÃO O ano letivo agora a findar decorreu, em termos gerais, sob a aura da normalidade. As atividades letivas seguiram o calendário estipulado, e a maioria dos alunos conseguiu cumprir os objetivos de aprendizagem definidos para o nível de ensino que integram. O envolvimento das comunidades escolares foi, mais uma vez, essencial para manter a estabilidade e o bom funcionamento das instituições educativas.

Contudo, a escassez de professores (que irá perdurar mais alguns anos) continua a marcar sucessivamente cada ano letivo, e este não foi exceção, uma realidade que afetou o normal decurso das aulas em algumas disciplinas e em algumas escolas de determinadas áreas do país, principalmente as que se localizam nas regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Algarve.

Em certos contextos, a colocação de docentes foi tardia ou inexistente durante períodos prolongados, resultando na perda de aulas e na dificuldade em garantir a continuidade pedagógica. Esta situação traduziu-se, inevitavelmente, em impactos no processo de ensino-aprendizagem, sobretudo para os alunos que ficaram sem acompanhamento regular em áreas curriculares fundamentais, exigindo recuperações imediatas, só possíveis com medidas específicas e recursos humanos. A resolução deste problema é imprescindível para garantir a equidade e a qualidade no acesso à educação para todos os alunos.

Apesar dos esforços das escolas para colmatar estas falhas – através de apoios, tutorias e estratégias de compensação, atribuição de horas extraordinárias aos professores, para além de outras medidas, os constrangimentos sentidos evidenciam a necessidade de medidas estruturais para garantir uma maior constância do corpo docente, cuja carreira deve ser valorizada e dignificada, uma vez que ao longo dos anos (muitos) foi sendo desprezada.

Nesta reta final do ano letivo, assinala-se a entrada na época de provas finais de 9.º ano e dos exames nacionais do ensino secundário, momentos decisivos para os alunos, particularmente os que se preparam para o acesso ao ensino superior. Estes exames exigem um elevado grau de organização, que concentram as atenções de toda a comunidade educativa.

Importa também lembrar que, embora as aulas para os restantes ciclos já tenham terminado, a Educação Pré-Escolar e o 1.º Ciclo do Ensino Básico prolongam as suas atividades letivas até ao final de junho, assegurando a continuidade do apoio às famílias e o cumprimento dos objetivos pedagógicos

destes níveis de ensino, parecendo-me, contudo, um período pouco rentável no processo ensino-aprendizagem, aguardando-se a que seja alvo de reflexão apurada de forma que seja possível realizar a pretendida revisão/alteração.

O DIGITAL EM VELOCIDADE DE CRUZEIRO Durante o presente ano letivo, as provas de Monitorização da Aprendizagem (ModA) - que substituíram as provas de aferição, decorreram de forma globalmente positiva, um grande passo em frente na transição para práticas avaliativas mais alinhadas com os contextos digitais contemporâneos. A maioria das escolas conseguiu assegurar as condições técnicas e logísticas necessárias para a realização das provas, tendo os alunos demonstrado uma adaptação natural e progressiva ao formato digital.

Os testes ModA revelaram-se não apenas uma ferramenta útil de diagnóstico e monitorização das aprendizagens, mas também um contributo importante para o investimento no desenvolvimento das competências digitais dos alunos. Apesar de alguns constrangimentos técnicos pontuais, nomeadamente dificuldades de acesso à plataforma ou falhas de conectividade, o processo decorreu sem incidentes de maior, graças ao empenho das escolas e dos seus profissionais na organização de materiais imprescindíveis e na preparação e acompanhamento da aplicação das provas.

Tendo em conta a experiência adquirida com estas provas, antecipa-se agora com maior confiança a realização das provas finais do 9.º ano em formato digital, embora ainda subsista alguma cautela. Trata-se de um desafio significativo, que exige não só uma infraestrutura tecnológica estável, mas também uma preparação adequada dos alunos e docentes. As escolas ultimaram todos os procedimentos necessários, desde a verificação de equipamentos até à realização de sessões de familiarização com o ambiente digital da prova, para que não existam constrangimentos para os discentes.

A introdução do formato digital nas provas finais, o que acontece pela primeira vez, representa uma mudança estrutural no modelo de avaliação externa, com potencial para tornar o processo mais eficiente, inclusivo e adaptado às exigências do século XXI. É vital ter em mente que o sucesso desta transição dependerá sobremaneira do suporte técnico contínuo, da necessidade premente de haver equidade no acesso aos meios digitais e da credibilização do novo modelo pelas comunidades educativas. JL

"Que fazer?"

JOGO DAS ESCONDIDAS

Maria Emília Brederode Santos



Nos últimos tempos temos assistido a uma escalada de violência em todo o mundo ou quase.. É o eclodir de mais uma guerra, agora entre o Irão e Israel, que se vem juntar às mais e menos conhecidas que continuam. É Trump cada vez mais determinadamente centrado nas deportações de emigrantes e na luta contra Harvard e a intelectualidade em geral através de um combate aberto às palavras proibidas, as "DEI": "Diversidade Equidade Inclusão" . São palavras que traduzem a orientação no acesso a instituições de ensino superior e a empregos no sentido da defesa dos Direitos Humanos através de alguma forma de compensação da desigualdade entre cores, géneros, situação económica, social e cultural de nascença.

Essa "compensação" traduzir-se-ia, por exemplo, na procura de representatividade social numa empresa ou numa Universidade, introduzindo assim um novo critério entre os critérios de seleção. Trump combate estas tentativas de maior justiça social através da retirada de financiamentos federais a instituições e programas que defendam e apliquem estas práticas ou, quando se trata de instituições dependentes diretamente do governo federal, começando o seu processo de extinção.

Por seu lado, a maravilhosa cronista Irene Vallejo escreve sobre como a violência verbal está a tomar conta da nossa linguagem ao ponto de , diz ela, esquecermos a linguagem da proximidade e da suavidade:

" Las personas, las generaciones, los países parecen aislarse, cada vez más solos y soliviantados. Las distancias se dilatan, y olvidamos cómo hablar el lenguaje de la cercanía, de la suavidad. El imaginario del combate se ha incrustado en nuestro pensamiento hasta teñir las situaciones cotidianas con colores bélicos. Imaginamos que todo obedece a una lógica guerrera. El amor es conquista. Sobrevivir implica batirse en la lucha por la vida. El éxito exige vencer a los adversarios, humillar cuenta como herramienta política. Incluso terrenos que solían ser pacíficos sufren rearmes constantes, como la batalla cultural. Toda discusión es una pelea que ganamos o perdemos. Confundimos error y derrota. Tiene más prestigio ser duros que flexibles, agresivos más que agradables. Entre los sentimientos, apelan al resentimiento; las actitudes se exasperan y las conversaciones derivan en apocalípticas riñas sin cariño" (*El País*, 1 de Junho 2025).



JOSÉ CARLOS CARVALHO

Em Portugal muitos têm sido os sinais de uma agressividade e violência crescentes e cuja orientação e intenções não podem deixar dúvidas. Recordemos o dia 10 de Junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, que foi marcado, paralelamente aos excelentes discursos oficiais, por vários episódios preocupantes:

Em Lisboa, junto à Torre de Belém, um grupo faz saudações nazis depois de insultar o sheik Munir. Em Santos, à porta do grupo de teatro A Barraca, que oferecia nesse dia as últimas representações da peça de Hélder Costa sobre a vida de Camões, por entre insultos e ameaças é atacado e ferido na cara o ator Adérito Lopes por um grupo alegadamente e muito portuguesmente (!) intitulado *Blood and Honour*. À noite, no Porto, duas voluntárias que distribuíam alimentos a pessoas sem abrigo foram insultadas, empurradas e agredidas por dois homens que fizeram a saudação nazi.

Tudo isto no dia que era também o dos 30 anos do assassinato da Alcindo Monteiro, reconhecido como crime de "ódio racial".

A História ensina-nos a reconhecer a ameaça e a identificar o perigo. Mas a História só nos ensina as coisas que aconteceram e o seu encadeamento. Não nos diz as que foram evitadas. Interrogamo-nos, portanto sobre como responder, que atitude tomar.

> **Resistir é pensar. Pensar aprende-se. É estimulado por debates, pela diferença, pela diversidade. A cultura e a educação que ajudem a pensar têm que ser defendidas e promovidas. A proteção dos mais fracos e diferentes também. É responsabilidade da escola e da educação em geral assumir esta missão**

A propósito, não destes eventos, mas da atitude a tomar perante os desmandos do Chega, Pedro Adão e Silva , na sua crónica de 13 junho no *Público*, dá-nos conta de semelhante perplexidade: "... Para uns, a solução era a resposta veemente , com autoridade (...); para outros, o que havia a fazer era ignorar e não dar mais palco aos discursos populistas; para outros ainda em momento algum se deveria sacrificar o princípio sacrossanto da liberdade de expressão e tudo deveria ser permitido..."

Nos acontecimentos de 10 de Junho estamos noutra situação e noutro patamar, o da agressão efetiva que, como tal, tem que ser criminalmente tratada - e assim parece estar a acontecer: por exemplo, a agressão do *Blood and Honour* estará a cargo de departamento de crimes de ódio e violentos - 11ª secção do Departamento de Investigação e Ação Penal do Ministério Público.

Mas nós, cidadãos, que devemos e podemos fazer? Num texto sobre "14 lições para identificar o fascismo e o fascismo eterno", Umberto Eco releva o culto da ação pela ação: A ação é bela em si e deve ser realizada antes de e sem nenhuma reflexão. Pensar é uma forma de castração. A cultura, associada ao pensamento crítico, é suspeita. Recorda a frase atribuída a Goebbels : "Quando ouço falar em Cultura puxo logo pela pistola!" Ou o grito do general Astray a Unamuno: "Morte à inteligência!"

Retomo a perplexidade: Que fazer? Que nos cabe a nós, cidadãos amantes da democracia, da liberdade e dos direitos humanos, fazer?

"Resistir" respondeu o capitão de Abril Pezarat Correia na manifestação de desagravo à Barraca. Mas, pergunto eu, resistir sim, mas como?

A orientação dos ataques dá-nos pelo menos um esboço de resposta: resistir é pensar. Pensar começa por ser ver alguma coisa de diferentes perspetivas. Pensar aprende-se. É estimulado por debates, pela diferença, pela diversidade. A cultura e a educação que ajudem a pensar têm que ser defendidas e promovidas. A proteção dos mais fracos e diferentes também. É responsabilidade da escola e da educação em geral assumir esta missão.

Pelo menos isso podemos e devemos fazer. Vamos a isso? JL

Educar em tempos de ecrãs

INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS

A presença das tecnologias de informação e comunicação nas nossas vidas é uma realidade que alterou profundamente o modo de estar no mundo. É hoje primordial aprender a usar as tecnologias, tirando partido das suas imensas potencialidades. É igualmente fundamental promover um debate informado com os jovens, os pais e os professores, envolvendo todos, por exemplo, na definição dos limites à utilização das redes sociais, na segurança online ou na análise dos valores promovidos por um determinado videojogo. Desenvolver o pensamento crítico e educar para o uso dos écrans são prioridades educativas que a escola tem de assumir como suas.

Adolescência e redes sociais

ANTÓNIO DIAS DE FIGUEIREDO

Adolescência e redes sociais são hoje realidades indissociáveis. A banalização dos telemóveis e das redes sociais, a partir dos anos 2010, gerou uma transformação profunda das culturas da infância e da adolescência. Em poucos anos, as interações sociais entre os jovens, tão essenciais para o seu desenvolvimento e identidade, quase desapareceram do mundo físico e passaram para o virtual. Compreender esta dinâmica implica explorar o uso das redes sociais pelos adolescentes, os seus impactos psicológicos e sociais, os seus mecanismos de influência, os riscos associados e as estratégias para promover um envolvimento mais são e positivo. Trata-se, no entanto, de um tema complexo, impossível de esclarecer em poucas palavras, pelo que me limitarei a abordar aqui as duas vertentes que melhor caracterizam a essência do fenómeno – a manipulação emocional, pelos algoritmos, e a capacitação dos adolescentes para superarem essa manipulação. Concluo com algumas considerações de natureza educacional e política.



OS ALGORITMOS DAS REDES SOCIAIS são instrumentos sofisticados de manipulação emocional, concebidos para maximizar a participação dos utilizadores, através da exploração das suas vulnerabilidades psicológicas. Atuam a nível neuronal, estimulando a libertação de dopamina, uma neura hormona associada à transmissão de sinais entre neurónios. Quando temos uma experiência gratificante, o nosso cérebro produz dopamina, que nos incita fortemente a repetir a experiência. Esta função, que está na base da motivação e da aprendizagem, é essencial para a sobrevivência humana. No entanto, quando estimulada em demasia, pode gerar vícios e dependências.

Os algoritmos das redes sociais exploram esta função à exaustão, gerando gratificações, como sinais de apreço ("gosto", "adoro"), notificações e prémios simbólicos, que criam a necessidade compulsiva de verificar se há mais e o desejo de reforçar a sua ocorrência. Além disso, como os algoritmos destacam em permanência as atividades dos outros, geram o "receio de ficar excluído", ou síndrome FOMO (fear of missing out), que induz ansiedade e incentiva a ligação ininterrupta. Por outro lado, ainda, como facilitam a comparação social e ampliam representações idealizadas, têm um efeito demolidor sobre a autoestima e a imagem corporal dos adolescentes, numa fase perturbada do seu desenvolvimento físico e identitário.

Para cativarem mais utilizadores, estes algoritmos privilegiam fortemente os conteúdos que vão ao encontro das preferências dos utilizadores, criando "bolhas exclusivas" e "câmaras de eco" que limitam a exposição à diversidade e intensificam as reações emocionais contra pontos de vista diferentes. As "bolhas exclusivas" (filter bubbles) são seleções personalizadas dos conteúdos que as práticas de cada utilizador revelam serem da sua preferência. As "câmaras de eco" (echo chambers) são ambientes sociais onde cada utilizador só encontra opiniões semelhantes às suas, o que reforça os seus pontos de vista e exclui a consideração de alternativas.

Outra característica manipuladora é a prioridade dada aos conteúdos que evocam emoções fortes (ódio, indignação, ansiedade), que atraem audiências, mas comprometem o seu equilíbrio moral e saúde mental. Para assegurar um envolvimento ininterrupto e passivo, recorrem a textos que se prolongam indefinidamente (infinite scroll), conteúdos que se iniciam quando percorridos acidentalmente (autoplay), fluxos de conteúdo personalizados para as fragilidades emocionais dos utilizadores e notificações programadas para os capturar quando se preparam para abandonar as sessões. Esta manipulação algorítmica é opaca para os utilizadores, que não se apercebem da manipulação emocional de que estão a ser vítimas.

A CAPACITAÇÃO DOS ADOLESCENTES para resistirem a esta manipulação exige que lhes proporcionemos meios para reforçarem a sua autonomia, pensamento crítico e autoconsciência. Quando a educação decorre em contextos de aprendizagem ativa, que privilegia a autonomia e a iniciativa, não é difícil auxiliá-los a desenvolverem uma literacia mediática crítica que os capacite para compreenderem como os algoritmos manipulam emoções, como personalizam conteúdos de forma enganadora e como criam "bolhas exclusivas" e "câmaras de eco". Será possível, então, familiarizá-los com os mecanismos da persuasão e o recurso a efeitos emocionais. Simultaneamente, ficarão alertados para como os algoritmos introduzem preconceitos e desinformação e extraem e exploram os dados pessoais.

> **O desenvolvimento da autoconsciência exige que reconheçam o impacto das redes sociais nas suas emoções e incentive a reflexão sobre os conteúdos que desencadeiam ansiedade, inveja ou ódio**

O desenvolvimento da autoconsciência exige que reconheçam o impacto das redes sociais nas suas emoções e incentive a reflexão sobre os conteúdos que desencadeiam ansiedade, inveja ou ódio. Implica também que aprendam a identificar os sinais reveladores de que estão a cair em uso compulsivo e se capacitem para desenvolver estratégias de regulação emocional, como a autoimposição de pausas e, se for caso disso, práticas de consciência plena.

A capacitação para a resistência implica também que cultivem hábitos online saudáveis, como estabelecer limites de tempo e definir fronteiras para a utilização das redes sociais, incluindo zonas "sem telemóvel", como os quartos de dormir, refeições e casas de banho. Importa que se empenhem em avaliar objetivamente as suas fontes de conteúdos e se disponham a deixar de seguir plataformas que os influenciem de forma negativa, procurando, em alternativa, conteúdos positivos. É importante que se habituem a desativar as notificações não essenciais com que os algoritmos os aprisionam frente ao ecrã e que cultivem hábitos de consumo consciente e crítico que os afaste da fruição passiva.

Acima de tudo, importa que privilegiem a dimensão presencial e reconheçam o valor intrínseco das interações entre pessoas, a empatia, a linguagem corporal e as situações sociais delicadas e complexas. Importa que se apercebam de que quando comunicam predominantemente por ecrãs perdem estas lições de humanidade, aumentam a exposição a mal-entendidos, perdem capacidade para participar em conversas pessoais e não aprendem a resolver conflitos. No limite, tornam-se seres inferiores, vulneráveis e inaptos para a convivência nos exigentes meios profissionais dos nossos dias. Neste contexto, são úteis os encontros regulares com amigos, os clubes e os desportos de equipa. Idealmente, deveriam também criar redes de apoio emocional fora do domínio digital (família, amigos, comunidades locais, grupos musicais ou de teatro, equipas de voluntariado) onde desenvolvam sentimentos de pertença e contribuam para propósitos coletivos.

DOS PONTOS DE VISTA EDUCACIONAL E POLÍTICO, faria sentido integrar a literacia mediática nos currículos escolares, facilitar debates abertos sobre os desafios online e apelar aos pais e encarregados de educação para que se esclareçam sobre o fenómeno e apoiem os filhos. Finalmente, importaria incentivar os adolescentes a envolverem-se de forma crítica com as plataformas responsáveis pelas redes sociais, interpretando os seus modelos de negócio e reivindicando explicitamente junto dos seus gestores mudanças de conceção que respeitem o utilizador. O ativismo jovem pode ter uma grande força transformadora, e os adolescentes têm o direito e o dever de fazer ouvir a sua voz numa questão tão importante para o seu futuro. JL

*Professor Catedrático Emérito da Universidade de Coimbra

Like, logo existo!

HELENA SARDINHA PEREIRA



Vivemos numa era em que o reconhecimento se mede em cliques e a identidade se constrói ao ritmo dos algoritmos. Para muitos adolescentes, deixar de existir online é quase tão dramático como desaparecer do mundo real. Estar presente nas redes tornou-se uma forma de validação — de presença, de pertença, de existência. Mas a que preço?

A infância foi deslocada para o ecrã. Brincar deu lugar ao scroll, a curiosidade ao feed infinito, a descoberta à notificação. Assistimos, quase em silêncio, à ascensão de uma geração que cresce mais conectada do que nunca, e ao mesmo tempo mais ansiosa, mais isolada, mais frágil. O que se perdeu na transição da rua para o ecrã? O que estamos a abdicar quando delegamos à tecnologia o papel de educar, distrair e proteger?

Desde finais do século XX, com o crescimento desmesurado das cidades, a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho e a perda do sentido de comunidade, muitos pais passaram a olhar o mundo exterior como um campo de ameaças. Quando chegaram os smartphones e tablets — e, mais tarde, as redes sociais — viram neles a solução perfeita: um refúgio seguro para manter os filhos entretidos, em casa, longe dos perigos visíveis. Não se aperceberam de que estavam a abrir a porta a um outro tipo de ameaça — invisível, silenciosa, mas, potencialmente, devastadora.

Segundo o psicólogo social Jonathan Haidt, esta transição global levou ao abandono de uma "infância baseada em brincar" para uma "infância baseada no telefone". A consequência? Uma crise de saúde mental sem precedentes, com aumentos expressivos nos níveis de ansiedade, depressão, privação de sono, distúrbios alimentares e défices na capacidade de atenção e de interação social. Os adolescentes parecem viver sempre noutro lugar — no digital — e nunca verdadeiramente onde estão. Estão online, mas desconectados.

Entre 2010 e 2020, a taxa de automutilação entre raparigas adolescentes quase triplicou. Os casos de suicídio juvenil também dispararam. A Geração Z, tão habituada à conexão constante, parece cada vez mais incapaz de se escutar, de se confrontar com o silêncio, com o corpo, com a frustração. E este fenómeno não distingue etnias nem classes sociais: é global, transversal, sistémico.

Entretanto, as empresas tecnológicas aperfeiçoam, com impressionante eficácia, algoritmos criados para captar a atenção e induzir dependência. A lógica é simples: quanto mais tempo o utilizador passa online, mais rentável ele se torna. E os jovens — com o seu córtex pré-frontal ainda em formação — são o público ideal: vulnerável, impulsivo, ávido de estímulo. As plataformas não apenas condicionam comportamentos, como bloqueiam o acesso a estudos que questionem o seu impacto. Aos 13 anos, já se é "maior" no universo digital.

> **Educar hoje é ensinar a discernir entre presença e exposição, entre ligação e dependência, entre curiosidade e distração. É ajudar os jovens a perguntar-se: o que é real para mim?**

O que se perde neste novo paradigma não é apenas o tempo de sono, a concentração ou o rendimento escolar — é a própria estrutura da experiência humana. Brincadeiras livres, contacto com a natureza, relações interpessoais genuínas, resolução de conflitos presenciais, aprendizagem emocional...tudo isso é progressivamente substituído por interações virtuais, filtradas e descartáveis. A realidade torna-se um ruído secundário.

As redes sociais reforçam a comparação permanente, distorcem a imagem do corpo através de filtros e manipulações e alimentam uma cultura de aparência e validação instantânea. As raparigas são especialmente atingidas por padrões inatingíveis de beleza e felicidade. A autoestima fragmenta-se, moldada por métricas efémeras e enganadoras.

PERANTE ESTE CENÁRIO, impera ainda a ideia ilusória da liberdade de escolha individual: "cada um decide por si". Mas as crianças e os adolescentes não têm ainda os instrumentos para resistir à sedução do ecrã. Proteger não é controlar; é criar limites sensatos.

Jonathan Haidt propõe medidas claras: adiar a posse de smartphones até ao secundário, eliminar os telemóveis das escolas (sugerindo que devem ficar guardados nos cacifos), limitar o acesso às redes sociais antes dos 16 anos e promover, em contrapartida, uma infância mais livre — ao ar livre. Uma infância com experiências reais, com riscos controlados, com liberdade para errar, experimentar, frustrar-se e crescer.

Cabe, também, às famílias confiar mais e vigiar menos. Incentivar os filhos a sair da zona de conforto, atribuir-lhes responsabilidades, integrá-los em tarefas domésticas, enviá-los para campos de férias, organizar programas familiares fora do ecrã, dar o exemplo e estabelecer regras claras de restrição do tempo de exposição aos ecrãs, promover a escuta ativa, o diálogo aberto e o pensamento crítico sobre o uso das tecnologias e os perigos inerentes aos comportamentos aditivos para a sua saúde física e mental. A parentalidade não significa apagar todos os riscos, mas ensinar a enfrentá-los com autonomia e responsabilidade.

Na escola, o desafio não é menor. É urgente educar para o uso ético e crítico da internet e da inteligência artificial, prevenir o cyberbullying e a ciberviolência. Mas também inovar pedagogicamente, gerindo de forma equilibrada as novas tecnologias e os métodos tradicionais de ensino: aulas que envolvam os alunos no seu próprio processo de aprendizagem, que os liguem ao mundo real e aos outros, ao património natural e cultural, às suas próprias capacidades e ao desenvolvimento dos seus talentos. Viagens, estágios, leitura, exercício físico e projetos com impacto. Aprender deve ser uma aventura — não uma mera tarefa mecânica. Porém, é importante os jovens compreenderem que a resiliência, a repetição e o adiamento da recompensa fazem parte do processo de crescimento. As grandes conquistas são lentas e requerem esforço, tempo e sacrifício.

AS EMPRESAS TECNOLÓGICAS, por sua vez, têm de ser responsabilizadas. Devem implementar sistemas robustos de verificação de idade, restringir o acesso a conteúdos nocivos e colaborar com estudos independentes sobre o impacto dos seus produtos na saúde mental.

A adolescência é, por natureza, um tempo de busca: por identidade, por sentido, por lugar no mundo. Mas quando essa busca se faz num palco digital onde tudo é medido, comparado e filtrado, a pressão torna-se insustentável. A vida não pode ser reduzida a métricas de aprovação — likes, seguidores, partilhas — nem a presença no mundo à presença no feed.

Para concluir, importa sublinhar que a questão não é demonizar a tecnologia, mas reconhecer que o modo como a usamos molda aquilo em que nos tornamos. As redes sociais não são, por si, nem inimigas nem salvadoras. São territórios. E como todo o território, pedem mapa, bússola e tempo. Podem ampliar horizontes, dar palco à diferença, abrir possibilidades de criação e pertença. Mas também fragmentam a atenção, distorcem a perceção de si, promovem lógicas de comparação contínua, reforçam sistemas de crenças, que nalguns casos podem revelar-se perigosos e contribuir para a polarização do mundo, e adiam, muitas vezes, o confronto com a realidade nua — aquela que não se apaga nem se edita.

Educar hoje é ensinar a discernir entre presença e exposição, entre ligação e dependência, entre curiosidade e distração. É ajudar os jovens a perguntar-se: o que é real para mim? O que me move? O que me prende? Porque só nesse exercício, feito com tempo e consciência crítica, se constrói uma existência íntegra — digital e humana, simultaneamente.

Talvez o desafio não seja desligar, mas ensinar a sintonizar. E isso exige uma coragem nova: a de aceitar que viver em rede implica escolher — constantemente — o que queremos que permaneça. JL

** Professora de História na Escola Secundária de Casquilhos, distinguida com a Menção Honrosa "Acesso à Cultura" no Global Teacher Prize Portugal e a "Medalha Barreiro Reconhecido" atribuída pela Autarquia*

A construção da identidade e das relações numa adolescência online

ANA TERESA PRATA

Todas as adolescências, seja em que época decorreram, apresentam algumas tarefas psicológicas específicas para a construção saudável de um adulto competente. No entanto, o contexto social atual tem vindo a mudar e a realização destas tarefas acontece em situações novas e excecionais.

Existem dois fatores relevantes que diferenciam a adolescência de hoje das anteriores. Por um lado, o início cada vez mais precoce da puberdade e o aumento da sua duração, que pode chegar a uma década de turbulência hormonal e emocional. Por outro lado, o aumento progressivo da componente digital no dia-a-dia dos adolescentes, em particular desde o surgimento dos smartphones.

Durante a adolescência, os pares ganham um peso importantíssimo no suporte da autoestima e no desenvolvimento da identidade dos jovens. Por isso, não estranhamos que, numa fase pós-pandémica, onde lhes foi exigido que alimentassem estas necessidades sociais através dos ecrãs, e onde progressivamente as redes sociais mais prometem conexão e proximidade constante, que as relações online sejam uma realidade inevitável.

As redes sociais e os jogos online são já pontos de encontro com lugar de destaque na vida social dos adolescentes hoje em dia. As partilhas entre amigos já não são apenas das vivências do grupo, mas também das publicações, dos vídeos, dos memes, ou das trends. O contacto com os amigos já não fica em suspenso após o último toque do dia, mas é perpetuado à distância e, muitas vezes, até altas horas da noite.

Esta permanência das relações pode trazer preocupações acrescidas. Por um lado, uma ausência de aborrecimento, de um período de a sós consigo mesmo, quando o tédio nos alimenta a imaginação e criatividade. Por outro lado, as portas abertas para o cyberbullying. Até ao fenómeno da internet, o bullying parava sempre no momento em que se saía da escola e as polémicas não deixavam provas. O cyberbullying, por outro lado, entra pela casa adentro, pela noite adentro, e o facto de que o que está na internet fica lá para sempre traz um sentimento de desespero absoluto para as suas vítimas.

Uma das tarefas fundamentais da adolescência é a definição da identidade. Na procura de percebermos quem somos ou do que gostamos, a internet, e em particular as redes sociais, têm tido um papel importante. Saber que existem outras pessoas como nós, que





talvez não consigamos encontrar no nosso meio social mais próximo, liberta-nos do peso da vergonha, da solidão, da culpa, do medo.

É nos outros que procuramos perceber o mundo, compreender o que esperam de nós e qual o nosso papel. No entanto, as redes sociais também têm contribuído para promover conceitos distorcidos da realidade. Por exemplo, se os adolescentes foram expostos de forma repetida e intensa a um ideal feminino ou masculino irrealista e restrito a um tipo de corpo e comportamento, que não representa a diversidade humana, a vivência saudável do corpo ou as relações afetivas equilibradas, então podemos estar a prejudicar o seu autoconceito e as suas relações sociais presentes e futuras.

DE FACTO, EM 2021, foram revelados relatórios internos da Meta que comprovavam que o uso de redes sociais, em particular as que se baseavam em imagens, tinham impacto negativo na saúde mental de adolescentes, em particular nas raparigas. Um dos dados referia que 32% das adolescentes diziam que se sentiam mal nos seus próprios corpos e que o Instagram as fazia sentir pior.

Mas não tem apenas impacto na imagem corporal. No mês passado, foi publicado um estudo que acompanhou os jovens ao longo de três anos e concluiu que o aumento no uso de redes sociais foi associado a sintomas depressivos nos anos seguintes. Isto mostra que o tempo que se passa em redes sociais na adolescência pode contribuir para um aumento de sintomas depressivos ao longo do tempo.

Outro problema de saúde mental que tem sido muito discutido é a dependência provocada pelos ecrãs. Se compreendermos como se desenvolve uma adição, é fácil perceber porque é que as redes sociais são um risco. A quantidade de estímulos que são dados em tempos muito curtos provoca descargas de prazer sucessivas no circuito de recompensa cerebral e que é responsável pelo desenvolvimento de dependências. Ao longo do tempo, precisamos cada vez de mais estímulo para obter o mesmo prazer (habituação) e sentimos um mal-estar marcado na ausência dos estímulos (sintomas de privação).

É importante reconhecer, antes de mais, que os criadores das redes sociais aplicam técnicas exímias em manter-nos ligados o máximo de tempo possível. E sabem que estas técnicas funcionam ainda melhor com crianças e adolescentes. Para um cérebro ainda em desenvolvimento, caracterizado por uma busca marcada pelo prazer e por uma imaturidade das capacidades inibitórias (aquelas que nos permitem dizer que não), a exposição a estes estímulos é facilmente indutora de adição. Daí que não basta dizer ao adolescente que tem de deixar as redes sociais. Não basta querer e não basta proibir o acesso.

Se queremos combater o impacto negativo das redes sociais, temos de compreender qual o papel que estão a desempenhar na vida dos nossos adolescentes e promover meios alternativos, saudáveis e estimulantes que lhes deem as respostas que procuram neste uso nefasto dos ecrãs. Se sabemos que estas plataformas são usadas para procurar a ligação a outras pessoas, para aprender sobre o mundo ou para experimentar coisas novas, então cabe à sociedade, em conjunto com os adolescentes de hoje (que muito têm a dizer sobre estes temas) a restituir ou reinventar espaços e oportunidades para que a construção da identidade e das relações se possa construir fora dos ecrãs.

Urge voltarmos às ruas. Urge capacitar os bairros de espaços públicos, seguros e acolhedores para que os jovens se encontrem. É preciso revitalizar clubes, associações, coletividades, grupos desportivos, filarmónicas. É importante dar voz ativa aos jovens, na escola, em casa e na comunidade, e promover um sentimento de pertença, valor, segurança e inclusão. É preciso sermos curiosos e não condescendentes. É preciso estarmos verdadeiramente disponíveis.

Não podemos cair na banalidade de condenar em absoluto as redes sociais online. Já o tentamos antes com modernices de outros tempos. Cabe-nos navega-las em conjunto para capacitarmos os adolescentes a domá-las e a concluírem as suas tarefas da adolescência da forma mais saudável, plena e entusiasmante possível, para que se tornem os adultos competentes que merecem ser. JL

Não podemos cair na banalidade de condenar em absoluto as redes sociais online. Já o tentamos antes com modernices de outros tempos. Cabe-nos navega-las em conjunto para capacitarmos os adolescentes a domá-las

** Psiquiatra da Infância e da Adolescência, Diretora Clínica da Mentes Inquietas – Clínica do Desenvolvimento, Comportamento e Emoções*

LINKS DAS INQUIETAÇÕES PEDAGÓGICAS

pedagogicasinquietacoes@gmail.com
inquietacoespedagogicasii.blogspot.pt
www.facebook.com/InquietacoesPedagogicas
www.youtube.com/user/inquietPedagogicas

O novo programa velho

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA

Paulo Guinote



O XXIV Governo Constitucional esteve em funções, formalmente, 14 meses (de 2 de abril de 2024 a 5 de junho de 2025), embora tenha apresentado a demissão ao fim de 344 dias e entrado em modo de gestão, na sequência da moção de rejeição aprovada na Assembleia da República a 11 de março de 2024. O que significa que foram 11 meses na plenitude de funções. O que se poderá considerar pouco para apresentar robusta obra feita e fundamento para argumentar (como durante quase toda a campanha eleitoral) que muito do que se começara a fazer não foi concluído.

Mas, por outro lado, é um período bastante longo para se irem conhecendo as matérias dos vários sectores de governação e desenvolver uma aprendizagem significativa sobre aquilo que deve ser feito e como. Para, mais do que detetar as áreas de intervenção prioritária mais do que conhecidas, apresentar medidas que ultrapassem o estatuto de soluções de emergência, de remendos de efeito transitório. Para, mais do que enunciar propaganda e fórmulas ideológicas entranhadas, encarar a realidade de modo pragmático. Em suma, para governar em prol do interesse público, mais do que apresentar pretextos para satisfazer interesses privados.

Por isso, o programa do XXV Governo Constitucional para a área da Educação, nomeadamente para a Educação Pré-Escolar, Básica e Secundária surge como algo precocemente envelhecido, ao limitar-se, em grande parte, a retomar questões anteriores que pouco ou nada avançaram no ano letivo que está a terminar e a repetir soluções que parecem baseadas mais em crenças do que em evidências. Mais grave, apresenta como ações realizadas, o que mal foi iniciado ou nem sequer aconteceu.

Repare-se logo no primeiro parágrafo da página 161 (onde começa a parte do programa sobre Educação), no qual se pode ler que "promoveu-se estabilidade e soluções reformistas, devolveu-se a pai [sic], colocou-se o foco nos alunos, valorizou-se os professores e deu-se uma maior atenção às condições de funcionamento das escolas". A verdade é que nada disso aconteceu, apesar do carácter vago da enunciação. Que "estabilidade"? Que "soluções reformistas"? O que mudou em relação ao "foco nos alunos"? De que se fala quando se afirma que se deu "maior atenção às condições de funcionamento das escolas"? O que foi feito, exactamente?



MARCOS BORGA

A única medida que foi tomada, por ser a que longamente provocou maior perturbação e que levou a uma profunda erosão na relação de confiança entre a classe docente e a tutela durante quase 20 anos, foi a da recuperação (integral para uns, parcial para outros, nula para muitos) do tempo de serviço congelado. Embora em modo mitigado e com uma fórmula com iniquidades, é inegável que essa foi uma medida que ajudou a pacificar o ambiente nas escolas, mesmo se muitos dos efeitos negativos causados são irremediáveis.

Em relação a muitas outras questões, as medidas tomadas foram tímidas, de efeitos muito restritos ou mesmo nulos. A transformação das provas de aferição em provas ModA apenas mudou os anos de realização e o formato da classificação, mantendo-se os seus efeitos nulos para a progressão dos alunos; a carência de professores foi parcialmente colmatada com o recurso massivo a horas extraordinárias e a cessação do projeto MAIA não reduziu os procedimentos burocráticos nas escolas que optaram por usar outras designações para as mesmas práticas.

Ainda na mesma página afirma-se que "levou-se a cabo uma valorização salarial da carreira docente", algo que é manifestamente falso, pois a estrutura da carreira se manteve, assim como os índices salariais, até porque a revisão do Estatuto da Carreira Docente – que se tinha anunciado ser algo "urgente" – foi apenas objeto da apresentação de um cronograma para as negociações e, no presente programa, é algo atirado para o horizonte do final da legislatura (cf. p. 65). Não é bom augúrio para o futuro a opção por este tipo de mistificação, até por já não se estar em campanha eleitoral.

Algo parecido passa-se com o anúncio no contexto da revisão curricular, da revisão dos conteúdos de Cidadania e Desenvolvimento "libertando-a de amarras e agendas ideológicas", para, logo a seguir se anunciar que se vai "garantir a implementação dos conteúdos de literacia financeira como conteúdos obrigatórios já no próximo ano letivo 2025/2026", o que significa outro tipo de "amarra ideológica".

MAS O QUE TORNA VELHO este "novo" programa é a insistência em opções que se revelaram ineficazes, em particular na última década, em relação à erosão do desempenho dos alunos portugueses que se afirma querer combater. Se a primeira meta apresentada neste programa é "recolocar os alunos portugueses com níveis de desempenho acima da média da OCDE nas avaliações do PISA 2029" (p. 164) seria expectável que surgisse um novo tipo de propostas de organização do funcionamento das organizações escolares e não querer aprofundar o que não funcionou até agora (sem ser para quem beneficia desse tipo de opções) como o modelo de gestão escolar ou a alegada "descentralização" de competências, algo que é repetido há duas décadas, sem que se perceba se o seu alcance passa apenas pela desorçamentação do Ministério da Educação e o alijamento de responsabilidades para os poderes locais. Sobre a gestão escolar, refere-se um "novo modelo", mas a verdade é que ao prometer-se um "Estatuto do Diretor" se está a declarar que a solução única, unipessoal, veio para ficar.

Um 1º ciclo de seis anos (p. 167) é uma aspiração recorrente de uma linha de pensamento sobre o tema, acerca de cuja eficácia para as aprendizagens dos alunos não existem evidências. Confesso que me cansei de explicar porque esta medida não é a melhor, nem se ajusta às condições da nossa rede escolar. A menos que não passe de cosmética, com a maior parte das turmas do 5.º e 6.º ano a funcionarem, como agora, nas atuais EB23, com uma estrutura curricular similar à que existe, mais ou menos áreas transdisciplinares, de conteúdos fluidos que em pouco ou nada contribuem para aprendizagens mais robustas. Como, aliás, se tem verificado, pela evolução negativa dos resultados dos alunos onde esse tipo de medidas foi apresentado como uma espécie de fórmula mágica (Finlândia).

> **O que torna velho este "novo" programa é a insistência em opções que se revelaram ineficazes, em particular na última década**

Há ainda outras medidas que fazem parte do pacote habitual de promessas, repetidas a cada legislatura, que raramente se traduzem em resultados práticos, desde a "valorização" dos professores à aposta numa estratégia digital para as escolas, passando pela "tolerância zero" em relação à indisciplina.

Outro regresso ao passado é a reintrodução do tema dos contratos de associação que tinha estado ausente no programa de Governo da AD em 2024. Onde antes apenas se referiam medidas relativas aos contratos de patrocínio, agora anuncia-se a necessidade de "revisitar e atualizar os modelos dos contratos de associação; contratos de patrocínio; contratos de cooperação e dos contratos simples e de desenvolvimento de apoio à família" (p. 169), no que é um regresso aos tempos da troika e uma cedência ao lobby da "liberdade de escolha", outra fórmula mágica que falhou em países que, há 15 anos, se diziam ser exemplos a seguir (como a Suécia), muito usado por pessoas como o atual secretário de Estado da Educação.

Mas, por falar em "famílias", o programa do XXV Governo é perfeitamente omisso em relação aos seus deveres, apenas enfatizando direitos, como se não tivessem qualquer responsabilidade pelo desempenho dos alunos, em especial ao nível das atitudes. Será porque, em regra, os governantes, independentemente da sua cor política, não querem desagradar a organizações que os poderes de passagem usam como testas de ferro nos ataques aos professores e às escolas públicas?

Por fim, nesta breve digressão, fico sem perceber o que se pretende com medidas como "reformular a disciplina de TIC, substituindo por um novo modelo de ensino tecnológico (ensino computacional e AI)", pois o investimento necessário que uma opção deste tipo, se for para ser levada a sério, não se resolve com a injeção financeira episódica decorrente do PRR. Do mesmo modo, o que significa "criar um serviço em linha de apoio ao estudo, de qualidade e personalizado, para resolver as dúvidas dos alunos em risco, de suporte às medidas implementadas pelas escolas, priorizando os alunos com ASE do ensino secundário" (explicações remotas?) ou "combater a segregação social entre escolas, avaliando as regras de prioridade nas matrículas, impondo transparência no processo de alocação dos alunos" (p. 169)?

Resumindo... muita repescagem de ideias a fórmulas requentadas, nenhuma nova ideia verdadeiramente mobilizadora. Mais uma oportunidade perdida? JL

O Salvado

Teatro Carlos Alberto, no Porto, acolhe, nos dias 3, 4 e 5 de julho, o percurso ímpar de Olga Roriz

Alcobaça

Mosteiro de Alcobaça
Tel.: 262 505 120
M Projeto Artes no Património
Pela Baltimore Symphony Youth Orchestra.
4 de julho – 21h30

Águeda

Centro de Artes de Águeda
R. Joaquim V. Almeida, 30. Tel.: 234 180 151
E O Desenho Como Pensamento
até 31 de outubro

Almada

Teatro Municipal Joaquim Benite
Av. Prof. Egas Moniz. Tel.: 212 739 360
T 42º Festival de Almada
Programação e restante informações em ctalmada.pt.
4 a 18 de julho

Amarante

Solar dos Magalhães
R. Cândido dos Reis 436.
3ª a Dom., das 9h30 às 12h30 e das 14h às 17h30
E A Marginália de Amadeo
até 30 de agosto

Aveiro

Teatro Aveirense
R. Belém do Pará. Tel.: 234 400 920
T À Primeira Vista
Texto de Suzie Miller. Encenação de Tiago Guedes. Interprteação de Margarida Vila-Nova.
27 de junho – 21h30
M Cantar-o-Lar
29 de junho – 15h
D Maurice Accompagné
Coreografia e direção artística de Paulo Ribeiro. Interpretação de Diogo M. Santos, Francisco Ferreira, Liliana Oliveira, Marta Cardoso, Rodrigo Loureiro.
4 de julho – 21h30

Batalha

Mosteiro da Batalha
Lg. Infante D. Henrique. Tel.: 244 765 497
E Imagens de Cores
Exposição de fotografia de Jorge Prata.
exposição temporária
M US Guitar Orchestra
28 de junho – 21h30
M Baltimore Symphony Youth Orchestra
5 de julho – 21h30

Braga

Museu de Arq, D. Diogo de Sousa
R. dos Bombeiros Voluntários. Tel.: 253 273 706
E Doação Bühler-Brockhaus
exposição de longa duração



Theatro Circo
Av. da Liberdade, 697. Tel.: 253 203 800
T Vocês Viram o Meu Cão?
Texto de Victor M. Sant'Anna. Encenação de Eduardo Faria. Interpretação de Eduardo Faria.
26 de junho – 21h30
M Sílvia Pérez Cruz e Salvador Sobral
27 de junho – 21h30
M Julho é de Jazz
Programa, repartido entre o Theatro Circo e o gnration, disponível em www.theatrocirco.com.
2 a 12 de julho

Bragança

Teatro Municipal de Bragança
Pç. Prof. Cavaleiro Ferreira. Tel.: 273 302 740
D O Bosque Encantado
Produção Conservatório de Música e Dança de Bragança.
27 de junho – 21h
28 de junho – 17h
T Casa dos Pais
Cocriação, encenação de António Afonso Parra e Luís Araújo. Interpretação de Albano Jerónimo, Luís Araújo e Carla Maciel.
5 de julho – 21h

Caldas da Rainha

Museu José Malhoa
Parque D. Carlos I. Tel.: 262 831 984
3ª a Dom., das 10h às 12h30 e das 14h às 17h30
E Maria de Lourdes de Mello e Castro: uma Esplêndida Lição
até 27 de setembro

Cascais

Casa das Histórias Paula Rego
Av. da República, 300. Tel.: 214 826 970
Todos os Dias, das 10h às 13h e das 14h às 18h
E A Coleção da CHPR em Diálogo
até 26 de outubro

Castelo Branco

Museu Francisco Tavares Proença Júnior
Lg. Dr. José Lopes Dias. Tel.: 272 344 277
3ª a Dom., das 10h às 13h e das 14h às 18h
E Do Romantismo à Modernidade a Moda em Portugal de 1850 a 1950
até 28 de setembro

Agenda Cultural

Coimbra

Casa das Artes Bissaya Barreto
R. Castro Matoso, 17.
E Linha Ténue
Exposição de Ânia Pais e Catarina Gentil.
até 5 de julho

Casa Museu Bissaya Barreto
R. da Infantaria 23. Tel.: 239 853 800
E Como o Cego para Entender a Luz
Exposição de pintura de Pires Vieira.
3ª a Sáb., das 11h às 13h e das 15h às 18h
até 28 de junho

Convento São Francisco
Av. da Guarda Inglesa 3. Tel.: 239 857 190
T Todos ao Monte e Fé em Deus
Encenação de David Cruz.
Interpretação de Hélder Carvalho, Jaime Castelo-Branco, Margarida Neto, Maria João Borges e Miguel Figueiredo.
27 de junho – 21h30
D Lago dos Cisnes
Produção 8 Tempos - Associação Cultural e da DNA – DanceN'Art's School.
28 de junho – 21h

Museu Nacional de Machado de Castro
Lg. Dr. José Rodrigues. Tel.: 239 853 070
3ª a Dom., das 10h às 18h
E Tetos Pintados. Os Fragmentos do Céu
exposição de longa duração
E [S]em Reserva[s] Património Revelado
até 25 de julho

Évora

Museu Nacional Frei Manuel do Cenáculo
E Amostra
Retrospectiva do fotógrafo José M. Rodrigues.
até 7 de setembro

Faro

Teatro das Figuras
Horta das Figuras, E. N. 125. Tel.: 289 888 100
T Orgasmos
Texto de Dan Israely.
Encenação de Luís Pacheco e Oscar Contreras. Interpretação de Sandra Celas e Bruno Cabrerizo.
26 de junho – 21h30
M Ornatos Violeta & Dj Nuno Silva
27 de junho – 22h
M Rufus Wainwright
1 de julho – 21h30

Figueira da Foz

Centro de Artes e Espetáculos
R. Abade Pedro. Tel.: 233 407 200
M Wonderful Town
De Leonard Bernstein. Interpretação de Juliana Zara, Lara Martins, Luís Rodrigues, Mário Redondo, Diogo Oliveira, Sérgio Martins. Com o Coro do Teatro Nacional de São Carlos, Orquestra Sinfónica Portuguesa.
28 de junho – 21h30

Guimarães

Casa da Memória de Guimarães
Av. Conde Margaride, 536. Tel.: 253 424 716
3ª a 6ª, das 10h às 17h; Sáb., das 11h às 18h
E Alexandre Estrela: Intervalo
até 21 de setembro
E Inferno (1510-1520)
Exposição de Mariana Caló e Francisco Queimadela, a partir



***Cacti*, no Teatro Camões**

da obra pertencente ao MNAA.
até 21 de setembro

Centro Cultural Vila Flor
Av. D. Afonso Henriques, 701. Tel.: 253 424 700
E Victor Costa
28 de junho a 20 de setembro

Centro Internacional das Artes José de Guimarães
Av. Conde Margaride, 175. Tel.: 253 424 715
3ª a 6ª, das 10h às 17h; Sáb. e Dom., das 11h às 18h
E Alexandre Estrela: Intervalo
até 21 de setembro
E Inferno (1510-1520)
até 21 de setembro

Museu de Alberto Sampaio
R. Alfredo Guimarães. Tel.: 253 423 910
3ª a Dom., das 10h às 18h
E Pedra Pedra Madeira Madeira
Exposição do escultor Paulo Neves.
exposição temporária
E Cintilações do Céu
Exposição com curadoria de Maria de Lurdes Rufino.
exposição temporária

Lamego

Museu de Lamego
Lg. de Camões. Tel.: 254 600 230
MD Festival Japão. Torna-Viagem
Informações em museudelamego.gov.pt.
até 13 de outubro

Leiria

Teatro José Lúcio da Silva
Av. Heróis de Angola.
Tel.: 244 834 117
M Orquestra Ligeira do Exército
26 de junho – 21h30
M XVIII Fitumis
28 de junho - 21h30
D < convergências >
Produção CORPO
Youth Creators da CORPO Companhia Dança.
29 de junho – 21h
T O Céu da Língua
Espetáculo de Gregório Duvivier.
1 de julho – 21h30
D Sereias – Uma Amizade Impossível
Produção Nellys Dance.
3 de julho – 21h30

Lisboa

Ar.Co - Centro de Arte e Comunicação Visual
R. Gualdim Pais.
Tel.: 218 801 010
2ª a 6ª, das 10h às 20h
E Maria Ana Vasco Costa: Salto
até 11 de julho

Biblioteca Nacional de Portugal
Campo Grande, 83. Tel.: 217 982 000
C De Mão em Mão: a Circulação da Poesia Camoniana
25 de junho – 17h
C XV Congresso Int. História do Papel na Península Ibérica
26, 27 e 28 de junho
M 2.º Ciclo Benjamim. Há Música na Biblioteca!
28 de junho – 11h
C Colóquio de Homenagem a Adel Sidarus
30 de junho – 14h

Centro Cultural de Belém
Pç. do Império. Tel.: 213 612 400
E 31 Mulheres. Uma Exposição de Peggy Guggenheim
até 29 de junho
E Intimidades em Fuga. Em Torno de Nan Goldin
até 31 de agosto
E Interespécies
Curadoria de Mariana Pestana.
até 31 de agosto
E Chantal Akerman. Travelling
até 7 de setembro
E Cartazes Sem Censura: 25 de Abril e a Revolução do "Verão Quente"
até 28 de setembro
E Experiências do Mundo
até 26 de outubro
T O Céu da Língua
Espetáculo de Gregório Duvivier.
25 de junho – 20h
M Tanque: Quatro Quadras Soltas
25 de junho – 20h
M Concerto de Antigos Alunos da Academia de Música de Santa Cecília
26 de junho – 20h
M O Talento Educa-se
Pela Academia de Música de Lisboa.
29 de junho – 17h
M Gonçalo Castelbranco
4 de julho – 20h
T Qui Som?
Produção Baro d'evel.
4 de julho – 20h
5 de julho – 19h

Culturgest
R. Arco do Cego, 1. Tel.: 217 905 155
E Fernando Marques Penteado
até 28 de setembro
T Começar Tudo Outra Vez
Direção Artística e interpretação de Raquel André e Tonan Quito.
Cocriação de Bernardo de Almeida.
25, 26, 27 de junho – 21h
28 de junho – 19h

Fund. Arpad Szènes - Vieira da Silva
Pç. das Amoreiras, 56. Tel: 213 880 044
4ª a dom. das 10h às 18h; encerra 2ª, 3ª e feriados
E 331 Amoreiras em Metamorfose
até 31 de dezembro
E Vieira da Silva: Pintura em Movimento
até 31 de dezembro

Fundação Calouste Gulbenkian
Av. de Berna, 45ª. Tel.: 213 3880 044
2ª, 4ª a Dom., das 10h às 18h
E Julianknxx. Coro em Rememória de um Voo
até 30 de junho
E Síncopes
Instalação sonora de Cristina Roldão, XEXA e Zia Soares.
até 30 de junho
E Arte Britânica – Ponto de Fuga
até 21 de julho
E Diana Policarpo. Ciguatera
até 28 de julho
E Coleção Gulbenkian. Grandes Obras
até 1 de setembro

E Entre os Vossos Dentes
Mostra de trabalhos de
Paula Rego e Adriana Varejão.
até 22 de setembro
E Uma Seleção de Obras
da Coleção por Leonor Antunes
até 22 de setembro
E Mikhail Karikis.
Sons de uma Revolução
até 22 de setembro
E Haverá Eleições. 1975: as
Primeiras Eleições Livres em Portugal
até 31 de outubro
E Reservas Visitáveis
até 11 de maio 2026
M O Voo da Cotovia
Interpretação da Orquestra Gulbenkian,
sob a direção do maestro Pedro Neves,
e Francisco Lima Santos (violino).
Obras de R. V. Williamns, E. Wellesz.
27 de junho – 19h
M Cati Canta Sara Tavares
28 de junho – 17h
M Indi Mateta
28 de junho, 5 de julho – 18h
M Umafricana
28 de junho, 6 de julho – 18h
M Ferro Gaita
28 de junho – 19h
M New Max
29 de junho – 17h
M A Idade do Jazz
2 de julho – 18h
M Nara Couto
5 de julho – 17h
M Miroca Paris Trio
6 de julho – 17h
M Janeiro
6 de julho – 19h

Galeria Fidelidade Arte
Lg. do Chiado, 8.
2ª a 6ª, das 11h às 19h
E Território #9: Reluctant Gardener
até 5 de setembro

MAAT – Museu de Arte, Arquitetura e Tecnologia
Av. Brasília, Central Tejo
4ª a 2ªdas 11h às 19h
E Jeff Wall – Time Stands
Still. Fotografias, 1980–2023
até 1 de setembro
E 15º Prémio Novos
Artistas Fundação EDP
até 8 de setembro
E Miriam Cahn – O Que Nos Olha
26 de junho a 27 de outubro
E Lápis de Pintar Dias
Cinzentos*: Obras da
Coleção de Arte Fundação EDP
*a partir de uma obra de Carlos Nogueira.
26 de junho a 19 de janeiro 2026

MUDE – Museu do Design
R. Augusta, 24. Tel.: 218 171 892
3ª a 5ª, das 10h às 19h; 6ª e Sáb., das 10h às 21h
E Para Que Servem As Coisas?
Peças do Acervo MUDE 1900-2020
Exposição de longa duração

E Reservas Visitáveis
exposição temporária
E Young Design Gneration
até 27 de julho
E Osaka. 55 Anos Depois.
Desenhar o Futuro
até 27 de julho
E Portugal Pop. A Moda
em Português. 1970-2020.
até 12 de outubro
E Vivienne Westwood:
O Salto da Tigresa
até 12 de outubro

Museu de Arte Popular
Av. Brasília. Tel.: 213 011 282
E Um Cento de Cestos
exposição de
longa duração

Museu de Lisboa – Palácio Pimenta
Campo Grande 245.
Tel.: 217 513 200
3ª a Dom., das 10h às 18h
E O Palácio da Cidade
de Keil do Amaral
até 11 de janeiro 2026

Museu do Aljube Resistência e Liberdade
R. de Augusto Rosa, 42.
Tel.: 215 818 535
3ª a Dom., das 10h às 18h
E Antes de Ser
Independência foi
Luta de Libertação
até 31 de janeiro 2026

Museu do Oriente
Av. Brasília, Doca de
Alcântara. Tel.: 213 585 200
E Foto Arte Ganesh.
Goa, Fotografia
e Memória
até 12 de outubro
E Japão: Festas e Rituais
até 31 de dezembro

Museu Nacional de Arte Antiga
R. das Janelas Verdes. 213 912 800
3ª a 6ª., das 10h às 18h; Sáb. e Dom., das 10h às 13
E Seres e Animais
Fantásticos. Desenhos
Europeus (Séculos XVI-XVIII)
até 29 de junho
E Novas Aquisições
até 29 de junho

Museu Nacional de Arte Contemporânea do Chiado
R. Serpa Pinto, 4. R. Capelo, 13. Tel: 213 432 148
3ª a Dom., das 10h às 13h e das 14h às 18h
E Impressões Digitais.
Coleção MNAC
exposição temporária
E The c(AI)rcles's Pentagon
até 26 de junho
E João Fonte Santa:
O Fardo do Homem Branco
até 3 de julho

E Caminhos. Coleção
do Millennium BCP
até 24 de agosto

Museu Nacional de Etnologia
Av. Ilha da Madeira. Tel.: 213 041 160
3ª , das 14h às 18; 4ª a Dom., das 10h às 18h
E Pós-Museu: 'A' de Ausência:
Obras da Coleção de Arte
Contemporânea do Estado
até 13 julho
E Desconstruir o Colonialismo,
Descolonizar o Imaginário.
O Colonialismo em África:
Mitos e Realidades
até 2 de novembro



Territórios da Invisibilidade

Museu Nacional do Azulejo
R. da Madre de Deus, 4. Tel.: 218 100 340
3ª a Dom., das 10h às 18h
E Palavras que nos Elevam
exposição temporária
E A Magazine x Museu
Nacional do Azulejo
exposição temporária
E Uma Cozinha no Museu. No
Centenário de Querubim Lapa
até 27 de julho
M Ópera em Fernando Pessoa
Música Lírica e Literatura
de Fernando Pessoa
29 de junho – 16h

Museu Nac. do Teatro e da Dança
Estrada do Lumiar, 1. Tel.: 217 56 7 410
3ª a Dom., 10h às 13h e das 14h às 18h
E Aplauso - 40 Anos
a Celebrar o Espetáculo
Exposição temporária

E Domicílios de D. Domicília -
A Partir de Casio Tone, 1997
Exposição temporária

Museu Nacional dos Coches
Av. da Índia, 136. Tel:210 732 319
3ª a Dom., das 10h às 18h
E A Arte Equestre em Portugal.
Da Picaria Real à Escola
Portuguesa de Arte Equestre
até 14 de setembro

Palácio Nacional da Ajuda
Lg. da Ajuda. Tel.: 213 620 264
M Sacred Heart Choir
8 de julho – 16h

Panteão Nacional
Campo de Santa Clara. Tel.: 218 854 820
3ª a Dom., das 10h às 18h
E Volta ao Mundo / Around the World
Instalação de Lawrence Weiner.
até 31 de agosto
E Arte Tumular -
o Lado Artístico da Morte
Exposição de fotografia de Pedro Inácio.
até 7 de setembro
M Trio da Escola Artística de
Música do Conservatório Nacional
29 de junho – 19h

Ruínas do Carmo – Museu Arqueológico do Carmo
Lg. do Carmo. Tel.: 213 460 473
E Por Um Fio
De Cláudia Guerreiro e Filipe Romão.
até 19 de julho
M US Guitar Orchestra
26 de junho – 21h30
M Baltimore Symphony
Youth Orchestra
2 de julho – 21h30

S. Luiz – Teatro Municipal
R. António M. Cardoso, 38. Tel.: 2132 57 650
T Livro XI das Confissões
de Santo Agostinho
Encenação de Jean Paul Bucchieri.
Interpretação de Cláudio da Silva,
João Lagarto, João Pereira,
Maria Arriaga e Pedro Lacerda.
3ª a Sáb., às 19h30; Dom., às 16h
28 de junho a 5 de julho
M Metropolitana Big Band
29 de junho – 12h
M Orq. Sinfónica Metropolitana
29 de junho – 19h
M A Insustentável Leveza do Cante
3 de julho – 20h

Sala Estúdio Valentim Barros
R. Gomes Freire, 161.
T Corre, Bebé!
Criação Ary Zara e Gaya de Medeiros.
4ª e 5ª, às 20h; 6ª, às 21h; Sáb., às 19h; Dom., às 16h
até 29 de junho

Teatro Aberto
Pç. de Espanha. Tel.: 213 880 079
T Um Urso no Universo
Com Catarina M. Lima, João Maria

Agenda Cultural

A audiovisual » C colóquios / conferências » D dança » E exposições » M música » MD multidisciplinares » NC novo circo » P pedagogia » T teatro

Reis, João Redondo e Zita Milene e Afonso de Portugal.
Sáb., às 19h; Dom., às 11h30 e 16h
até 27 de julho

Teatro Camões
Parque das Nações. Tel.: 930 610 051
D Walking Mad/ Cacti
Coreografias de Johan Inger e Alexander Ekman. Produção Companhia Nacional de Bailado.
25, 26 e 27 de junho – 20h
28 de junho – 18h30
29 de junho – 16h

Teatro da Trindade Inatel
R. Nova da Trindade, 9. Tel.: 213 423 200
T Eutanasiador
De Paula Guimarães. Encenação de Diogo Infante. Com Sérgio Praia.
4ª a Dom., às 19h
até 29 de junho
T Sonho de uma Noite de Verão
De William Shakespeare. Encenação de Diogo Infante. Interpretação de Ana Cloe, António Melo, Artur Guimarães, Carlos Malvarez, entre outros.
4ª a Sáb., às 2h; Dom., às 16h30
até 6 de julho

Mafra

Palácio Nacional de Mafra
Terreiro D. João V. Tel.: Tel.: 261 817 550
M Festival Int. de Carrilhão
29 de junho – 17h

Matosinhos

Casa da Arquitetura
Av. Menéres, 456. Tel.: 227 669 300
E O Que Faz Falta: Exposição Comemorativa dos 50 Anos de Arquitetura em Democracia
até 7 de setembro

Portimão

Teatro Municipal de Portimão
Lg. 1.º de Dezembro. Tel.: 282 402 470
T A Grande Fantochada
De Hugo Van der Ding. Com Hugo Van der Ding, Joana Gama e Vítor d'Andrade.
5 de julho – 22h

Porto

Casa da Música
Av. da Boavista, 604-610. Tel.: 220 120 200
M Festival Affettuoso
Pela Acad. de Música de Vilar do Paraíso.
26 de junho – 18h
29 de junho – 16h30 e 19h
M Trinka
26 de junho – 21h30
M Sebastián
27 de junho – 22h
M Concurso Intern. Santa Cecília
Pela Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música, sob a direção musical de Roberto Tibiriçá.
28 de junho – 18h
M Patche Di Rima & Poeta Lit G
28 de junho – 22h
M Banda Sinfónica Portuguesa: O Amor Proibido
Com João Miguel Silva (oboé). Direção musical de François Boulanger. Obras de O. Navarro, N. Rimski-Korsakoff.
29 de junho – 12h
M Festa de Fim de Ano Letivo do Estúdio de Música Rui Massena
29 de junho – 17h
D Entre Bonecos e Piratas: uma Estória de Dança
Produção Academia de Bailado Clássico Pirmin Treku.
1 de julho – 21h30
M Enio
3 de julho – 21h30
M Prémio Suggia
Pela Orquestra Sinfónica do Porto Casa da Música, sob a direção de Pedro Neves, e Lionel Martin (violoncelo). Obras de F. Lopes-Graça, D. Chostakovitch e S. Prokofieff.
4 de julho – 21h
M Klaudio Hoshai
4 de julho – 22h
M Janita Salomé
6 de julho – 21h30
M Concerto do XI Estágio das Orq, Infantis e Juvenis da AMCC
7 de julho – 21h30
M João Rosa Quinteto
8 de julho – 19h30

Centro Português de Fotografia
Lg. Amor de Perdição. Tel.: 220 046 300
2ª a 6ª, das 10h às 18h; Sáb., Dom. e Feriados, das 10h às 19h
E Bienal'25 Fotografia do Porto: Luminófilos I Lightseekers
até 29 de junho
E Territórios da Invisibilidade
até 21 de setembro
D Fuga Para O Tempo Presente - O Leve Poder da Lua Apenas Queima Os Olhos
Direção, Coreografia de Hugo Calhim Cristóvão & Joana von Mayer Trindade. Dança e interpretação de Sara Miguelote.
25 de junho – 16h

Culturgest Porto
Av. dos Aliados, 104. Tel.: 222 098 116
3ª a Dom., das 13h às 18h
E Território #8: Se Eu Tivesse Mais Tempo, Teria Escrito Uma Carta Mais Curta
até 5 de outubro

Fundação de Serralves
R. D. João de Castro, 210. Tel.: 226 156 500
E Mounira Al Solh - Y'a Hamam Yalla Ma Tnam, Ma Tnam
até 31 de agosto
E Avery Singer. run_it_back.exe˜
até 7 de setembro
E Zanele Muholi
até 12 de outubro
E Floris Vanhoof: Antenna / Talking Gongs
até 9 de novembro
E This is a Shot. Obras da Coleção de Serralves
até 16 de novembro
E Livros de Resistência. A Resiliência dos Livros de Artista na Era Digital
até 1 de fevereiro 2026

Teatro Campo Alegre
R. das Estrelas. Tel.: 226 063 000
MD QOROQ
Criação e interpretação de David Díez Méndez, Tomás Václavek. Música original ao vivo por Sasha Agranov.
26 de junho – 21h30
27 de junho – 19h30

Teatro Carlos Alberto
R. das Oliveiras, 43. 223 401 90
D O Salvado
Um solo de Olga Roriz.
3 e 5 de julho – 19h
4 de julho – 21h

Teatro Nacional São João
Pç. da Batalha. Tel.: 223 401 900
T Joana Africano: Némesis
3 e 5 de julho – 19h
4 de julho – 21h
6 de julho – 16h

Teatro Rivoli
Pç. D. João I. Tel.: 223 392 200
M Piano Rubato
Conceito e interpretação de Mélissa Von Vépy, Stéphan Oliva.
27 e 28 de junho – 21h30

Sintra

Palácio de Seteais
R. Barbosa du Bocage 8. Tel.: 219 233 200
D Quatro Cantos num Soneto / Stravinsky Violin Concerto
Produção Companhia Nac. de Bailado.
5 e 6 de junho – 19h

Quinta da Regaleira
Tel.: 219 106 650
D Danças com História na Ribafria
Pela Associação Danças com História.
29 de junho – 11h
M Madrigais Camonianos II
Pelo Coro do Teatro Nacional de São Carlos, sob a direção de Giampaolo Vessella, e Kodo Yamagishi (piano).
6 de julho – 21h

Tavira

Museu Municipal de Tavira
Calçada da Galeria. Tel.: 281 320 500
E Chuva de Verão: Obras da Coleção de Arte Contemporânea do Estado
até 13 de setembro

Tomar

Convento de Cristo
Tel.: 249 315 089
Todos os dias, exceto feriados, das 9h às 18h30
E Sebastianismo Revisitado
Mostra de trabalhos de Sam Abercromby.
até final de agosto
E Cerâmica XL
até 30 de setembro
M Taipei Philharmonic Youth Ensemble
8 de julho – 18h

Vila Nova de Foz Côa

Museu do Côa
R. do Museu. Tel.: 279 768 260
E Nadir Afonso: Território de Absoluta Liberdade
até 2 de novembro

Vila Real

Teatro de Vila Real
Al. de Grasse. Tel.: 259 320 000
E Art Bird Vila Real 2025
Junho
T O Céu da Língua
Espetáculo de Gregório Duvivier.
27 de junho – 21h30

Viseu

Museu Nacional Grão Vasco
Adro da Sé. Tel.: 232 422 049
3ª a Dom., das 10h às 13h e das 14h às 18h
E Paula Rego: Meninas Exemplares
até 29 de junho

Teatro Viriato
Lg. Mouzinho de Albuquerque. Tel.: 232 480 110
E O Teatro Também é a Nossa Casa
Criação original de Ângela Rocha.
2ª a 6ª, das 13h às 19h; Em dias de espetáculo: das 18h às 20h30
até 25 de julho
NC Tot Bé!
Direção artística Cia. Curolles. Interpretação de Francisco Valls Ordinas e Skye Cerdà Bota.
Prado do Parque de Santiago
28 de junho – 17h30
T Corre, Bebé!
Criação e interpretação de Ary Zara e Gaya de Medeiros.
4ª e 5ª, às 20h; 6ª, às 21h; Sáb., às 19h; Dom., às 16h
4 de julho – 21h

Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Culturais
Palácio Nacional da Ajuda.
1300-018 Lisboa | Tel.: 213 614 572
relacoes.publicas@gepac.gov.pt